REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

PORTO ALEGRE
BRASIL

1934
OF. GRÁF. DA LIVRARIA DO GLOBO
PÔRTO ALEGRE

Instituto Histórico e Geográrico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

Presidente: **Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva**
Secretário: **Dr. Eduardo Duarte**
Tesoureiro: **Afonso Guerreiro Lima**

Publica a sua Revista em fascículos trimestrais ou semestrais, formando anualmente um volume de setecentas páginas, na média.

Condições de assinatura:

Por ano	15$000 rs.
Por fascículo trimestral....	4$000 rs.
Preço da coleção até 1930..	1:000$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, à rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

I TRIMESTRE

ANO XIV

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1934

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PÔRTO ALEGRE
— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

PÔRTO ALEGRE
= 1934 =

Ensaio Psicológico do Marechal de Exército Bento Manuel Ribeiro

Conferência realizada pelo Tenente-Coronel Souza Docca, na Sociedade Brasileira de Filosofia.

SÍNTESE DO ESTUDO

- **Idéias propedêuticas.....**
  - Necessidades de investigações psicológicas
  - O homem
    - Genealogia
    - Biografia
- **Idéias finalistas...**
  - O físico..
    - Qualidades gerais.
      - Saúde
      - Resistência física
      - Virilidade
    - Qualidades técnicas
      - Hábitos guerreiros
      - Sobriedade
      - Atividade
  - O caráter
    - Qualidades gerais.
      - Lucidez de inteligência
      - Imaginação
      - Memória
      - Cultura intelectual
    - Qualidades técnicas
      - Astúcia
      - Relance
      - Iniciativa
      - Cultura técnica
  - O espírito
    - Qualidades gerais.
      - Ambição
      - Capacidade psicológica
      - Energia
      - Firmeza
      - Patriotismo
    - Qualidades técnicas
      - Bravura
      - Vocação

I — Necessidade de investigações psicológicas

IDÉIAS PROPEDÊUTICAS

Sendo o homem um receptor, um centro, um mundo de emoções — os seus gestos, as suas atitudes, os seus atos, são resultantes das impressões que continuamente fazem vibrar os centros da percepção, das volições e dos conhecimentos, que constituem sua vida ativa.

Daí a necessidade da ciência psicológica, não só para o indispensável conhecimento íntimo, que nos será sempre guia seguro e conselheiro prudente na realização de nossos ideais, como para a construção de uma política ou de uma administração sôbre bases sólidas.

Como poderíamos, sem o auxíliio da psicologia, ter noção perfeita do valor de nosso conhecimento?

Como ajuízar, com segurança, sôbre a responsabilidade e a liberdade nos atos alheios e nos que praticamos?

Não é sòmente sôbre bases ideais, nem exclusivamente sôbre os elementos em que assenta a grandeza de povos estranhos, que devemos construir o edifício de nosso progresso e assentar normas políticas e administrativas e, sim, com fundamento em nosso modo de ser, com os olhos fitos em nossos defeitos e aproveitando integralmente as nossas virtudes.

A psicologia, ensina A. Stadler, "é a verdadeira propedêutica da tolerância".

Sem as luzes da ciência psicológica na interpretação dos atos humanos, o nosso julgamento nunca será bem orientado e, por isso, as nossas conclusões serão falhas, defeituosas, errôneas.

A psicologia nos ensina que é absurdo querer que os atos dos homens não sejam medidos pela craveira humana, de que cada um de nós é um exemplar, variável, é verdade, mas indicativo de um limite que se não deve exceder.

Daí a necessidade da introspecção, sintetizada admiràvelmente em o **nosce te ipsum,** que a sabedoria grega gravou,

em letras de ouro, no frontespício do templo de Apolo, em Delphos.

Demonstra-nos ainda a psicologia, que as ações humanas não são impulsionadas unicamente pelas necessidades fisiológicas, visto que impera em todas elas a concepção que o homem tem das cousas, através das paixões e sentimentos predominantes em cada indivíduo.

Devemos, é racional, evitar os extremismos, que sempre nos dão idéias exageradas das cousas.

Evitemos, pois, neste caso, ficar inteiramente com H. Rickert, quando diz que "não podemos encontrar nenhum ponto de vista sôbre o qual a psicologia adquirisse uma importância decisiva para o método histórico", nem aceitar, de olhos fechados, Emile Reich quando limita "a história a uma psicologia no tempo".

Aos investigadores chamados eruditos, porque se limitam ao estudo externo dos documentos, poderá, talvez, se aplicar o juízo de Rickert, mas para o historiador que vê, que sente nos documentos vestígios dos sentimentos e impressões de verdadeiros estados dalma de quem os traçou, a psicologia é um auxiilar poderoso e por isso indispensável em um método histórico, moderno, adiantado.

Taine pontificou que explicar uma revolução é fazer uma página de psicologia.

Lacombe proclamou que "a psicologia encerra, antes de tudo, a explicação da história".

Foi o grande Tucidides quem primeiro baseou em a natureza do homem e de seu meio ambiente, a explicação dos atos humanos. Neste ponto, porém, a sua intuïção foi maior que a sua ciência.

Apareceram depois, para citarmos sòmente os grandes historiadores, as interpretações de Macchiavel e Guicciardini, baseados na psicologia.

Modernamente Karl Lamprecht, em **Deutsche Geschichte,** aprofundou, como nenhum outro, até então, essas investigações, tendo como continuadores uma pléiade de discípulos ilustres.

Gustavo Le Bon, há pouco desaparecido, é um dos maiores mestres nos domínios da ciência psicologica.

Entre nós avultam, pelo número, pela qualidade e pelo método, os estudos de Liberato Bittencourt.

São, lamentàvelmente, pouco conhecidos êsses estudos. O nosso grande público tem pelas letras o mesmo gôsto que nutre pela música: prefere o medíocre. Não compreende as obras clássicas, nem as de estilo elevado — falta-lhe educação para isso.

A maioria dos nossos homens de letras nenhum esfôrço faz no sentido de despertar e educar o gôsto literário da classe média brasileira; concorre, ao contrário, para agravar o mal existente produzindo obras apressadas e banais, seduzidos por uma popularidade passageira.

A época da historia e das biografias cronológicas, sensaboronas, já passou.

A atuação das fôrças místicas, nos indivíduos e nas massas, dominados pelos mesmos sentimentos, irmanados pela etnia, explica hoje, cabalmente, aquela contradição notada e não compreendida por Bossuet, quando estranhou que o pensamento humano trabalhe para fins que o sobrepujam e que são contrários ao seu destino.

Assim acontece, sabemos hoje, porque o fundo hereditário, o inconciente ancestral, é mais forte que a razão humana.

Nesse fundo repousam os elementos estáveis das nacionalidades.

O contágio mental, grande criador da unidade de pensamento, unificador de sentimentos, elemento captalítico por excelência na fusão dos ideiais de um povo, em ideal comum, explica-nos, como observa Gustavo Le Bon, a conversão do mundo romano ao cristianismo, cuja doutrina havia predominado entre os escravos e a estes igualaria os senhores, ciosos de poderios e prerrogativas.

A revelação de Sócrates, pela pitonisa de Delphos, nas exaltações histéricas, que lhe eram próprias e sob a ação entorpecente do suco de fôlhas de loureiro, está hoje expli-

cada pela psicologia — não foi inspirada pelo fluxo divino, como se proclamou e chegou a ser crença.

Piérre Bunet, orientado por dúvidas e desconfianças de alguns cientistas, aprofundou seus estudos e chegou a esta conclusão sôbre a predição de Sócrates pelo oráculo: Chéréfon profundamente impressionado pelo saber do genial ateniense, com quem convivia, penetrou, certa vez, no templo e "soprou" o nome do grande filósofo e de sua sabedoria, ainda não conhecidos.

Êsse "sôpro", revelação, foi fàcilmente percebido pelo ouvido apuradíssimo da sacerdotisa, em fase hipnótica.

Assim a vocação do mais sábio dos homens foi revelada pelo oráculo de Delphos, condicionado a essa predição pela fama do grande filósofo, que por aquele modo penetrou no templo.

Indicado assim, de modo geral, o quanto a psicologia contribue para a interpretação e conhecimento dos atos humanos, passamos a tratar diretamente da personalidade de Bento Manuel Ribeiro.

II — O homem

a) — Genealogia

Os estudos genealógicos, sugeridos algumas vezes, pela vaidade humana e outras, como acontece em nossos dias, pela compreensão de sua necessidade nas investigações do passado — são elementos básicos da história e, revelando-nos a origem dos indivíduos, nos fornecem dados preciosos para o estudo psicológico dos grandes lidadores, em qualquer dos ramos da atividade do homem sôbre a terra.

A ancestralidade sendo, como é, um elemento estável, atua sôbre o indivíduo e sôbre as massas humanas, unificando povos, criando nacionalidades.

E' verdadeira e profunda esta observação do eminente autor das **Bases Scientíficas de uma philosophia da historia:** "Cada ser vivente é um cemitério onde dormem infinitos

ancestrais, que às vezes despertam para anunciar imperiosas vontades."

A ascendência de Bento Manuel Ribeiro, imprecisa ou deficientemente indicada pelos seus biógrafos, embora entre estes figure um contemporâneo seu, é hoje conhecida, graças às investigações de Aurélio Pôrto que, com elementos encontrados nos livros do bispado de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, determinou, com precisão, os antepassados do ilustre sorocabano, dos quais existem interessantes informações nos estudos genealógicos de Pedro Taques e Silva Leme.

Descendia Bento Manuel, pela linha paterna, de Pedro Taques, que veio para o Brasil em 1591, como secretário do 7.º Governador Geral D. Francisco de Sousa. Com êste governador, foi Taques, sete anos depois, para São Paulo e aí casou com a paulista Ana de Proença, filha de Antônio Proença com Maria Castanho, aquele natural da vila de Belmonte em Portugal e moço da Câmara do infante D. Luiz e esta, de Monte Mor, o novo, e filha de Antônio Rodrigues de Almeida, cavalheiro fidalgo da casa del Rei D. João III.

Entre os filhos de Pedro Taques figura o 4.º avô de Bento Manuel — Lourenço Castanho Taques, paulista opulento, com grandes serviços à causa pública, casado com Maria de Lara. Entre os filhos dêste casal figura Lourenço Castanho Taques, o moço, que se fez notável pelos seus atos filantrópicos criando e educando crianças pobres. Exerceu as funções de juiz ordinário e de órfãos e foi casado com a paulista Maria de Araújo, neta pela linha paterna, do capitão-mor Pedro Vaz de Barros, que foi casado com uma das filhas de Fernando Dias Pais, o governador das Esmeraldas.

Do casal Lourenço Taques era filho, Lourenço Castanho Taques (2.º), homem virtuoso e que foi casado com Ana de Arruda. Dêste enlace nasceu Inácio Taques de Almeida, que casou com Margarida da Silva, de numerosos e ilustres ascendentes, entre os quais contava o fidalgo português Antônio Preto, que veio para o Brasil em 1562.

Entre os filhos dêste último casal figura Manuel Ribeiro de Almeida, que casou em Sorocaba com Ana Maria Bueno. Foram estes os pais de Bento Manuel Ribeiro.

Pelo lado materno não era menos notável a ascendência do ilustre general brasileiro.

Entre as primeiras famílias vindas para o Brasil e que concorreram para a fundação de São Paulo, figuram os Morais Antas e os Rodrigues Anes.

Do enlace de Baltasar de Morais Antas com Brites Rodrigues Anes, nasceu Baltasar de Morais Antas, o moço, que casou com Ignez Rodrigues e foram os pais de Izabel de Morais, casada com o espanhol Francisco de Lemos, um dos signatários da aclamação de Amador Bueno.

Dêste último casal citado — quintos avós de Bento Manuel — nasceu Baltasar de Lemos e Morais que casou com Maria Bueno de Camargo, sobrinha de Amador Bueno e filha de Bartolomeu Bueno, o moço, que foi casado com Mariana de Camargo, neta de João Ramalho e Izabel Dias, filha do famoso cacique Tibiriçá.

Do casal Baltasar Lemos nasceu entre outros filhos: Mucia Morais que casou com o capitão José Nunes de Siqueira, e foram os pais de Pedro Morais de Siqueira, casado em Itú, com Izabel Delgado, com ascendentes ilustres, entre os quais figura Antônio de Proença, que foi, assim, 6.º avô de Bento Manuel duas vezes, isto é: pelo lado paterno, como pai de Ana Proença, que casou com Pedro Taques, conforme já ficou dito e pela linha materna, como genitor de Izabel de Almeida Proença, segunda avó de Izabel Delgado.

Do enlace Siqueira Delgado nasceu Pascoal Delgado de Morais, que casou em Sorocaba com Maria de Almeida, entroncada nas mais ilustres famílias de São Paulo e bisneta do grande bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o **Anhanguera.**

Do último casal citado nasceu Ana Maria Bueno, que foi a mãe de Bento Manuel Ribeiro — o grande soldado cuja glória se tem procurado marear, por uma malquerença esquisita.

Essa ascendência ilustre, com sólidas raízes na etnia brasílica e profundamente radicada no solo pátrio, que soube amar, defender e integrar, vai refletir-se em seus atos, influir em sua carreira gloriosa e explicar seus altos sentimen-

tos de patriotismo, concretizados em sua brasilidade, como se há de ver para diante.

BIOGRAFIA

Bento Manuel Ribeiro nasceu em Sorocaba, São Paulo, em 1783.

Menino ainda foi para o Rio Grande do Sul, em companhia de seus pais.

Iniciou sua vida independente como peão na estância do Major Adolfo Charão.

Aos 17 anos alistou-se como simples soldado, no famoso Regimento de Milícias de Rio Pardo, denominado depois Regimento de 2.ª Linha, n.º 22 e, finalmente, extinto em 1831, com a criação da Guarda Nacional.

Tomou parte ativa na campanha de 1801, com seu irmão Gabriel Ribeiro de Almeida.

Em 1808 foi promovido a furriel. Neste pôsto fez a campanha de 1811.

Pela vitória alcançada em Paisandú foi promovido a alferes.

Em 1813 foi elevado a Tenente.

Foi o oficial que em maior número de combates tomou parte e mais vitórias obteve nas campanhas de 1816 e de 1825 a 1828.

Pelos seus feitos nos combates de Santa Ana, em 22 de setembro de 1816, Ibirocaí, a 19 de outubro seguinte, foi promovido a Capitão em 4 de janeiro de 1817.

A vitória do Arroio China valeu-lhe a promoção a Major, em 23 de junho de 1818.

A promoção a Tenente-Coronel teve-a em 1.º de março de 1820, em recompensa da vitória que alcançou no combate do Arroio Grande e dos serviços que prestou na batalha de Taquarembó.

Em 12 de outubro de 1823 foi promovido a Coronel para o Regimento onde se alistara, havia 23 anos.

Tomou parte ativa na terceira campanha platina, tendo sido derrotado em Sarandí, aos 12 de outubro de 1825.

Na grande revolução farroupilha, pôs em evidência suas qualidades militares, tanto nas hostes farroupilhas como nas fileiras legais.

Na balança da luta a concha da vitória sempre se inclinou para o lado em que se achava Bento Manuel.

Em 14 de dezembro de 1836 foi promovido a Brigadeiro.

Terminada a luta farroupilha, com a paz em 1845, foi Bento Manuel promovido a Marechal de campo pelos serviços prestados para manter a integridade do Brasil.

Tomou parte na campanha de 1851 a convite de Caxias, comandando a 1.ª Divisão.

Na ausência de Caxias, que fôra a Pantanoso conferenciar com Urquisa, assumiu Bento Manuel o comando em chefe do Exército e o conduziu do arroio Gi para Santa Luzia Grande.

Aí adoeceu gravemente e foi obrigado a recolher-se ao Rio Grande do Sul.

Em março de 1852 juntamente com Caxias, foi elevado a Tenente-General.

Em setembro dêsse ano obteve sua reforma no pôsto de Marechal de Exército.

Faleceu na cidade de Pôrto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, aos 30 de maio de 1855.

IDÉIAS FINALÍSTICAS

O FÍSICO

1) QUALIDADES GERAIS

a) Saúde

Dos atributos físicos indispensáveis à atividade humana, em qualquer profissão, o mais precioso é a saúde.

Sem esta, não há alegria, desaparece o desejo de trabalhar e vencer, turba-se a esperança, foge o estímulo.

O general achacado, por maiores que sejam suas qualidades militares, é quasi um vencido. O exército, sob seu comando, está mais próximo da derrota do que da vitória.

Napoleão, em Moscou, sofria de dessuria e, em Water-

loo, cavalgava com sacrifício, em conseqüência de uma afecção hemorroidal, segundo o depoimento do General Gourgaud.

A guerra do Paraguai teria terminado nos primeiros meses de 69, se Caxias não adoecesse gravemente em Assunção.

Bento Manuel gozou de uma saúde de ferro: só deu parte de doente quando se achava às portas da morte, quasi setuagenário e com 51 anos de serviços militares, dos quais 25 foram de fadigas contínuas, sendo um têrço dêsse tempo vivido na vida agitada dos acampamentos e os outros dois em marchas incessantes e em prélios sangrentos.

b) Resistência física

De todas as profissões a que maior resistência física exige é a militar: para o soldado pouco ou nada vale a saúde sem aquele atributo porque, de pronto, ela se gasta e desaparece.

Caixas foi de uma resistência física pasmosa, como atestam as batalhas desde Avaí até Lomas Valentinas.

Na campanha das Cordilheiras dois dos nossos grandes generais deram extraordinárias provas de resistência física: Vitorino Monteiro, que não tinha hora certa para as refeições, e o futuro vencedor de Aquidaban, que, mal alimentado e dormindo pouco, estava sempre alerta e em movimento.

Bento Manuel marchava dias e noites a fio, sem acusar fadiga, quando andava no encalço do inimigo ou procurava surpreendê-lo.

Vamos citar um fato, que, por si só, nos diz em que grau êle possuía a qualidade em aprêço.

Em outubro de 1826 o General Rosado teve comunicação de que uma fôrça inimiga invadira o Rincão da Cruz, no atual município de Itaquí, cometendo depredações e arrebanhando animais.

Foi então designado o Coronel Bento Manuel, que se achava em Santana do Livramento, para, com 700 homens, socorrer aquela fronteira. O ativo coronel partiu imediatamente, isto é, na manhã de 26, e no dia 30 chegava à embo-

cadura do Ibicuí, encontrando ainda aí o rastro do inimigo, que, ao saber de sua aproximação, abalara célere para além do Uruguai.

A 1.ª Brigada de Bento Manuel vencera, assim, em menos de 5 dias, 60 léguas ou sejam quasi 400 quilômetros, o que dá uma média de mais de 13 léguas por dia. Realizava dêsse modo a mais extraordinária marcha de cavalaria, quanto à velocidade, até hoje efetuada.

Caxias, é verdade, em abril de 1843, com uma coluna maior, venceu em 48 horas 24 léguas.

Aquí, porém, foram dois dias de marcha e lá foram quatro e meio, e a média da distância percorrida foi sempre maior, em 24 horas.

Depois dos 50 anos ainda realizava Bento Manuel, longas marchas noturnas, modorrando às vezes sôbre o dorso do cavalo.

c) Virilidade

Ao militar, ao general especialmente, não basta ter saúde, nem é suficiente a resistência física — é preciso, é indispensável seja viril, isto é, que seja homem.

Diversos e notáveis são, entre os nossos homens de guerra, os exemplos de virilidade precoce.

Um dos maiores dêsses exemplos foi o maranhense Feliciano Antônio Falcão.

Alferes aos 10 anos de idade; tenente aos 13 e capitão aos 15, sendo então nomeado comandante da guarnição de Caxias, nessa época — 1825 — ainda sob agitações oriundas de nossa independência.

Restabelecida a calma voltou à Capital. Retornou a Caxias em 1828, com 18 anos, em virtude de novas comoções e assumiu o comando de todas as fôrças que lá se achavam e restabeleceu a ordem.

Extraordinário exemplo de virilidade é o galhardo Conde de Pôrto Alegre: aos 13 anos se distingue, por bravura, em 2 combates, sendo, por isso, promovido a Alferes e sexagenário enfrenta o inimigo, na segunda batalha de Tuiutí, com

o peito brilhante de condecorações, com a bizarria de seus 25 anos.

Osório, aos 14 anos, fazia verdadeiras proesas sôbre o dorso de animais bravios; aos 15 se alistava no Exército e em seguida se distinguia em combate. Aos 60 anos, no Paraguai, ninguém o excedia em impetuosidade e galhardia.

Caxias, que em tudo foi grande, é um alto exemplo de virilidade, desde a infância ardente e agitada até a velhice gloriosa.

Bento Manuel, que iniciara sua vida independente nas lides ásperas da vida campeira, como peão de estância, alista-se como soldado aos 17 anos e distingue-se na campanha de 1801.

Aos 55 anos era como fôra aos 25 — forte, ousado e destro.

Seus feitos militares no decurso da década farroupilha, dizem o quanto nele havia da qualidade em aprêço.

2) QUALIDADES TÉCNICAS

a) Hábitos guerreiros

Os hábitos guerreiros estão para os militares, como a prática da profissão para os artistas, o manejo da política para os políticos.

Quem sái do domínio de sua alçada, para se imiscuir em seara alheia, errou a carreira abraçada ou é um ambicioso vulgar.

Toda profissão tem seus atrativos e só os sente quem soube se integrar na que escolheu. Só êste tem o pundonor de seu ofício.

A vida militar é um sacerdócio, para o soldado verdadeiro e honesto.

Bento Manuel, como todos os grandes cabos de guerra, possuía em alto grau os hábitos guerreiros. De seus 72 anos, 51 viveu como soldado.

O hábito é nos indivíduos, do mesmo modo que nas sociedades, segundo o expressivo dizer de William James, como

um enorme volante que lhe regulariza os movimentos e é o seu mais precioso agente de conservação ([1]).

b) Sobriedade

Notável a sobriedade de Caxias, especialmente se considerarmos que embora afeito à sua vida militar desde a meninice, não fôra criado sob o regime frugal dos filhos do Rio Grande do Sul, onde cresceu e se fez homem Bento Manuel, que, foi, por isso, em sobriedade, igual a Osório, Pôrto Alegre, Cêrro Largo, Andrade Neves e outros, que se contentavam com um simples churrasco regado a chimarrão.

Sóbrio foi também o segundo Visconde de Pelotas e o bravo pernambucano Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, Barão de São Borja e genro de Bento Manuel, que não tinha hora certa para as refeições e as fazia em menos de 15 minutos.

Aníbal é, na antiguidade, um dos maiores exemplos de temperança.

"Passa por certo", diz o historiador Justino, "que Aníbal, quer quando fulminava e fazia tremer a Itália, quer de volta de Cartago, quando governou essa República, jamais tomou suas refeições sentado."

c) Atividade

Esta qualidade foi sempre um dos principais fatores dos bons êxitos nos feitos militares.

Napoleão pontificou com perfeito conhecimento: "A vitória em ação pertence ao Exército mais manobreiro."

Houve na guerra do Paraguai um certo número de chefes brasileiros, conhecidos pelo nome de **Grupo dos Quero-queros**, que estavam sempre alertas, nos pontos em que se achavam, dando sinais de vida, evitando surpresas. A êsse grupo pertencia o General Câmara, Joca Tavares e outros chefes da cavalaria rio-grandense.

O Duque de Caxias, em carta particular ao primeiro dos chefes mencionados, em 14 de maio de 1870, depois de se

referir à falta de atividade de um dos nossos generais, disse: "V. Ex. mostrou muita atividade, perspicácia e valor, nas bem combinadas manobras que efetuou com sua divisão e a decisão no momento do ataque, foi decerto o que mais concorreu para o bom resultado que obteve.

Se eu, na Loma Valentina, o tivesse no meu flanco direito, na noite de 21 de dezembro, talvez nesse dia tivesse terminado a guerra."

Nas guerras de mobilidade, de assalto, de surpresas, como foram as platinas, a atividade era uma condição indispensável para o triunfo.

Bento Manuel vence quasi sempre auxiliado pela sua atividade extraordinária. Diversas são as vitórias que assim obteve. Entre elas estas:

A 14 de setembro de 1817, sendo capitão, à frente de 90 homens, surpreende e desbarata no arroio Lênguas, uma fôrça sob o comando de Pascoal Morera e no dia seguinte cái impetuosamente sôbre a coluna do tenente-coronel José Antônio Verdum, composta de 300 homens, que se rendem.

Em 20 de maio de 1818 consegue, pela surpresa, a vitória de Arroio China, derrotando, com 400 homens, as colunas de Aguiar e Aedo, com um efetivo de 1.500 combatentes, fazendo 170 prisioneiros, entre os quais figurava Miguel Barreros, secretário e mentor de Artigas.

Nesse mesmo dia sofreu um revés, em recontro que teve com Frutuoso Rivera.

Vingou-se, porém, vantajosamente, em outubro do ano seguinte, surpreendendo o famoso caudilho oriental, a 28 dêsse mês, no Arroio Grande.

Na terceira campanha platina, derrota outra vez Rivera, em Arbolito, a 4 de setembro de 1825.

Em 1826, depois de voar, em 4 dias e meio, como já ficou dito, de Santana do Livramento à barra do Ibicuí, onde o inimigo passara momentos antes de sua chegada, acompanhou, em seguida, os retirantes pela margem esquerda e durante a noite de 31 de outubro passou o rio, no passo de Aguapeí, permanecendo os dias 1 e 2 de novembro escondido

nos matos em vigilância permanente, a espera de momento asado para uma surpresa.

Percebido pelo inimigo durante a marcha em a noite de 2, fez em seguida um semi-círculo de 14 léguas e realizou a surpresa, derrotando os orientais na Capela do Rosário.

A impetuosidade, a subtileza, o improviso, com que Bento Manuel atacava os platinos, fazia-lhes recordar os feitos, na segunda metade do século XVIII, de Rafael Pinto Bandeira que era tido pelos nossos vizinhos como um duende.

Quando as crianças platinas faziam travessuras, choravam ou não queriam obedecer aos pais, estes ameaçavam-nas com o formidável campeador rio-grandense, dizendo-lhes:

"Hijo, viene Pintos Bandera!"

II — O ESPÍRITO

1) QUALIDADES GERAIS

a) Lucidez de inteligência

O dr. Assis Brasil asseverou que Bento Manuel nunca se guiou pela inteligência ([2]).

Paradoxal esta afirmativa.

Eqüivale a asseverar que não precisamos dos olhos para ver.

A inteligência norteia todos os atos da vida humana e por estes se afere em que grau a possuíam os que na passagem pela terra se assinalaram por seus feitos.

Com fundamento nos feitos de Bento Manuel, durante mais de meio século de incessante e ardorosa atividade, afirmamos, com convicção, que êle possuía, grande e lúcida inteligência;

que esta foi um dos principais fatores de todos os seus triunfos, desde os mais verdes anos, como simples praça de pré, até à velhice, coberto de glorias e distinções.

Deixou de ser obscuro peão de estância para ser simples soldado.

Assim aconteceu com milhares de indivíduos no seu tempo e no seu meio.

Bravo como êle todos o foram também.

Da obscuridade ascendeu até a glória, ilustrado pelo seu feito.

Lazaro Hoche, de simples bordador de uniformes e bonés de polícia e de obscuro soldado, morreu aos 29 anos deixando reputação invejável de grande cidadão e ilustre chefe militar, que conquistara pela sua grande e lúcida inteligência.

Sem esta qualidade, em alto grau, não teria Bento Manuel chegado onde chegou, se confundiria e se apagaria, como os milhares que com êle se alistaram e pelejaram pela integridade do Brasil e ficaram ignorados, como aqueles camaradas de quem Hoche recebia paga para os substituir no serviço de guarda.

Se o General Bento Manuel não possuísse em alto grau a qualidade em aprêço e não agisse por ela orientado, não teria a ascendência que teve sôbre seus contemporâneos, nem teria dado ao país as esplêndidas glórias com que enriqueceu seus fastos militares.

Com pleno conhecimento disso êle afirmou certa vez, revidando um insulto ao seu pôsto e à sua personalidade, que "se havia avantajado na carreira militar, não por servilismo, mas por ações de esfôrço e de inteligência."

Assim efetivamente o foi e felizes e raros são aqueles que podem no fim da vida sentir e dizer que subiram sem rastejar.

b) Imaginação

Possuïdor como era Bento Manuel de inteligência lúcida, não podia deixar de ter imaginação, e esta ou precedia longamente seus atos ou os ditava, não raro de pronto, principalmente em situação difícil.

Embora verificasse Bento Manuel, quando avistou em Sarandí os platinos, que estes lhe eram superior em número, não teve dúvidas em os atacar crendo na vitória; estava acostumado a vencê-los, segundo êle mesmo o afirma em sua parte de combate.

A imaginação, quando supera a lucidez de inteligência,

tem o inconveniente de transformar uma fantasia em realidade e fazer do desejo uma crença, excitando sonhos de glórias, ocasionando amargas decepções.

Subordinada, porém, à razão, essa faculdade é utilíssima em todos os atos da vida humana.

c) Memória

"Um general sem memória é como uma praça sem guarnição", disse um dia Napoleão.

Nessa sentença profunda está dito, em síntese extraordinária, do quanto precisa o homem de guerra da faculdade em aprêço.

Bento Manuel era dotado de memória em alto grau, como mais de uma vez revelou no perfeito conhecimento que tinha da geografia e da topografia sul rio-grandense e platina, que lhe deu muitos triunfos e lhe proporcionou ensêjo para algumas de suas originais e curiosas astúcias, filhas de sua imaginação.

d) Cultura intelectual

Afirma o ilustre autor da **Historia da República Rio-grandense** que Bento Manuel "mal sabia exprimir-se" e que era um espírito inculto.

Contra a afirmativa de que "mal sabia exprimir-se", protesta Alcides Cruz, dizendo que Bento Manuel sabia "manejar fluentemente as duas línguas", isto é: a portuguesa e a castelhana.

Bento Manuel não tinha, é certo, o que se chama cultura intelectual, mas para o meio e o tempo em que viveu sabia o suficiente.

Dos generais farroupilhas só se lhe avantajavam em cultura intelectual Lima e Silva e Mariano de Matos, que vinham da Real Academia Militar.

Tal era, entretanto, o conceito em que o primeiro dêstes tinha a capacidade de Bento Manuel como chefe que, sendo como era de caráter independente e solidamente cioso de sua

dignidade militar, não se pejou em dizer, quando nomeado para o substituir no comando das armas farroupilhas em dezembro de 1835: "Não poderei seguramente fazer tanto quanto fazia o meu digno antecessor, mas esforçar-me-ei por o imitar." ([3])

Era Bento Manuel quem redigia sua correspondência oficial e grande parte desta como da particular era de seu próprio punho, como é fácil de se verificar no Museu Histórico do Rio Grande do Sul, onde ambas se encontram.

O General Osório, respondendo, em 1872, a uns quesitos que lhe mandara o Barão de Rio Branco, sôbre a campanha de 1825 a 1828, disse: "...ouvi depois o Coronel Bento Manuel ditar o ofício dando parte do combate (do Sarandí) e me recordo de êle dizer que teve em linha de batalha, sob seu comando, 1.411 praças."

Na parte do combate do Fanfa diz Bento Manuel que os imperiais avançaram "debaixo de uma cerração de balas" e o eminente historiador rio-grandense citado, 46 anos depois, à página 173 da obra mencionada, escreveu que a bateria farroupilha recebeu a carga dos legais "enviando-lhes uma cerração de balas".

Usou, assim, precisamente, a mesma figura da parte oficial, do homem que, no seu conceito, mal sabia exprimir-se e era um espírito inculto.

Os homens não devem ser julgados fora do meio em que agiram nem deslocados do tempo em que viveram.

A grande inteligência de Bento Manuel, sua extraordiinária imaginação e outras qualidades de mando de que era altamente dotado, supriam sua escassa cultura intelectual, dando-lhe um relêvo e uma supremacia excepcionais.

Massena, cognominado por Napoleão o **filho querido da vitória,** era quasi analfabeto e Carlos Magno, uma das maiores figuras da idade média, analfabeto completamente era.

Não queremos, com estas citações, fazer o elogio da ignorância, nem nos alistarmos na legião brasileira do culto da incompetência, e sim evidenciar que quando alguém triunfa, como o grande Imperador do Ocidente, como o Duque de Rivoli, como Bento Manuel, é porque possue qualidades altas

para a direção e porque tem o conhecimento suficiente para mandar e triunfar no meio e no tempo em que viveu e lutou.

Os exércitos, diz um grande mestre, "não são entidades abstratas, mas organismos animados e vivos; recebem profundamente a influência das épocas e dos meios e dos próprios acontecimentos.

"Para bem entender um fato de guerra, preciso é examiná-lo em suas relações de meio e de época, sob pena de uma imagem falsa" ([4]).

Frederico II sentenciou: "A guerra é um ofício para os ignorantes, uma arte para os medíocres e uma ciência para homens superiores."

Considerae como eram feitas na América do Sul as guerras no comêço do século passado e não tereis dúvida em reconhecer que Bento Manuel estava à altura dos maiores generais de seu tempo, em nosso meio.

Entre os selvagens, é escolhido para cacique o mais inteligente, o mais forte, o mais bravo, o mais astuto, o mais viril da tribu, o que reüne, em suma, as maiores qualidades de mando.

Pinheiro Machado era em cultura intelectual, inferior à maioria dos políticos de seu tempo e, entretanto, todos aceitavam-no como chefe natural.

Napoleão, o gênio da Guerra e o maior dos grandes capitães modernos, ficava, na qualidade em aprêço, a uma distância polar de Massena, a quem, entretanto, rendia culto pelos seus talentos militares. Caxias, o maior general sul-americano, respeitava os talentos militares de Osório e consultava aos de Bento Manuel e Osório, em cultura intelectual, ficava aquém de Caxias e Bento Manuel abaixo de Osório.

2) QUALIDADES TÉCNICAS

a) Astúcia

Alcides Cruz, depois de dizer que Bento Manuel só possuía uma das qualidades inerentes aos grandes capitães — a bravura — ([5]) afirma, entretanto, que o mesmo General era dotado de ardil.

Esta qualidade contribuíu, em todos os tempos, para as vitórias dos grandes cabos de guerra e até nas lendas a astúcia figura como arma de triunfo.

Troya, segundo a imaginosa lenda grega, depois de um cêrco de 10 anos e quando já desanimavam os gregos de alí penetrar, caíu em poder dêstes, graças ao conhecido ardil do cavalo de pau, que lhes sugerira Palas, a deusa da sabedoria, das artes e da guerra.

Xenofonte tinha a astúcia como a primeira qualidade de um general em chefe e Folard, o grande tático, denominado o **Vegetius francez,** considerava pobre um general sem ardil.

De Atila, o terrível saqueador de Itália, chamado o **flagelo de Deus,** disse Jourmandés, citado por Liberato Bittencourt: "Êste homem astucioso, combateu com o ardil, antes de combater com as armas."

As graças rendidas a Deus, por Gustavo Adolfo, pelas vitórias obtidas; a cruz de fogo, que Constantino disse ao bispo Eusébio ter visto antes da batalha da Ponte Milvia, com a inscrição **in hoc signo vinces,** eram ardís de que usavam êsses dois grandes cabos de guerra, como ao ardil recorria Alexandre quando se proclamava filho de Júpiter, ou Caxias assegurando aos seus comandados que a vitória era certa, porque os protegia o Deus dos exércitos e, ardil, praticava Bento Manuel, dizendo-se protegido pelo indivíduo misterioso que a lenda rio-grandense faz guardar na salamanca do cêrro de Jaráu, situado na estância do astuto general.

Quando o trabalho de sapa dos republicanos tudo havia preparado para que fôsse negada posse a Araújo Ribeiro, em dezembro de 1835, Bento Manuel que entrara na revolução, como quasi todos os seus chefes ostensivos, sem idéia de república e não querendo romper abertamente e com o fim de conhecer, ao mesmo tempo, até onde iam os ânimos exaltados, não comparece à sessão da Assembléia Provincial, alegando moléstia e para comprovar isso recolhe-se à cama, amarra a testa com um lenço, chama médico e finge fazer uso do remédio que lhe foi ministrado.

Senhor da situação, por êsse ardil, abalou no dia seguinte

para a campanha, a pretexto de tomar medidas de segurança, mas na realidade para sustentar o delegado da Côrte, a quem mandou avisar do que devia ocorrer e das disposições em que se achava.

Conhecedor perfeito do território rio-grandense, tirava Bento Manuel, dêsse conhecimento, grande partido afim de fazer nascer em seus comandados confiança absoluta e certeza de segurança, quando marchassem sob suas ordens.

Como tinha o hábito de cochilar a cavalo, durante as longas jornadas noturnas, fingia, às vezes, que modorrava e assim sorrateiramente deslocava a marcha da coluna para rumo diferente do que devia seguir, para atingir o ponto colimado, por estradas conhecidas.

Percebido o desvio, acordavam-no e êle olhando para o céu e mastigando e cheirando capins, ervas e arbustos e depois de se concentrar por alguns momentos, dizia com precisão o ponto em que se achavam e acrescentava, estendendo o braço: marchando nesta direção, sairemos no passo tal, ou em tal cêrro ou capão e, convicto, determinava que o seguissem e o acidente indicado era atingido antes de nascer o dia.

Muitas vezes, depois de recorrer a êsse ardil, caía de surpresa sôbre o inimigo.

Fidélis Pais da Silva, o famoso campeador rio-grandense, que aprendera com Chico Pedro, ou Moringue, a arte estonteante e formidável de guerrilhar, se utilizou, na campanha do Paraguai, dêste ardil de Bento Manuel e de tal modo impressionou seus companheiros de armas, que até os mais cultos estavam convencidos de que êle tinha êsse dom extraordinário de saber onde estava, a qualquer hora da noite, e em campo aberto, pelo simples cheiro das ervas.

Um ilustre historiador dessa luta assim se refere a êsse respeito: "À noite conhecia o terreno pelo cheiro da erva que seu cavalo pisava. Assim determinava distâncias!

"A pata do animal era-lhe o compasso que marcava a escala de seu mapa geográfico — a campina" ([6]).

b) Relance

Extraordinário o relance de Napoleão, notável o de Osório, grande o de Caxias.

Negando qualidades de grande Capitão a Bento Manuel, disse o dr. Alcides Cruz que "todas as suas entrepresas eram gisadas na ocasião" e que a "sua guerra era de repentinos arrebates".

Reconhecia assim que o ilustre sorocabano era dotado, em alto grau, de relance, de imaginação e de inteligência, visto que esta é, como conceitua um autor consagrado, "a fonte da astúcia e da rapidez de decisão".

Bento Manuel em um relance, em frente do adversário, descortinava-lhe a posição e via, com surpreendente e admirável penetração, o ponto vulnerável — era como águia que das alturas desce em linha reta sôbre a prêsa escolhida.

Nunca falhou o seu relance e se por êle se tivesse guiado em 12 de outubro de 1825, não teria amargado a derrota de Sarandí.

Foi aí empolgado pela imaginação que transformou ilusòriamente em realidade seus desejos de glória nesse dia, porque era o do aniversário natalício do Imperador.

Êle mesmo o confessa em sua parte de combate, relatando o fracasso: "A-pesar-de logo reconhecer que a fôrça inimiga excedia à de meu mando, oitocentos ou mil homens, mas acostumado a vencer outros maiores números, e ambicioso de solenisar aquele dia com salvas e vivas a S. M. I., depois da derrota dos rebeldes, meti em batalha e ataquei."

c) Iniciativa

A iniciativa, como observa Liberato Bittencourt, é "característica dos espíritos fortes, dos lidadores capazes de mando".

Ela dá a Napoleão a vitória de Arcole e a Caxias a de Itororó, acontecimentos semelhantes, em que êsses dois grandes Generais se irmanam e se cobrem de glórias.

Sendo as entrepresas uma das particularidades de Bento

Manuel, como homem de guerra, evidente é que a iniciativa foi um elemento que contribuíu em alto grau para seus triunfos.

Agia sempre por si, em situações difíceis ou graves. Era inimigo de conselhos.

Afirma-se, como certo, que antes do combate do Sarandí, Bento Manuel reüniu em conselho os comandantes de unidades e os consultou sôbre o ataque: que contra êste se manifestaram Calderon e Bento Gonçalves.

Relativamente a êste ponto diz o dr. Alfredo Varela: "O comandante brasileiro cubiçando novos louros, atreveu-se a ir sôbre o inimigo a-pesar do número e contra o parecer de Bento Gonçalves."

E' uma fantasia esta discordância, e visa tão sòmente enaltecer as qualidades militares do ilustre chefe rio-grandense, com menospreso das do emérito sorocabano.

Bento Gonçalves não discordou do ataque, nem sôbre êste foi consultado.

E' êle mesmo quem o diz, nestes têrmos, em ofício dirigido ao visconde da Laguna: "Nada digo a V. Ex. sôbre o detalhe daquela ação, porque para nada fui ouvido."

d) Cultura técnica

Não é necessário encarecer aquí, a necessidade de cultura técnica em todos os ramos da atividade humana.

A vocação é um grande fator no triunfo dos indivíduos mas, falhada a cultura técnica, é tudo.

Sem cultura técnica não pode haver grandes Generais, grandes estadistas, grandes músicos, grandes médicos, grandes críticos. Com relação aos críticos subscrevemos o seguinte conceito de Liberato Bittencourt, que vale como um axioma: "Um feito militar não se julga apenas com o poder da inteligência, senão com a cultura técnica indispensável ([7]).

Toda a cultura técnica de Bento Manuel se consubstanciava em sua longa prática da guerra.

Não era versado nos feitos dos grandes Capitães, mas conhecia a fundo o guerrilhar sul-americano.

Daí o fato de ter sido mais de uma vez consultado por Generais como Barbacena e Caxias, dotados de sólida cultura técnica.

Não era, como classificou Eunapio Deiró: "Ignorante da tática". Na de seu tempo e de seu meio, êle foi mestre consumado.

O Visconde de Barbacena, em 26 de fevereiro de 1827, e portanto depois da batalha do Passo do Rosário, escrevia a Bento Manuel, dizendo-lhe:

"Deixe V. S. uma boa partida nos passos do Rocha e do Pinto e venha reünir-se ao Exército, adiantando V. S. só a sua marcha porque desejo ouvir a sua opinião, hoje, sôbre vários objetos."

Em ofício datado de Taquarembó, aos 30 de junho de 1843, Caxias, respondendo uma carta de Bento Manuel, disse-lhe: "V. Ex. me diz que não desanime, eu não desanimarei nunca, pelo contrário, cada vez tenho mais esperanças no bom resultado de minha comissão, por isso que o tenho para me ajudar, e creio que hoje bem persuadido está das minhas disposições a seu respeito."

E em 8 de agôsto seguinte, de Caçapava: "De ofício, digo a V. Ex. o que julgo nos convém, porém, se a V. Ex. ocorrer mais alguma cousa, diga-me, pois bem sabe que o que desejo é acertar e por isso estou sempre disposto a aceitar o parecer de quem tem razões para melhor conhecer o sistema de guerra desta Província."

Êste juízo de Caxias, que tanto o eleva, é o maior e o mais brilhante atestado da capacidade técnica de Bento Manuel como General sul-americano.

Von Der Goltz, erudito General alemão, e chefe eminente de missões de instrução militar em diversos países, disse, que "a organização militar de um país para ser boa deve ter um certo cunho de temperamento nacional, porque há uma estratégia e uma tática essencialmente nacionais."

O Barão Von Versin, ilustre General prussiano, a quem Solano Lopez prendeu como espião, quando no pôsto de Major apareceu no Paraguai, com o objetivo de estudar a tática de combate americana, disse, quando liberto, em 1869, pelos

brasileiros, no acampamento dêstes, discorrendo sôbre a guerra: "Os mais afamados Generais europeus veriam suas melhores concepções frustradas em países americanos.

"Contra Generais e exércitos americanos, só Generais e exércitos americanos."

Foi por conhecer a fundo o inimigo que Bento Manuel usou sempre dos recursos de que lança mão o guerrilheiro e assim as minas do adversário encontravam sempre as suas contra minas em atividade.

Evidenciou com êsse procedimento que tinha intuïção perfeita de seu papel como General e que era dotado de conhecimento técnico.

III — O caráter

1) QUALIDADES GERAIS

a) Ambição

A maioria dos escritores que se têm ocupado de Bento Manuel, mal apreciando sua ambição, condemnam-na como cousa mesquinha e depreciativa, como se êle tivesse sido um ambicioso vulgar.

A ambição à glória, a um nome respeitável que foi a que sentiu Bento Manuel e que impulsionou grande número de seus atos, é uma virtude, que só os fortes, os que têm poder de vontade e energia, são capazes de possuir. Desconhecem-na, por completo, os fracos, os incapazes, os nulos, por não terem grandes ideais, e não vicejar nêles o sentimento da emulação.

Vivem quasi exclusivamente para comer e dormir e para a vida fútil e tanto melhor dormem, quanto melhor comem. O grau de seu bem estar, se avalia pelos expoentes de suas quotidianas e absorventes futilidades.

b) Capacidade psicológica

Possuía Bento Manuel esta qualidade em alto grau e foi ela um dos principais fatores de seus triunfos.

Tinha sempre perfeito conhecimento dos chefes a quem obedecia, dos subordinados que comandava e dos inimigos a combater. Dirigiu, por isso, suas tropas por processos que muitos julgam atrasados ou medíocres, porque, sem indagar a causa de seu modo de combater, limitam-se a apreciar os feitos militares por meios empíricos.

Após o desbarato de Sarandí e já livre do perigo, indagou Bento Manuel, cheio de preocupações: "Vem salvo o alferes Osório?

"Se aí vem hei de deixar-lhe minha lança quando eu morrer, porque êle a levará onde eu a levo."

Osório tinha então apenas 17 anos de idade e Bento Manuel, como um vidente, predizia-lhe o destino glorioso, naquela hora sombria e inquietante.

Dez anos mais tarde, quando Araújo Ribeiro se retirava de Pôrto Alegre, por lhe ter sido negada a posse na Presidência da Província, deu-lhe Bento Manuel uma lista das pessoas a quem devia dirigir-se.

O Presidente ao ler na lista o nome de Osório, interrogou: "Êste Tenente é influência também?"

— "É", respondeu Bento Manuel, incisivamente, "e se não morrer", acrescentou com convicção, "virá a ser no futuro entre as primeiras a primeira. Não se esqueça V. Ex. de escrever-lhe."

Só quem fundo lêsse a alma humana, seria capaz de tão segura previsão.

Emilio Luiz Malet, um dos maiores dos nossos generais, e que havia sido demitido do serviço em virtude do decreto de 20 de abril de 1831, que mandou excluir os estrangeiros do exército nacional, neste reingressou em 1843, graças à atuação de Bento Manuel junto a Caxias, que o admitiu, no pôsto de Major, como Deputado do Ajudante General, junto à 1.ª Divisão ([8]).

O empenho de Bento Manuel vale, hoje, por um atestado de sua extraordinária capacidade psicológica.

Esta sua qualidade, não se limitava aos homens isolados — estendia-se às massas, à Província em geral.

Bento Manuel conhecia a fundo o caráter e o espírito dos

rio-grandenses e por isso, seis anos antes de Caxias, êle proclamava que só por meio da moderação é que se havia de obter a paz.

Ouçamos as suas palavras, que só um espírito orientado por uma prudência em alto grau e ao serviço de uma grande alma, poderia ditar:

"V. Ex. sabe muito bem que, em virtude da carta do Exmo. Regente, foi que prometi o olvido de opiniões, medida que, ainda que prescindindo da insinuação do Exmo. Regente, era indispensável adotar-se nas circunstâncias em que nos achamos.

"Certo em que V. Ex. fará terminar as perseguições, deixo de dirigir-me ao Exmo. Regente, que poderia talvez supor existir menos boa inteligência entre V. Ex. e eu.

"Considere V. Ex. que a luta não está terminada e que sòmente, ainda batendo a fôrça rebelde que tenho à vista, por meio da moderação é que se conseguirá pacificar a Província". ([9])

O desfêcho da luta, foi como todos sabemos, mais o resultado da política de moderação, empregada pelo grande Caxias, do que pelos feitos bélicos obtidos.

Depois do desastre de Porangos, em novembro de 1844, Canabarro determina que sejam suspensas as negociações de paz, ao que se opõe Caxias, assegurando todas as vantagens que prometera antes dêsse golpe mortal na revolução.

c) Energia

Possuía Bento Manuel grande energia, que se exterioriza em seus atos bélicos, ativos e impetuosos. Tão enérgico era, que alguns historiadores, como o dr. Alcides Cruz, confundem sua energia com violência e acusam-no de prepotente.

No início do ano de 1835 foi Bento Manuel a Pôrto Alegre, afim de tomar parte nos trabalhos da Assembléia Provincial, de que era membro.

O Presidente da Província, dr. Fernandes Braga, não mandou nem foi cumprimentá-lo.

Bento Manuel cobrou-se dêsse desaire altivamente: não

foi a palácio e, encerrados os trabalhos parlamentares, retirou-se para sua fazenda, no município de Alegrete, sem despedir-se do Presidente.

Êste ato, que revela grande energia e dignidade, evidencia quanto é injusto o juízo do dr. Assis Brasil, quando assevera que Bento Manuel tinha "muito fraca noção dos sentimentos de honra e dignidade" ([10]).

Em fins de 1836, estando Bento Manuel ao serviço da legalidade, teve aviso de estarem os farroupilhas que anistiara, de acôrdo com o dr. Araújo Ribeiro, então Presidente da Província, sofrendo insultos e coações, por parte dos legais exaltados — não se conformou com êsse procedimento e lançou seu protesto altivo e nobre. Dirigiu-se então, a Araújo Ribeiro, solicitando "as mais enérgicas providências, afim de que, por uma vez, desaparecessem semelhantes perseguições", porque quando êle "e o Presidente haviam proclamado, oferecendo o esquecimento das opiniões públicas, não fôra com o fim de armar um laço a homens iludidos; porém, com o firme propósito de manter a todo custo o que solenemente haviam prometido, e que um procedimento contrário seria indigno, não só do govêrno, mas de todo homem que prezasse sua honra."

E assim concluíu êsse enérgico protesto: "Se se continuar o sistema de perseguir os que se apresentam, confiados na promessa que emitimos em nossas proclamações, eu, não podendo tolerar a sangue frio os clamores dos que confiaram em minha palavra — empenhada pelas insinuações do govêrno, e das famílias que se queixam de mim, arguindo-me com quebra de minha honra, terei de abandonar a Província, para não testemunhar e de forma alguma autorizar procedimento contrário aos interêsses da Pátria e indecorosos tanto ao govêrno, como a V. Ex. e a mim". ([11])

Êste documento é um magnífico espelho, onde se vê, com toda a nitidez a energia, a cordura, a inteligência e a grandeza da alma do ilustre general.

A prisão de Antero de Brito, antes que por êste fôsse prêso, é um outro fato que põe em destaque a energia de Bento Manuel.

Sabia êste que o Presidente da Província, depois de o injuriar em documentos oficiais e de permitir e insinuar violentos ataques pelos jornais, ia prendê-lo.

Ao ter disso conhecimento, por despachos que interceptara, tomou a resolução de fazer a Antero o que êste pretendia fazer-lhe e o prendeu, no passo de Itapeví, em a noite de 23 de março de 1837.

E' ainda por um gesto de energia que abandona o serviço da República Rio-grandense em 1839.

Julgando-se Bento Manuel ofendido por um ato do Govêrno, promovendo um oficial que êle castigara, demitiu-se do serviço da República, por meio de um altivo ofício, onde declara: "Dedicado desde os meus primeiros anos à carreira militar, me tenho nela avantajado, não pelos meios de servilismo, senão por ações de esfôrço e inteligência; e servindo nesses tempos com os Generais Diogo de Sousa, Conrado Jacob e outros, que temos o costume de chamar déspotas, nenhum dêles jamais me desairou.

"Aí estão os rio-grandenses, todos testemunhas do aprêço e consideração com que sempre me honraram, sem que eu soubesse curvar-me à prepotência.

"Hoje, já próximo à sepultura e cheio de cãs ganhadas em árduos serviços à pátria prestados, não posso, nem devo tolerar que por um obscuro baïano fira V. Ex., nem o Exmo. Govêrno, minha honra e pundonor militar". ([12])

d) Firmeza de caráter

Esta qualidade é negada a Bento Manuel, por quasi todos os escritores que se têm ocupado da revolução farroupilha, com fundamento de que êle ora esteve ao serviço da República, ora do Império.

Esquecem ou não verificaram, os que assim pensam, que aquela revolução teve causas e pretextos.

As causas residiam nos ideais de alguns sonhadores da democracia, que, recorrendo aos pretextos, envolveram no movimento muitos chefes monarquistas, para jogarem, como jogaram, com seus prestígios.

Os republicanos foram os chefes ocultos, os monarquistas os ostensivos.

Aqueles dominaram estes, com exceção de Bento Manuel, que se desligou da revolução, quando esta mudou de rumo, acentuando seu caráter republicano, com a negação da posse ao enviado da Côrte, que a própria revolução pedira e agora recusava, com apôio da massa popular, que fraternizava com os prègadores da república federativa.

Bento Manuel, dotado de energia em alto grau, como acabamos de demonstrar, senhor de si, anti-republicano e contrário em extremo ao separatismo, não foi, como os outros, dominado pelo contágio mental, e pôde, por isso, ficar onde estava, isto é, fiel às promessas de apôio ao govêrno central, que êle, Bento Gonçalves, Antônio Neto, Domingos Crescêncio, Marciano Ribeiro, João Manuel, Mariano de Matos e vários mais, protestavam sustentar mas a quem, à última hora, negaram apôio.

Não faltará, talvez, quem veja no afêrro de Bento Manuel à monarquia, emperramento ou falta de coerência, porque em política se escreve o direito por linhas tortas.

Nós vemos nesse seu ato, firmeza de caráter, convicção em suas idéias, fidelidade ao Império, amor ao Brasil.

Não houve, julgamos, por parte daqueles outros chefes, a felônia premeditada de que os acusam alguns historiadores, que reprovam suas atitudes em contrário ao que prometiam, nem deslealdade que insinuam e que vêm um fingimento no apôio hipotecado.

No código dos delitos rio-grandenses, nos áureos tempos do Rio Grande, a quebra da palavra empenhada, o fingimento, eram das mais baixas vilanias.

Ninguém, homem de honra, recorria a êsses processos para vencer. A causa de mudança de rumo era outra, que tem passado desapercebida.

São conhecidos muitos casos de homens eminentes e de indivíduos cultos que, em contacto com as massas populares, se despersonalizam e, mergulhados na onda marulhosa das multidões, participam de todas as idéias e atos destas, bons ou maus.

O contágio mental, é uma fôrça extraordinária e avassaladora.

Foi êsse contágio que levou os chefes ostensivos do levante de 20 de setembro de 1835, a se identificarem com as idéias prègadas por alguns agitadores republicanos, idéias essas que encontraram um campo propício para sua expansão no seio do povo rio-grandense, graças às suas tendências democráticas e que havia de ser, por isso, o **pivot** da resistência heróica na década farroupilha.

Ao serviço do govêrno legal procurou Bento Manuel acalmar os ânimos e pacificar a Província pela moderação. Encontrou apôio em Araújo Ribeiro e forte oposição por parte dos exaltados, que conseguiram fôsse nomeado outro presidente — o General Antero de Brito.

Bento Manuel havia entrado em entendimento com alguns chefes farroupilhas para a paz.

A comunicação dêsse entendimento foi recebida pelo novo Presidente da Província, que o desaprovou àsperamente, porque nem o comandante das armas nem êle "estavam autorizados a entrar em negociações com tal quadrilha de "salteadores", visto que, "das muitas e reiteradas contemplações que com êles tinha havido, nenhum proveito resultara ainda em favor do sossêgo público" e acrescentou: "Desenganemonos pois que não há outro meio para pôr têrmo a esta desordem, senão o debelar os sediciosos e atirar-lhes como a feras indômitas e devastadoras."

Esta resposta brutal feriu fundamente Bento Manuel que, como já vimos, havia declarado abandonaria a Província se as perseguições continuassem.

Além dessa resposta o General Antero pediu ao ministro da guerra a substituïção de Bento Manuel no comando das armas, porque, disse, "pela moleza com que está procedendo, parecia recusar-se a descarregar um golpe de morte na revolução." E, para desmoralizar sua vítima, mandou publicar na imprensa o ofício em que pedia aquela substituïção. Tomou, em seguida, providências para prender Bento Manuel, sendo, entretanto, por êste prêso, como já foi mencionado.

Nesta situação voltou Bento Manuel às fileiras farrou-

pilhas, mas com esta condição que abona a firmeza de seu amor pelo Brasil: serviria à república até que fôsse proclamada a maioridade do Imperador, porque então a luta devia terminar e todos retornariam ao grêmio nacional.

Vinte e dois dias depois dêsse acontecimento dizia o dr. Sebastião Ribeiro (filho de Bento Manuel) em carta à sua genitora:

"Finalmente os republicanos inteirados do verdadeiro interêsse de nossa Pátria, assentarão de desistir de República e nós sustentaremos a independência da Província durante a menoridade do Sr. D. Pedro II. Único meio de poupar vítimas e de pôr têrmo a essa guerra devastadora e sem proveito."

Era convicção geral que com a maioridade cessaria a luta, porque havia fundadas esperanças na ação conciliadora e patriótica do imperador.

O Visconde de São Leopoldo diz que ouvira "ardentes defensores da monarquia proporem a separação da nossa província até à maioridade do jovem monarca" ([13]).

Em ofício da setembrina, datado de 23 de agôsto de 1840, disse Bento Gonçalves ao General Andréa, referindo-se à paz: "Cumpre-me declarar-lhe que se V. Ex. tivesse falado sôbre êste assunto com o Marechal Mena Barreto, saberia dêle qual a minha opinião a respeito, pois em uma de nossas últimas conferências, no tempo do antecessor de V. Ex., lhe propus verbalmente como base de todo e qualquer arranjo a declaração da maioridade do Imperador e, por conseqüência, sendo esta, como foi, proclamada, facilitados estão os meios para tratar-se da conciliação e da paz."

Foi assim que Bento Manuel entrou para o serviço da República Rio-Grandense, que dois anos depois havia de abandonar por ter sido desairado. Recolheu-se, então, ao Uruguai.

Aí foi buscá-lo Caxias em 1842, apelando para seu patriotismo.

Logo depois de abandonar as fileiras farroupilhas, dissera Bento Manuel: "... se houvesse homem com capaci-

dade de dirigir a guerra, nem rastos de republicanos apareceriam" ([14]).

Caxias agora, em 1842, era o homem capaz de pôr têrmo à luta, pela sua capacidade militar, pela sua alta, nobre e humana política de moderação, orientada pelos seus elevados sentimentos de brasilidade.

Bento Manuel atendeu ao apêlo de tão ilustre chefe e o serviu com dedicação e bravura até a paz em 1845.

Êste retôrno de Bento Manuel à legalidade é, ainda, uma prova de sua firmeza de caráter. Seu maior empenho, toda sua preocupação, como cidadão e como soldado, estava em resguardar e defender a integridade do Brasil. Foi precisamente isso no que êle pensou em 1836, abandonando a revolução, foi isso que o levou, em 1837, a entrar para o serviço da República até a maioridade e, por êsse mesmo motivo, agora, atendia ao apêlo de Caxias, tendo antes desprezado um oferecimento de 200 contos e um alto cargo diplomático para seu filho, na Europa.

Não agia dominado pela egolatria, nem como um ambicioso vulgar — visava a grandeza do Brasil, sob um regime de ordem e de justiça.

e) Patriotismo

Inúmeros são os atos de Bento Manuel reveladores de seu alto e acendrado patriotismo — isso, entretanto, não impediu que acusassem-no de quebra dêsse sentimento, não tomando parte na batalha do Passo de Rosário, em 10 de fevereiro de 1827.

Mais de uma vez já tratamos dêsse assunto, demonstrando a injustiça das acusações sôbre sua ausência nessa batalha. Continuando, porém, a ser repetidos os juízos desairosos, vamos examinar o fundamento dos pontos incriminados:

Ordem de não se afastar do Exército

Eunapio Deiró, um dos mais formidáveis dos acusadores de Bento Manuel e que tem tido um grande número de repetidores de suas acusações, disse, traçando a vida militar do

Marquês de Barbacena, em 1886: "Ao Coronel Bento Manuel Ribeiro ordenou-se positivamente que, comandante desta brigada, não se colocasse a tal distância do Exército, que logo aos primeiros tiros, que anunciassem recontro com o inimigo, não pudesse reincorporar-se com o Exército" ([15]).

Páginas adiante é mais preciso, afirmando que Bento Manuel "recebeu ordens positivas de não distanciar-se mais de uma légua do grosso do Exército, para poder reünir-se no caso de uma batalha" ([16]).

E, para acentuar a falta de Bento Manuel, assevera que êste "respondeu distaria do Exército uma légua de modo que se lhe reünisse de pronto, logo que fôsse necessário" ([17]).

Entre os que repetiram esta acusação figura o dr. Alfredo Varela. ([18])

Não foi, entretanto, dada a ordem de afastamento nos têrmos transcritos, nem existe a resposta de Bento fantasiada por Deiró.

O Marquês de Barbacena em carta, cujo original se acha no arquivo do Barão de Rio Branco, estabeleceu, a Bento Manuel, relativamente ao ponto em referência, a seguinte "Regra geral: "V. S. não deve estar a mais de 8 ou 9 léguas do Exército, e eu vou constantemente em seguimento do inimigo."

E' êste o único documento até hoje conhecido, precisando distância em que Bento Manuel devia se conservar do Exército.

Há, entretanto, uma ordem de Barbacena, de 9 de fevereiro, à 2.ª Brigada ligeira, do comando de Bento Gonçalves, para observar o inimigo, sem se afastar além de uma légua do grosso do Exército.

A leitura apressada dessa ordem foi, sem dúvida, que deu origem à afirmativa de Deiró, tomando a brigada de Bento Gonçalves, que era a 2.ª, pela de Bento Manuel, que era a 1.ª e fôra destacada, aquela, a 9 e não a 3 de fevereiro.

Preferimos acreditar na leviandade do autor citado, do que em sua deshonestidade, atacando, desabridamente, sem provas, um velho servidor da pátria.

Sua acusação, entretanto, embora sem fundamento, deu

margem a outras, confirmando assim o conceito, cremos que de Madame de Sevigné, de que o homem é gêlo para a verdade e de fogo para a mentira.

Contar com a Brigada de Bento Manuel no lugar e hora indicados

O Marquês de Barbacena em carta ao brigadeiro Cunha Matos, de 2 de março, e portanto depois da batalha e ainda perturbado pelo resultado desta e preparando sua defesa, para justificar o revés sofrido, disse que Bento Manuel lhe assegurara "que contasse com êle no lugar e hora indicados" e acrescentou haver na mesma ocasião lhe participado "que o inimigo se retirava a toda pressa."

Esta comunicação, que foi recebida pelo comandante em chefe, a 17 de fevereiro, é datada de 15 dêsse mês, dos Campos do Coronel Carneiro.

Êsse ofício não contém a primeira parte referida por Barbacena, isto é: a promessa de Bento Manuel de "que contasse com êle no lugar e hora indicados."

Na comunicação seguinte, que é de 18, recebida a 19, tudo de fevereiro, e cujo original se acha no Arquivo Nacional, não existe também a promessa mencionada.

Ordem para Bento Manuel se reünir ao Exército

Admitida, porém, a existência daquela promessa, ela só poderia efetivar-se mediante a indicação de lugar e hora.

Foi feita esta indicação?

Eunapio Deiró afirma que sim, dizendo: "O General em chefe ouviu o conselho de Generais que por unanimidade opinou pela necessidade de levantar o acampamento e marchar ao inimigo.

"Realizou-se o movimento do Exército de acôrdo com a opinião do Conselho.

"Então, o Marquês de Barbacena ordenou ao Coronel Bento Manuel que, deixando algumas partidas para observar o inimigo, viesse reünir-se ao grosso do Exército" ([19]).

O Conselho em que foi tomada a resolução transcrita, realizou-se a 19 de fevereiro, nas vésperas da batalha.

Antes dessa deliberação o Marquês de Barbacena recebera um ofício de Bento Manuel, de 18, de Jaguarí, e portanto a uns 100 quilômetros de distância.

Não podia, pois, ter dado a ordem aludida e muito menos recebido a resposta que se atribue ao injuriado Coronel.

Êste, em palestra com o brigadeiro Luiz Manuel de Lima e Silva, em 1843, negou a existência daquela ordem. ([20])

O General Osório, em resposta a uns quesitos formulados pelo Barão do Rio Branco, em 1871, disse que "Bento Manuel não supunha a batalha naquele dia, nem tinha recebido ordem do General em chefe a respeito. ([21])

Na corespondência ativa de Barbacena existente no Arquivo Nacional e na qual se encontram até rascunhos de cartas e de ofícios, não existe a ordem em aprêço. Não tem, pois, razão o dr. Alfredo Varela quando assevera que ela foi dada. ([22])

Se essa ordem existisse, Bento Manuel teria sido responsabilizado.

Barbacena que recorreu a pretextos para justificar seu fracasso, não desprezaria um motivo tão forte.

E' que êsse motivo não existia, como já ficou dito e evidenciam mais estes fatos:

Na ata do conselho de 19, depois de recebida a comunicação de Bento Manuel, foi dito "que se devia prosseguir após o inimigo e acometê-lo onde quer que fôsse e em qualquer das disposições que o encontrasse, conhecida, como era, a sua intenção de retirar-se; não devendo servir de objeção o mau estado da cavalhada do Exército, pois que o inimigo não tinha melhor e nem a ausência da 1.ª Brigada ligeira."

Notai bem — o Conselho julgou que a ausência da 1.ª Brigada ligeira não era motivo para impedir se atacasse o inimigo.

Isso importou em reconhecer que a mesma Brigada não poderia tomar parte na batalha que se ia travar.

O General Soares de Andréa, respondendo a uns quesitos formulados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

em 1854, sôbre a Batalha do Rosário, disse: "Na véspera da ação, estando eu e outros deitados na nossa cama habitual, da madre terra, disse para um dos nossos oficiais: "Ora, o que iremos nós fazer amanhã, dando uma batalha sem reünirmos a brigada de Bento Manuel?"

Não tem, pois, fundamento, esta afirmativa de Eunapio Deiró: "Na profunda persuasão de ter à sua mão a brigada ligeira, o Marquês de Barbacena no dia 20 de fevereiro de 1827, mandou atacar o exército argentino."

Daí certamente procede êste juízo de Calógeras, justificando Barbacena: "Mas, nem assim, merecia a ingratidão com que o acusaram, principalmente tendo em vista que conduzia 6.000 homens, contra mais de 8.000, e que o auxílio leal, com que contava, o de Bento Manuel, lhe havia infelizmente faltado, no momento decisivo" ([23]).

Ainda como uma prova de que Bento Manuel não cometeu a grave falta de que o acusam, existe o fato de ter continuado, depois de 2 de fevereiro a manter íntimas relações com Barbacena e a merecer dêste inteira confiança, ao ponto de dar-lhe novamente a missão de observar os movimentos do inimigo.

Além disso, o comandante em chefe, recorria aos conselhos de Bento Manuel, como se vê dêstes têrmos de uma carta de 26-11-1827 e que se acha no arquivo do Barão do Rio Branco: "Deixe V. S. uma boa partida de observação nos passos do Rocha e do Pinto e venha reünir-se ao Exército, adiantando V. S. só a marcha, porque desejo ouvir a sua opinião, hoje, sôbre varios objetos."

Supomos que a leitura apressada, sem reflexão, dêste documento, posterior à batalha do Rosário, tivesse induzido Eunapio Deiró a dizer que o Marquês, antes desta batalha, "ordenou ao Coronel Bento Manuel que deixando algumas partidas para observar o inimigo, viesse reünir-se ao grosso do Exército."

Preferimos, também desta vez, acreditar na leviandade do autor neste ponto, a crer na existência de motivos desdourantes.

Distância em que estava Bento Manuel, no dia 20, do Campo de Batalha

Ponto importante é êste, e, surpreende a falta de reflexão, de tino, com que tem sido tratado. Verdadeiros disparates se têm escrito sôbre a distância em que se achava a brigada de Bento Manuel, do Campo de Batalha, no dia 20 de fevereiro de 1827.

Uns levados pelo fim preconcebido de defender o General em chefe, outros de acusar o comandante da 1.ª Brigada ligeira, outros, em maior número, porque se limitam a repetir o que encontram em letra de fôrma, afirmam que Bento Manuel estava no Passo de Santa Vitória, a 3 léguas do Campo de Batalha!

Isto prova que escrevem automàticamente, sem olhar para a carta, visto que um simples golpe de vista sôbre esta, revelaria a distância daquele passo ao do Rosário: era de 13 léguas, pelos caminhos então praticáveis.

Vejamos, como ilustração do quanto é frágil o fundamento com que se acusa Bento Manuel, o que se tem dito sôbre o ponto em referência:

João Coelho Gomes Ribeiro, na **Memória** apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em fevereiro de 1903, disse: "Em Ituzaingó, Bento Manuel Ribeiro, com seus 1.200 bravos, apenas a meia légua de distância do campo de ação, ouvindo o estampido do canhoneio, traíu a bandeira, violou as ordens recebidas e deixou de voar em socorro de seus camaradas."

A **meia** légua do campo de ação, era nesse próprio campo e não havia necessidade de **voar** para tomar parte na batalha.

Eunapio Deiró afirma que Bento Manuel ouviu o troar do canhão "a distância de uma légua" ([24]).

Parece que o autor se referiu a **Légua de Póvoa,** porque páginas adiante, afirma que essa distância era de 6 léguas castelhanas ([24]).

Pereira da Silva diz que Barbacena contava com o socorro de "Bento Manuel Ribeiro, que de fato se postara na

Coxilha do Pau Fincado, cêrca de duas léguas distante do Passo do Rosário" ([25]).

Bento Manuel não estava na Coxilha do Pau Fincado e sim no Passo de Santa Vitória, no Ibicuí.

Admitido, porém, que estivesse naquela Coxilha e colocado no ponto em que esta mais próximo fica do Passo do Rosário, ter-se-á, ainda assim, a distância de cêrca de 7 léguas dêsse passo e de 6, aproximadamente, do campo de batalha.

Rocha Pombo assevera que a fôrça de Bento Manuel "Ficou muito quieta em Pau Fincado, distante umas duas léguas, enquanto os outros combatiam no Passo do Rosário" ([26]).

O autor escrevendo **Pau Fincado,** parece não se referir à Coxilha assim denominada e sim a um local, ou seja a estância daquele nome, então pertencente ao Coronel Manuel Carneiro.

Pois bem — essa estância ficava a 10 léguas a L. do Campo de Batalha!

Leopoldo de Freitas assim se manifesta: "O Marquês de Barbacena estava contrariado por motivo do Coronel Bento Manuel não ter vindo em socorro de seu exército, com a brigada destacada para o Passo do Rosário, distante quasi duas léguas de Ituzaingó" ([27]).

Escrevendo Ituzaingó quis, certamente, se referir ao campo de batalha; êste, entretanto, dista cêrca de três quartos de légua daquele Passo; se a referência, porém, é ao arroio crismado impròpriamente com aquele nome pelos argentinos, maior é o êrro, visto que a foz dêsse pequeno curso d'água fica a menos de meia légua a montante do referido passo.

Alfredo Rodrigues afirma que "se não fôsse a inação de Bento Manuel, postado a menos de 3 léguas do campo de batalha e que, em vez de concorrer com a sua fôrça, retirou-se para mais longe, a vitória teria sido das armas brasileiras" ([28]).

José da Costa Barros da Fonseca, respondendo a um questionário do Instituto Histórico Brasileiro, disse que "a brigada do Coronel Bento Manuel tinha sido mandada em

observação simplesmente e se achava no dia da batalha a quatro ou cinco léguas de distância do campo e ouvindo o fogo retirou-se."

O General Miranda e Brito, que exercia o cargo de Quartel-Mestre General por ocasião da batalha, declarou, em resposta ao questionário do Instituto: "Segundo afirmam algumas praças desta brigada (1.ª ligeira) achava-se ela no dia da batalha a quatro ou cinco léguas do rio Ibicuí; o piquete dera parte, logo de manhã, de se ouvirem tiros de artilharia e descargas de fuzilaria; e, não obstante isso, a brigada contra-marchou rio acima, talvez duas léguas e aí pernoitou."

E' confusa esta informação.

Não precisa o local nem a margem do rio em que estava a brigada — diz simplesmente que marchou duas léguas rio acima e que foi ficar no dia 22 na estância do Pau Fincado.

O Instituto perguntara a que distância se achava do campo de batalha Bento Manuel com sua brigada no dia 20 de fevereiro e o General respondeu: "a quatro ou cinco léguas de Ibicuí."

Não parece mais um jôgo de disparate?

O Duque de Caxias, respondendo ao Instituto Histórico, também em 1854, disse: "A distância em que estava Bento Manuel, quando principiou o combate, não alcançava a seis léguas castelhanas."

Acrescentara antes que aquele Coronel ao ouvir o "estrondo da artilharia inimiga se retirou para mais longe."

O General Andréa disse, em 1851, que "Bento Manuel estava a seis léguas de distância" e acrescentou: "E' fato que êle seguiu nesse mesmo dia para maior distância."

O Marquês de Barbacena, em carta ao brigadeiro Cunha Matos, a 2 de março de 1827, disse que "a 1.ª brigada ligeira estava a seis léguas, quando ouviu os primeiros tiros de artilharia."

João Maia assevera, também que Bento Manuel estava a seis léguas de distância e que "ouviu imóvel os primeiros tiros de artilharia" ([29]).

O General Osório, em resposta aos quesitos do Barão

de Rio Branco, calculou em 9 léguas a distância em que se achava a 1.ª Brigada ligeira.

E' sabido, hoje, que Bento Manuel se achava com sua brigada, em 20 de fevereiro, no Passo de Santa Vitória, no Ibicuí.

A distância daí ao campo de batalha, pelo caminho mais curto, na época, era de 13 léguas, visto que o rio Cacequí só era vadeável no Passo das Moças Velhas.

Ainda em linha reta, a distância em que se achava Bento Manuel do campo de batalha, era de sete léguas e, como não lhe era possível marchar por linhas astronômicas, tomou a estrada que conduzia àquele passo no Cacequí. Sendo, porém, informado da retirada do exército, rumou para a estância do Pau Fincado, onde foi esperar os retirantes.

A distância em que estava Bento Manuel, 86 quilômetros, não permitia que êle pudesse vencê-la em 7 horas e chegasse com sua brigada em condições de tomar parte na batalha, visto que a cavalhada chegaria estropiada.

Não há fôrça de cavalaria que realize, em boas condições, mais de dez léguas de marcha consecutiva, em 7 horas.

Afastamento para mais longe

O afastamento para ponto mais longe do campo de batalha, constante das transcrições feitas, e há poucos dias repetido por Calógeras em seu último livro (30), não compromete a conduta de Bento Manuel. Não podendo marchar para o campo da luta por linhas astronômicas e sim pelas cumiadas das coxilhas, despontando cursos d'água, ao ouvir os tiros de artilharia na manhã de 20, tomou a estrada que ligava o Passo de Santa Vitória, no Ibicuí ao das Moças Velhas, no Cacequí, mandando na frente uma partida, ao mando de um oficial, que ao ter conhecimento da retirada de Barbacena, regressou à brigada com essa informação.

Bento Manuel dirigiu, em conseqüência, suas marchas para leste e foi acampar na Estância do Pau Fincado, onde o encontrou o grosso do exército a 22.

Perda de contacto com o inimigo

E' dever de quem julgar, com isenção de ânimo, o procedimento de Bento Manuel, culpá-lo pela perda de contacto com o inimigo, após o combate da Sanga Funda, a 16 de fevereiro.

Mansilha, depois de ter jogado, hàbilmente, a coluna brasileira para a margem direita do Ibicuí, no Passo do Umbú, retirou-se rumo de Cacequí.

Bento Manuel, em vez de seguí-lo, foi bivacar no Jaguarí, "por ser", diz êle, "o único lugar em que havia água para a cavalhada" ([31]).

Êsse êrro, porém, é filho de uma convicção geral: o inimigo retirava.

Para Bento Manuel, segundo suas próprias expressões, em ofício de 15, " a retirada era certa pelo Passo de São Simão".

Pensava, por isso, sair adiante dos retirantes, quando estes passassem "no fundo do Loreto".

A 18 se achava no Jaguarí, e portanto na direção que a 15 dissera ia seguir e, convencido, sem dúvida, pois não tivera comunicação em contrário, que Barbacena continuava nas pègadas de Alvear.

Não tendo, porém, notícias do inimigo, contramarchou e foi ficar, a 19, no Passo de Santa Vitória, para aí aguardar ordens do comandante em chefe e a munição que ao mesmo pedira a 18.

Porque Bento Manuel não participou da Batalha de Passo do Rosário

Não participamos, data vênia, da opinião do grande mestre General Tasso Fragoso, quando diz que "é difícil, senão impossível, liquidar hoje êsse ponto controverso" ([32])

Calógeras, depois de julgar, em 1928, "quiçá justificável a ausência de Bento Manuel ([33]), diz em 1932, que "perto de 1.500 homens (eram, aliás, 863), de cavalaria, por motivo até hoje inexplicado, sob o comando de Bento Manuel Ribeiro, não compareceram ao combate" ([34]).

O Marquês de Barbacena, em 13 de fevereiro, depois de haver prescrito a Bento Manuel, como regra geral, que não se afastasse mais de 8 a 9 léguas do exército, disse: "e eu vou constantemente em seguimento do inimigo."

Às 5 horas da tarde de 17 recebeu comunicação de Bento Manuel, datada de 15, dos Campos do Coronel Carneiro, de que era "certa a retirada do inimigo por São Simão."

Tomou então a deliberação de cortar essa retirada, vadeando o Santa Maria no Passo do Rosário e para aí se encaminhou.

Esta resolução o afastou muito da coluna de Bento Manuel, a quem não deu conhecimento da nova direção, não obstante estar ciente de que a 1.ª Brigada Ligeira seguia para o norte, isto é, para Passo do Umbú e que ia por isso ficar cortada do exército, visto que êste em vez de continuar em seguimento do inimigo, inflexionou para oeste.

Por tudo isto e pela comunicação recebida a 19, sabia perfeitamente o comandante em chefe que não poderia contar com a 1.ª Brigada Ligeira na batalha a travar a 20, como já ficou exposto e consta da ata do Conselho que deliberou se marchasse sôbre o inimigo, sem a brigada de Bento Manuel, porque a ausência dessa fôrça "ficava compensada pelo fato de ser o terreno favorável à infantaria" ([35]).

Do que ficou exposto ressalta que foram estes os motivos por que Bento Manuel não participou da batalha de 20 de fevereiro de 1827:

a) Não ter recebido ordem para se recolher ao grosso do exército;
b) Não ter sido prèviamente avisado do lugar e hora em que devia travar-se a batalha, para o que, aliás, não havia tempo por ter sido isso resolvido à ultima hora;
c) A distância de 86 quilômetros em que se achava do campo da luta;
d) Haver Barbacena, a 17 de fevereiro, tomado bruscamente a resolução de cortar a retirada do inimigo, mudando, para isso, de direção, sem dar aviso ao

comandante da 1.ª Brigada Ligeira que ficou, assim, na ignorancia das últimas disposições do comando em chefe e convencido de que permaneciam as ordens anteriores em concordância com suas comunicações de 15 e 18.

Não há, pois, o procedimento equívoco, com que a malquerença de um ilustre investigador de nosso passado, procura ferir e amesquinhar Bento Manuel ([36]).

O velho guerreiro está isento do feio crime de lesa-pátria.

Êle é, sob o ponto de vista patriótico, um dos mais altos exemplos de que nos devemos orgulhar.

Viu sempre a pátria como devem vê-la os que sabem-na compreender e amar.

Nunca lhe turbaram êsse grande culto, os impulsos do provincialismo, embora alimentando entranhado amor pelos pagos onde cresceu e viveu.

Não era rio-grandense, mas soube amar e defender aquela terra de encantos, como o mais extremoso de seus filhos — mas, êsse amor, só, não seria suficiente para que o apontassemos como um exemplo a ser imitado, se êle não tivesse sido, como o foi, brasileiro acima de tudo.

2) QUALIDADES TÉCNICAS

a) Vocação

O dr. Alcides Cruz, atribuindo a Bento Manuel uma única qualidade das inerentes aos grandes capitães — a bravura e negando as outras, afirmou, entretanto, a existência de uma das mais necessárias — a vocação, asseverando que êle possuía o instinto guerreiro.

O instinto, neste caso, é o mesmo que inspiração, tendência ou aptidão inata, vocação enfim, e êste predicado entra sempre como fator máximo em todos os grandes feitos do homem.

Napoleão, que foi um gênio sem par como guerreiro e que, no conceito autorizado de Liberato Bittencourt, nascera chefe de exército, caíu quando fizeram-no chefe de nação.

Alexandre Herculano sentenciou: "O poeta nasce."

Assim também acontece ao general.

Bento Manuel, como com fartura se evidencia em todos seus atos, tinha vocação para a carreira das armas: nascera general e por isso desde jovem, como simples praça de pré, principiou a manifestar todas aquelas qualidades que lhe eram peculiares e que mais tarde, em conjunto, o haviam de fazer ocupar entre seus contemporâneos o papel de destaque que ocupou, preponderando galhardamente.

b) Bravura

Bento Manuel foi de uma bravura a toda prova.

Êmulo de Osório, de Pôrto Alegre, de Andrade Neves, de Antônio Sampaio e dos mais afamados capitães estrangeiros.

Devido à sua bravura, ao seu valor pessoal, foi, em 10 anos, de simples furriel a coronel.

Todas as suas promoções, até o último pôsto de oficial superior, foram por bravura.

Foi praça de pré durante 12 anos, precisamente o tempo em que estivemos em paz, depois de seu alistamento no Exército.

Surgem, porém, as lutas e o jovem soldado se revela assombrosamente e, em dois lustros, desquita com vantagem o tempo que permanecera como simples praça.

Bento Manuel foi de energia e de bravura, um possante e inesgotável dínamo, que transformava em raios mavórcios a coragem de seus soldados, quando sob suas ordens investiam contra o adversário.

Pode-se, pois, aplicar-lhe esta observação de J. L. Alibert, ao estudar, nos homens de guerra, os resultados físicos da coragem humana: Havia alguma cousa de imponente e altivo em todas suas atitudes, quando conduzia seus soldados à vitória. Seu olhar de fogo corria sôbre milhares de braços, cujos músculos se agitavam à sua vontade. Era belo ver-se

todas as potências individuais, adiantarem-se à sombra de sua coragem e aí sugar seu princípio de ação e movimento.

E, assim, seus comandados, na embriaguez da bravura, que avassala, que empolga e que endoidece, sobrepondo a coragem aos egoismos do instinto de conservação, se faziam heróis e foram os obreiros, constantes, impávidos, admiráveis, que consolidaram as raias meridionais da pátria, lá no Rio Grande do Sul, cujos filhos podiam, como os heróis das Termópilas, nos últimos anos de mais de meio século de lutas incessantes e porfiadas, despachar um mensageiro, dizendo-lhe: caminhante, se conseguires transpor as fronteiras dêste território para o coração da pátria, proclama pelo Brasil a dentro que nos viste jazendo aquí, como manda o patriotismo e como só é capaz a bravura.

---

(1) Precis de Psicologie — tradução para o francês por B. Baudin e G. Bertier, pág. 184.

(2) História da República Rio-grandense, pág. 122.

(3) Ofício ao dr. Marciano Ribeiro, Presidente da Província, de 5 - XII - 1835.

(4) Tenente-Coronel Rousset — Os Mestres da Guerra — tradução de Tasso Fragoso, pág. 9.

(5) Epítome das guerras com as Províncias do Prata, pág. 70.

(6) Joaquim S. de A. Pimental — Episódios Militares, pág. 72.

(7) Psicologia do Comando em Chefe, Passim.

(8) Carta de Caxias a Bento Manuel, das Pontas do Camaquam, aos 27 - IX - 1843.

(9) Carta a Araújo Ribeiro de 3 - XII - 1836.

(10) Obra cit., pág. 127.

(11) Carta cit., de 3 - XII - 1836.

(12) Ofício dirigido, em 18 - VII - 1839, ao Ministro da Guerra da República Rio-grandense.

(13) Anais da Província de São Pedro, pág. 305.

(14) Carta a Manuel Velozo Rebelo, de 13 - X - 1840.

(15) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 49, pág. 337.

Vida do Marquês de Barbacena, pág. 159.

(16) Obras cits., 379 e 107.

(17) Idem, 400 e 201.

(18) Rio Grande do Sul, 98,99.

(19) Vida do Marquês de Barbacena, cit. 200.

(20) Anais do Exército Brasileiro, em Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, VII — 43.

(21) Fernando Osório — História do General Osório, I — 180.

(22) Rio Grande do Sul, cit. 99.

(23) A Política Exterior do Império, II — 435.

(24) Vida do Marquês de Barbacena, cit. 196.

(25) Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I, 2.ª edição, 195.

(26) História do Brasil — VIII — 142.

(27) História Militar do Brasil, 116.
(28) David Canabarro, Almanaque do Rio Grande do Sul, VIII — 8.
(29) História do Rio Grande do Sul, 4.ª edição, 118.
(30) A Política Exterior do Império, III — 186.
(31) Ofício de 18 a Barbacena.
(32) A Batalha do Passo do Rosário, 327.
(33) Obra cit., II — 435.
(34) O Marquês de Barbacena, 162.
(35) Tasso Fragoso, obra cit., 216.
(36) Alfredo Varela — Duas Grandes Intrigas, II — 284.

David Canabarro

Othelo Rosa

I

Aproxima-se o centenário da Revolução dos Farrapos. E convém, assim, que minuciosamente se estude as figuras primaciais do grande decênio, pois que, sôbre elas, pairam ainda muitas dúvidas e incertesas. E' mister que o Rio Grande do Sul, em 1935, glorifique concientemente a incomparável geração dos farroupilhas, tendo uma idéia justa e

Casa em que nasceu Canabarro, em Taquarí

certa do que foi a guerra dos dez anos, e do que na realidade foram os seus prohomens.

Sôbre David Canabarro são escassas as informações biográficas. Alguns historiadores de boa vontade como o esforçado Alfredo Ferreira Rodrigues, reüniram várias achegas valiosas, mas insuficientes.

David Canabarro

Erram-lhe, quasi todos, a data do nascimento; alguns, o local; outros atribuem-lhe parentela que o guerreiro ilustre nunca teve.

Graças a algumas investigações que fiz, está em meu poder a certidão de nascimento de David, assim como os originais dos autos de inventário de seu pai, o alferes José Maria Coelho, inventario processado no ano de 1816. E como êsses documentos esclarecem todas as dúvidas, e retificam os equívocos correntes, trago-os hoje à publicidade, comemorando o dia em que nasceu o astuto, ardiloso adversário do Barão de Caxias, no ano terrível de 1844.

David José Martins, depois David Canabarro, nasceu no lugar chamado "Pinheiros", a uma légua, mais ou menos, da hoje cidade de Taquarí, no dia 22 de agôsto de 1796, e não de 1793, como se vê nas raras tentativas biográficas existentes, e eu mesmo já o repeti. A certidão, extraída do livro 2.º de batismos de São José de Taquarí, página 124, pelo prestimoso sr. Jorge G. Felizardo exclue todas as dúvidas. Vale a pena dar-lhe o texto integral:

— "David — Aos quatro de setembro de mil setecentos e noventa e seis nesta Matriz de São José de Taquarí, batisei solenemente a David que nasceu aos vinte e dois de agôsto do presente ano. Filho legítimo de José Martins Coelho natural de Pôrto Alegre e de Mariana Inácia de Jesús natural da Ilha de Santa Catarina. Avós paternos, José Martins Faleiros e Jacinta Rosa naturais da Ilha Terceira. Maternos Manuel Francisco Ferreira e Perpétua de Jesus naturais da mesma Ilha. Foram padrinhos Manuel de Medeiros e sua mulher Maria Silveira do que para constar fiz êste têrmo que por verdade assinei. O Vigr.º José de Resende Novaes."

Fica assim de todo anulada a hipótese, que já ouvi formular, do nascimento de David em Rio Pardo; e, sobretudo, a de seu nascimento em Santa Catarina, aventada pelo Almirante Henrique Boiteux no seu interessante livro "A República Catarinense", página 115, nestas palavras textuais:

"Nessa localidade reúniu-se às fôrças do coronel Joaquim Teixeira Nunes, que constituiam a vanguarda das tropas de

Canabarro, escolhido de preferência comandante da expedição à Onofre Pires, «por ser filho de Santa Catarina»."

O êrro do distinto escritor provirá, talvez, do fato de ser de Santa Catarina dona Mariana Inácia de Jesús, mãe do glorioso continentino. De qualquer forma, é mister retificá-lo, em face do documento agora publicado.

Estive, recentemente, em Taquarí, na velha casa em que nasceu David, no sítio pitoresco dos "Pinheiros". Desde a minha infância ouvira a tradição oral indicá-la; sem embargo, pesquisei cuidadosamente, com o prestante auxílio do digno prefeito dêsse municipio, sr. Lauro Viana, e de outros amigos daquela localidade. Robora a tradição o depoimento do venerando cidadão Libindo Viana, residente hoje no município de Tupaceretan, com 91 anos de idade, que nos enviou uma descrição exatíssima da "casa dos Martins", aonde "estive muitas vezes mandado por meu saudoso pai" — adianta o verídico, lúcido informante. O exame das antigas escrituras, em poder do atual proprietário, sr. Pedro Faleros, dirime toda e qualquer incertesa. Dessa casa, já um pouco alterada na parte da frente, dou hoje uma fotografia; e nela, em breve tempo, será colocada uma placa comemorativa, graças à louvável, patriótica iniciativa do prefeito de Taquarí sr. Lauro Viana, que assim prestará homenagem devida ao valoroso soldado, cuja memória deve sobremodo orgulhar a terra natal, tão pródiga, aliás, em varões de bom quilate, como o barão de Antonina, o brigadeiro Albino, o barão de Ibirapuitan e outros mais.

O inventário do alferes José Martins Coelho, pai de David, foi autuado, em Rio Pardo, de que Taquarí era têrmo judiciário, em 2 de maio de 1816, pelo escrivão José Raimundo de Andrade e Almada.

Foi inventariante dona Mariana Inácia de Jesús. Do título de herdeiros se verifica que José Martins Coelho fôra casado duas vezes, deixando a seguinte descendência:

filhos do primeiro matrimônio: Maria Jacinta, que foi casada com Manuel Antônio da Rosa, falecida; Manuel José Martins, casado com Ana Maria do Rosário, também falecido; Rosa, casada com Marcelino José de Sousa, igualmente

falecida; Isabel, casada com José Cardoso; e Ana, casada com José Caetano;

filhos do segundo matrimônio: Silvério, Antônio, David, Bibiana, Domiciano, Duarte, João, Eufrasia e Teolinda.

David Canabarro recebeu a sua legítima paterna, no total de 65$421, sendo dez mil réis em cabeças de gado, 9$504 em terras, e o escravo Joaquim — escravo que seria, mais tarde, o seu fiel ordenança...

Dessa relação de herdeiros se verifica o êrro, em que incidiu o próprio, e provecto, historiador rio-grandense, Sousa Docca, de dar o vigário apostólico Francisco das Chagas Martins Ávila e Sousa como irmão de Canabarro, na esplêndida conferência que fez, sôbre a ideologia farroupilha, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 20 de setembro de 1932, opinião de que, disse-mo êle certa vez, partilhava Aurélio Pôrto, o incansável desbravador do nosso passado. E nem era tão pouco irmão de Canabarro aquele Manuel Martins da Silveira Lemos, a que alude o insigne Alfredo Varela à página 469 do 5.º volume da sua monumental "História da grande revolução", recentemente editada pelo govêrno do Estado. Como faz certo o título de herdeiros, nenhum Manuel havia, entre os irmãos de David: o único, Manuel José Martins, do primeiro matrimônio, era falecido em 1816.

Consultado sôbre o fato de ser o vigário Chagas Martins irmão de David Canabarro, o sr. Libindo Viana respondeu dessa forma pitoresca: "Entre os Martins não houve nunca nenhum padre; mesmo porque os Martins eram mais dados à guerra do que à santidade."

Acompanharam David na guerra dos farrapos, e depois com êle ficaram „na fronteira de Quaraí", os seus irmãos Duarte e João Martins. Foi a êste que êle confiou a guarda de Silva Tavares, visconde de Cêrro Alegre, quando o aprisionou, em dezembro de 1836. E seu irmão também devia ser um Antônio José Martins Coelho, que assina a ata de Ponche Verde, de 25 de fevereiro de 1845, e único, ao que parece que conservava o apelido Coelho, do alferes seu pai. Segundo se infere da aludida relação de herdeiros, David

tinha um irmão de nome Antônio, quatro anos mais velho do que êle (1).

Nas minhas investigações, encontrei também fartos subsídios sôbre um episódio de amor de Canabarro, quando já comandante em chefe do exército farroupilha, de enorme influência na vida do guerreiro, maxime na desastrada surpresa de Porongos, e que tantas censuras mereceu do ríspido Antônio Vicente da Fontoura, no seu precioso „Diário", além de irônicas referências de Caxias e de Chico Pedro, e de uns versos chistosos feitos no acampamento por Bento Gonçalves, segundo versão de Alfredo Varela, na citada „História".

Morreu em Taquarí, com 81 anos de idade, em 4 de outubro de 1894, a heroína do romance, que alí descansa, no Cemitério da cidade, na catacumba n.º 548, conforme reza o Livro de assentamento de óbitos da Intendência Municipal (2).

E' bem de ver que não pretendi escrever uma biografia de Canabarro, trabalho de tomo, que não cabe em colunas estreitas de jornal diário, e a que talvez me abalance, si não o fizer outrem, de mais competência e autoridade. De posse dêsses dados documentais, trago-os à publicidade para que sirvam aos estudiosos da nossa história, que não tenham podido compulsar os documentos que lí e examinei. E que valham estas notas para recordar, no dia de hoje, a figura admirável do guerreiro gaúcho, que se extinguiu, cheio de desilusões e de pezares, na sua estância de São Gregório, em Livramento, no dia 12 de abril de 1867.

Para terminar, traslademos para aquí, pelo seu exquisito sabor, palavras do digno sr. Libindo Viana. Como se sabe, David era homem de alta estatura, membrudo, sensìvelmente

---

(1) Depois de publicadas estas notas encontrei uma referência a Antônio José Martins Coelho. Segundo ela, era dr., tendo exercido a judicatura no têrmo de Piratiní. Essas corcunstâncias, que não consegui ainda verificar, excluem a hipótese acima formulada. Entre os irmãos de David, nenhum houve em tais condições.

(2) Dêsse episódio me vali no romance histórico "Os amores de Canabarro", publicado em 20 de setembro de 1933.

acurvado. Em 1865 abeirava-se dos 70 anos. E Libindo Viana assim se refere ao Canabarro dêsse tempo:

— „Sob as ordens de Canabarro esteve o Corpo a que pertenci, até a rendição de Uruguaiana. Alí foi o Corpo desligado da divisão do „Bicho", fazendo parte das fôrças que foram juntar-se ao 1.º Corpo de Exército, ao mando de Osório, que marchava para o Passo da Pátria. Nessa época o „homem" já não prestava para a guerra: era um tatú a cavalo."

II

27 de setembro de 1865: o ministro da guerra do Brasil, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, mais tarde barão de Uruguaiana, manda submeter a conselho de investigação o brigadeiro David Canabarro.

Foi essa, sem dúvida, uma das mais graves e fundas injustiças, porventura praticadas entre nós.

David Canabarro, o glorioso general farroupilha, brigadeiro honorário do Exército brasileiro, quasi aos setenta anos de idade, acode pressuroso ao reclamo da Pátria ameaçada e invadida e, em sua defesa, oferece a vida, tantas vezes arriscada nos campos de combate, desde a campanha de 1811.

Rende-se Estigarribia, em Uruguaiana, em 18 de setembro: golpe funesto e fatal no poderio militar do Paraguai. Vitória incruenta, e de enorme efeito moral, de grandes resultados materiais. Espetáculo imponente: o próprio Imperador do Brasil, Pedro II, alí se encontrava, ladeado pelo Conde d'Eu e pelo Duque de Saxe. No comando superior das fôrças brasileiras, um valente autêntico: Manuel Marques de Sousa, tenente-general, barão de Pôrto Alegre. Bartolomeu Mitre, presidente e general argentino, Venâncio Flores, presidente e general uruguaio. Um ministro, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, do ministério de 12 de maio de 1865: a política entravando, complicando a guerra, tanto que alí se achava, quasi como um simples espectador, nas funções decorativas de ajudante de campo de Sua Majestade, Luiz Alves de Lima e Silva, o grande Caxias, a maior capacidade militar do Brasil, porque não o via com bons olhos o futuro barão de Uruguaiana...

Estigarribia, depois de afirmar, nas suas respostas a Canabarro e Flores, que o intimavam a render-se, que saberia morrer no seu pôsto, entrega as suas fôrças, sem disparar um tiro. Rejubilam, e com motivo de sobra, os aliados: e ao velho guerreiro rio-grandense, na partilha da vitória, cabe apenas essa dolorosa quota: um conselho de investigação!...

Qual o seu crime? Não se ter oposto aos paraguaios, quando invadiram o Rio Grande do Sul, como comandante, que o era, da „divisão destacada em Missões e Quaraim." Covardia? Difícil de acreditar, em um soldado do renome de David Canabarro.

Traïção à Pátria? Injúria admití-la, no patriota que convencionara a paz, em 1845, porque o Brasil estava ameaçado pelo estrangeiro; no herói do combate do „Rincão das Galinhas", em 1825, no intrépido lutador do Passo do Rosário, em 1827, ou na campanha de 1851... De nada valeram tais considerações: ao rijo batalhador estava reservada, no ocaso da vida, a recompensa de um conselho de investigação, por motivo desprimoroso ao seu caráter e aos seus fóros de bravura.

Tremenda, a injustiça: fôra a argúcia, o tino militar de Canabarro que tornara possível a vitória de Uruguaiana, como êle haveria de provar à saciedade em sua magistral defesa. E é fácil demonstrá-lo.

David Canabarro não tinha elementos para enfrentar o exército paraguaio. E antes da invasão advertira o govêrno da proximidade da entrada das fôrças de Lopez, pusera-o ao par da precariedade de sua situação e reclamara os reforços necessários para resistir ao inimigo com eficiência, com possibilidade de vitória. O govêrno não o atendeu, não prestou a mínima atenção ao apêlo do velho militar, e deixou-o entregue à sua sorte. Comprova-o êste ofício, que esclarece de todo o episódio, e convém assim que seja divulgado, em sua íntegra:

— „Comando da divisão destacada em Missões e Quaraim — Quartel general em Santana do Livramento, 13 de fevereiro de 1865 — Ilmo. e Exmo. Sr. — Pelo ofício que V. Excia. houve por bem dirigir-me a 6 do corrente, e que

ontem recebí, fico ciente de que o Govêrno do Paraguai solicitou do Govêrno da Confederação Argentina a faculdade de passar com tropas por terrenos de Corrientes na presente guerra com o Brasil, coincidindo êsse pedido com a presença de 9.000 paraguaios no Aguapeí.

Êles podem auxiliar a seus aliados, ou indo a Montevidéu ou invadindo estas fronteiras.

Passar ao Estado Oriental, em direção a Montevidéu, com o número de 9 e mesmo 12.000, seria antecipadamente capitular e entregar as armas.

Invadir a nossa fronteira do Uruguai é menos perigoso, mas não estão isentos da derrota infalível, „si esta divisão fôr reforçada convenientemente e a tempo.“ Atualmente tem ela mui proximamente o número de 4.000 homens, inclusive contingentes de infantaria que guarnecem as povoações, aquí, em São Borja e Itaquí.

No caso de invasão, todos acodem espontâneamente às armas, e é necessário „que as vão receber em depósito, aquí prèviamente estabelecido“, para que não fiquem inofensivos êsses tão valiosos auxiliares. Pelo menos teriamos o total de 6.000 e muito provàvelmente o de 8.000.

Nenhuma divisão de operações se diz convenientemente organizada, sem as três armas. „Esta tem sòmente cavalaria, carece de infantaria de linha e de artilharia.“ Há na província dêsses batalhões e artilharia, que deviam fazer parte da defesa do Uruguai. Si houvesse aquí 2.000 homens de infantaria e artilharia e armamentos para 6.000 de cavalaria, afirmo a V. S. que 12.000 paraguaios poucos dias haviam de contar desde a passagem à margem esquerda do Uruguai ao de sua completa derrota.

Não peço demasiado, apenas dois ou três batalhões e artilharia, que há nesta província; depende só de determinação do Govêrno.

A estratégia, em que me fala V. Ex., teria lugar, si não tivéssemos recursos. Para guarnecer as fronteiras de Bagé e Jaguarão se podem chamar corpos de cavalaria do centro. Alí se defendem ùnicamente da invasão da cavalaria dos

„blancos", que foi a Jaguarão em número de 1.500, mais ou menos.

Segundo parte oficial, esta fôrça perseguida não deve aumentar e sim diminuir. A fronteira do Uruguai está ameaçada de 12.000 e mais inimigos, enquanto aqueles não esperam mais de 1.500 quando muito.

A defesa deve ser proporcional ao inimigo.

"Eu espero que V. Ex. faça sentir a necessidade de colocar esta divisão no pé de guerra conveniente.

Calcule-se a vantagem de uma derrota de 12.000 paraguaios nesta fronteira: importa a concentração de todo o exército paraguaio e talvez a decisão das questões pendentes.

Prevaleço-me da oportunidade para significar a V. Ex. meus protestos de alta estima e consideração.

Deus guarde a V. Ex.

— Ilmo. e Exmo. Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ministro em missão especial junto ao Govêrno da Confederação Argentina.

— David Canabarro, brigadeiro."

Ouviu, porventura, o Govêrno Imperial essas judiciosas considerações, feitas pelo experimentado soldado sete meses e cinco dias antes da rendição de Estigarribia? Refletiu na procedência dos conceitos, que êsse ofício contém, e forneceu a Canabarro os elementos que êle pedia, e com os quais afirmava vencer os paraguaios, em seguida à passagem do Uruguai?

Não. Quando a invasão desencadeou-se, a fronteira continuava desguarnecida, à míngua de fôrças que um general pudesse contrapor ao inimigo, sem sacrifício certo. Improvisava-se um exército: ao apêlo da Nação, os brasileiros ascendiam corajosamente às fileiras. Mas seria decerto uma inépcia atirar êsses elementos, ainda não organizados, contra um exército que se apresentava coeso, bem municiado, bem provido.

Jourdan descreve a situação: „o exército de Mena Barreto ver-se-ia obrigado a correr às fronteiras do Uruguai, onde os paraguaios só encontrariam alguns guardas nacio-

nais em via de organização, sob a direção do general David Canabarro" („Campanhas, 1.º, 86").

Um escritor da atualidade, capitão Rafael Danton Garrastazú Teixeira, em seu „Resumo da Guerra do Paraguai", escreve:

„Na região missioneira do Rio Grande havia em abril de 1865, 5 R. C. da G. N. e 1 B. I., ao todo 2.300 homens, recrutas e mal armados (1.ª D.). — O general Canabarro tinha o seu Q. G. em Alegrete" (pág. 54). E à página 57 acrescenta: „A 9 de julho Caldwell chega ao Ibirocai, onde se achava o general Canabarro. Êste a 16 avança até ao Passo Santa Maria, no Ibicuí (Passo real entre Uruguaiana e Itaquí). Canabarro dispunha então de 5.000 homens, bisonhos e mal armados. Quis êle barrar a passagem do inimigo no Ibicuí mas Caldwell não aceitou essa proposta."

Em face dessa penúria de elementos, que havia pedido em tempo hábil e não lhe tinham dado, que faz Canabarro? Recorre àquela „estrategia" a que alude em seu ofício a Silva Paranhos. Não sacrifica os seus soldados, em luta desigual, de resultado previsto. Mantém contacto com o inimigo, na ardilesa de um recuo, que era uma traça de guerreiro velho. interna o invasor no país inimigo, aonde tudo em breve lhe faltaria. Deslumbra-o com a facilidade da vitória: e, enquanto isso, prepara os seus soldados, reüne e concentra elementos, conserva íntegras as suas fôrças, para que elas, no momento oportuno e asado, transformem-se em fator poderoso do triunfo.

Estigarribia cai na cilada do guerreiro manhoso dos pampas: avança Rio Grande a dentro, perde a ligação com Duarte, que Venâncio Flores derrotaria em Jataí. E Floriano Peixoto, então tenente, improvisando e comandando uma esquadrilha, que dominou as águas do Uruguai, tornaria definitiva a separação dos dois chefes paraguaios, o isolamento de Estigarribia em Uruguaiana, cercada em breve por forças aliadas numerosas, que tornaram inevitável a rendição.

Na hora da vitória, estava de todo esquecido o velho soldado, cheio de serviços à Pátria, e que havia, com seu

tino e a sua argúcia, assegurado o bom êxito das armas brasileiras. Nove dias depois lembraram-se dêle: o ministro da guerra mandava submetê-lo à conselho de investigação! Foi a última recompensa ao brioso lidador, que em abril de 1867 levava para a sepultura o travo de uma das mais graves e fundas injustiças praticadas no Brasil.

A Frota de João de Magalhães

General Borges Fortes

I

POVOAMENTO INICIAL DO RIO GRANDE

O primeiro e mais eminente historiador do Rio Grande, — o Visconde de São Leopoldo, referindo-se aos intrépidos lagunistas que em 1725 desceram para as terras do Sul diz que foram êles em número de trinta companheiros tendo por chefe João de Magalhães.

Êsse pugilo de homens constituíu o que a história consagrou com o título de — a frota de João de Magalhães.

Estudando-se o processo de povoamento do Rio Grande do Sul a primeira figura com que se depara é a de Francisco de Brito Peixoto, que foi o pioneiro da conquista pacífica das terras que se interpõem entre a Laguna e a Colônia do Sacramento, ao longo da trilha litorânea.

Fundador, com seu pai, Domingos de Brito Peixoto, da povoação da Laguna, levou Francisco as suas aventuras e descobertas pelo território a dentro, quer remontando o Jacuí até o Butucaraí, na procura de jazidas auríferas ou de prata, quer descendo para o Sul, até o grande estuário do Prata, na captura de gados e cavalos, perlustrando nessas investidas terras que sob o domínio dos índios e jesuítas pertenciam de fato à soberania castelhana.

Se essa soberania era exercida, de fato, não era reco-

nhecida de direito pela côrte portuguesa que reivindicava para Portugal, com a existência da Colônia do Sacramento, o domínio senhorial da margem norte do Rio da Prata.

Foi a necessidade de apoiar a fortificação lusitana que determinou a fundação da Laguna e impôs o povoamento das terras que as ligavam, isto é, o Continente do Rio Grande de São Pedro.

Em 1723, quando eramos senhores da Colônia, apareceu na Laguna como expõe o historiador dessa cidade, Fonseca Galvão (Notas Geográficas e Históricas sôbre a Laguna, 1881) um grupo de espanhóis, proïbindo-se aos moradores que lhes vendessem armas.

"A ciência dêste fato provàvelmente concorreu para que Rodrigo de Menezes tomasse medidas mais decisivas para garantir se não a posse do Rio Grande, ao menos a liberdade de comunicações com a Colônia do Sacramento, pelo que ordenara ao capitão-mor que para alí fôsse, afim de reconhecer sítio apropriado para uma povoação; a-pesar-de velho e alquebrado, não soube recusar; feitos, os preparativos de viagem, escolhidos os companheiros para uma tal jornada, vem de seu sítio à vila despedir-se de amigos e dos moradores; estes porém, reüniram-se ante a casa do Conselho para impedí-lo de seguir, alegando que não podiam ficar desamparados e sem govêrno, e embora procurasse persuadí-los que o serviço de el-Rei e sua lealdade de súbdito não lhe permitiam ficar, respondiam-lhe que em governá-los também prestava serviço a el-Rei.

Deliberou então mandar seu genro João de Magalhães à frente de trinta e um homens, que partiram ainda neste mesmo ano, devendo no lugar convenientemente escolhido nas margens do Rio Grande, edificarem as casas em forma de povoação, construírem canoas suficientes para a passagem de gado, para maior desenvolvimento de sua criação nas campanhas, bem como procurarem apertar mais os laços de amizade com as tribus Minuanas, afim de assegurar a passagem por êsses territórios."

Tal é a gênese da frota de João de Magalhães, a qual como expõe em um de seus versados estudos o notável his-

toriador Aurélio Pôrto, partiu em fins de outubro de 1725 e chegou ao Rio Grande em princípios de novembro dêsse mesmo ano. (Pág. 610 da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul, ano de 1926).

* * *

Quais foram as conseqüências dessa primeira tentativa de fixação no Rio Grande?

O Visconde de São Leopoldo diz que João de Magalhães levava insinuação para "ir deixando os seus companheiros se aposentando pelas campanhas", o que daria origem à radicação dos habitantes e portanto à definitiva ocupação do território. Com essa convicção do autor dos Anais, explica-se a entrada de certas personalidades na vida inicial do Rio Grande, com evidente equívoco quanto à época em que elas surgem como cooperadoras da evolução do Continente.

Fonseca Galvão contesta vivamente essa interpretação do Visconde, pela impossibilidade em que se veriam os povoadores isolados de resistirem às surpresas dos índios Tapes.

Os documentos da Câmara da Laguna que foram meticulosamente examinados por Galvão não fazem tão pouco referência a essa circunstância, que seria capital na história da formação do Rio Grande.

Os que neste momento podemos consultar trazem claramente expresso o objetivo da frota de João de Magalhães.

"Diz o mestre de campo Diogo Pinto do Rego... que depois de estabelecida a dita povoação da vila da Laguna foi o dito seu tio Francisco de Brito Peixoto conquistar as campanhas do Rio Grande de São Pedro, e fez a dita povoação conservando nela trinta pessoas, armadas em guerra, e por cabo a João de Magalhães, seu genro natural para defenderem aquele pôrto, a que a nação espanhola, ou índios Tapes ou Minuanes não senhoreassem aquela paragem por ser de muita utilidade à real coroa de Portugal, tudo à sua custa sem adjutório da fazenda real, nem de pessoa alguma."

(Págs. 291 e 292 do Vol. XXVII dos Inventários e Testamentos de São Paulo, 1921).

"Dom João por graça de Deus rei de Portugal. Faço saber a vós Francisco de Brito Peixoto capitão-mor da vila da Laguna e Ilha de Santa Catarina, que o ouvidor geral da vila de Pernaguá Antônio Alves Lanhas e Peixoto, me fez presente em carta de quatorze de abril do ano passado o grande cuidado com que vos empregais não só no aumento dessa vila, mas na extensão do meu real domínio, e que mandareis trinta pessoas até o Rio Grande, jornada daí de pouco menos de um mês e por cabo desta tropa João de Magalhães vosso genro natural da cidade de Braga, e que desta gente retro... alguns... para voltar, e trouxeram quatorze índios que aprisionaram no mato onde viviam... são descendência de dois índios casados que com dois filhos fugiram da... mais vinte anos, e que entre êles vinha a velha, e uma filha as mesmas que fugiram, e levava ordem a dita tropa de fazerem povoação no distrito do Rio Grande, e procurarem facilitar o trato com o gentio Minuane que anda, e há... na campanha de que se espera a amizade e conservação, e ainda a sua conve... resultará grande e considerável utilidade; e dando-me outrossim conta... pôsto vos tinheis havido com singular procedimento. Me pareceu não... o zêlo com que vos tendes havido em meu real serviço, e nas obrigações do vosso pôsto, mas... vos empregastes na expedição desta tropa que mandaste para conseguirdes a amizade dos Minuanes, e segurar as passagens do Rio Grande, que executados estes projetos fica muito na minha lembrança a satisfação dêste serviço."

Lisboa, 25 de junho de 1725.

(Págs. 313 e 314 da obra citada).

O fator econômico é sempre o objeto predominante nos grandes movimentos sociais.

De envolta com os interêsses políticos era a conveniência comercial uma das causas contribuintes da persistência de Portugal na ocupação da margem setentrional do Rio da Prata. A introdução de mercadorias trazidas pela marinha mercante lusitana no pôrto da Colônia, daí passando às províncias espanholas cisandinas, era um dos melhores ne-

gócios da época redundando em grandes proventos para Portugal.

Outro comércio se fazia na margem do Prata: a passagem de tropas de gado das **vacarias do Mar** para as fazendas da vila da Laguna. Foi a ameaça à existência de uma tal fonte de economia e prosperidade local que determinou as providências de Rodrigo Cesar de Menezes, com tão frutífero proveito para o povoamento do Rio Grande.

Não foi causa eficiente da atitude do govêrno de São Paulo o aspecto político da presença de castelhanos no caminho dos tropeiros.

O volume XXXII dos Documentos Interessantes de São Paulo (1901) inclue a correspondência de Francisco de Brito Peixoto a qual lança bastante luz sôbre êsse episódio da ida de espanhóis à Laguna e suas conseqüências. Vejamos:

"Exmo. Sr. Recolhendo-se a minha gente do Rio Grande trouxeram sete Castelhanos, e estes vieram da terra nova: (1) e como me pareceu acêrto remeto a V. Ex. um dêles por nome Roque Zoria para informar a V. Ex. do que se passa pelas campanhas e da terra nova; ao meu parecer é muito esperto e experiente por assistir sempre na habitação daquelas campanhas...

(Carta de 17 de agôsto de 1722, escrita da Laguna por Francisco de Brito Peixoto a Rodrigo Cesar de Menezes. Pág. 273 da obra citada).

A esta carta acompanhava uma Relação que está inserta nas págs. 296 e seguintes e de que vamos reproduzir o trecho que interessa à nossa demonstração.

"Agora darei parte a V. Ex. das campanhas do Rio Grande e Castilhos e Maldonado que foi pôrto dos Franceses; estão todos estes lugares em paz que já não aparecem os estrangeiros a fazer courama, e só os prédios das Aldeias (2) dos padres Castelhanos chamados **tapes**, e estes fazem muito dano às campanhas do Rio Grande impossibilitando os ditos pampas, com grande imensidade de gado que levam para as aldeias, só afim do dano que querem fazer a Sua Majestade

(1) Nova Colônia do Sacramento.
(2) Deve ser índios das Aldeias e não prédios.

conduizndo o dito gado para outras campanhas que ficam da outra banda de um rio chamado **Iriguaí** ([3]) como informará a V. Ex. o castelhano de tudo quanto se passa, que acho para mim que não é muito conveniente à Sua Majestade que Deus guarde impossibilitar-se êste cabedal tão grande a real Coroa; empatei os Castelhanos nesta povoação para V. Ex. ordenar o que fôr servido para eu seguir a ordem de V. Ex. Sr. concedi a um casado na cidade de Santa Fé, com outro companheiro por não ir só e êsse tal ficou comigo voltar logo para esta vila, e como convinha ao serviço de Sua Majestade a ida dêles lhe dei licença, como agora direi a V. Ex. esta conveniencia: naquelas campanhas habitam muitos índios chamados **Charruas** e por outro nome chamados **Menuans:** estes pela notícia que tenho são muito amigos de portugueses, e muito guerreiros, inimigos dêstes Tapes, e como eu os quero **carcar** para o Rio Grande e ter grande amizade com êles para a defensa da campanha do Rio Grande porque sendo assim não se queixarão os Padres Castelhanos dos Portugueses, mandei uns mimos para o seu principal pelos Castelhanos que foram e com recado que lhe mandei viesse o Cacique falar comigo e para o primeiro introito é necessário dar-lhe as suas dádivas; também me parece, Exmo. Sr. passar muito gado do Rio Grande para estas campanhas que são muito grandes e me parece ser conveniente ao serviço de Sua Majestade que Deus guarde por não estarem as campanhas devolutas desta parte que tudo vai conquistar sempre com o Rio Grande. Dou parte a V. Ex. que para isso se hão de fazer muitas canoas para a condução da passagem. V. Ex. ordenará o que fôr servido e eu em tudo obedecer como seu súbdito. Laguna, 19 de agôsto de 1722. Dêste humilde escravo do Exmo. Sr. **Francisco de Brito Peixoto.**"

(Págs. 299 e 300 do Vol. cit.).

Rodrigo Cesar de Menezes apressava-se em levar ao conhecimento do Rei de Portugal o resultado que ia colhendo nas minuciosas informações ministradas pelo dedicado capi-

---

([3]) Uruguai.

tão-mor da Laguna em 8 de outubro, escrevia de São Paulo ao soberano a seguinte carta:

"Sr. Constando-me por várias pessoas a grande utilidade que V. Majestade podia ter em mandar povoar o Rio Grande, procurei examinar com mais individuação êste particular e uniformemente concordaram todos os práticos ser muito útil a dita povoação, e por último mandei vir a minha presença um Castelhano de boa capacidade e inteligência, que há bastantes anos tem feito grande serviço à Real Coroa de V. Majestade na Colônia do Sacramento, e ouvindo-o com vagar me deu a informação inclusa, que remeto a V. Majestade como também o Mapa, e me parece não deve V. Majestade desprezar o negócio de tanta importância, como também não dilatar a resolução de mandar povoar toda aquela Fronteira, de cuja capacidade pela abundância e fartura se pode fazer uma das maiores povoações da América, e para adquirir e conservar a subsistência dos Índios Minuanos, que são os mais poderosos e guerreiros, com boa inclinação aos Portugueses e acérrima oposição aos Castelhanos, bastará que V. Majestade mande contentá-los com alguns mimos de que êles fazem estimação e de que muito se pagam, como se verá na Relação. (4) Deus guarde a Real pessoa de V. Majestade. São Paulo, 3 de outubro de 1722. **Rodrigo Cesar de Menezes.**"

(Págs. 50 e 51 do Vol. cit.).

Além da providência tomada na carta que vimos de ler não se descuidou o capitão-general de São Paulo de promover uma outra, muito ao feitio pessoal de Rodrigo Cesar e condizente com a insaciável cobiça da Fazenda Real, naqueles tempos como até hoje, com o lançamento do imposto sôbre as populações que trabalham.

E' o que se depreende da carta de Francisco de Brito escrita da Laguna em 18 de janeiro de 1723, da qual vamos reproduzir alguns períodos.

"Agora quero dar parte a V. Ex. da jornada que há de

---

(4) Em nota no pé da página se encontra a declaração de que não se encontrara no Arquivo de São Paulo a informação e Mapa fornecidos pelo castelhano Roque Zoria, parecendo não ter ficado cópia de documentos tão importantes.

seguir o Castelhano Roque Zoria para o Rio Grande; tenho lotado a minha gente para os matos desta povoação a fazer cargas de uma erva que chamam congonha, do que são muito amigos e desejosos dela o gentio chamado minuanos; assim mais mando fazer aguardente de cana para também remeter um par de barrís para o dito gentio, por que tive notícia dos ditos castelhanos que êste gentio obrava muitos excessos e os movia a facilitar todo o impossível por ela, para os obrigar a ter pazes com os portugueses e defenderem as campanhas de Sua Majestade que Deus guarde e eu não vou interessado, mais que naquele aumento de El-Rei meu Senhor, como sempre costumei; e juntamente encher de gados estas campanhas do Rio Grande para esta parte, que são as ditas campanhas muito grandes, não para conveniência minha que nunca a tive e só me acompanha as conveniências da Fazenda Real.

Também dou parte a V. Ex. do que me presenciou pagar-se quintos da courama: nunca se fez fábrica da dita courama, que quando eu facilitei a minha custa e perdas estas campanhas da nova Colônia, foi por ordem do Sr. Francisco de Tavora que assim foi servido S. Majestade, ordenar-lhe ocupasse nesta diligência algum homem capaz e zeloso no seu real serviço, como eu dei sem gasto algum da fazenda de Sua Majestade, pois me mandava dar, e eu não a quis aceitar, e tive grandiosa perda nos meus escravos, fora os gastos que eram necessários para esta dita diligência efetuar-se e o prêmio que disso tive foi o ir prêso para a Vila de Santos sem culpa alguma mais que por servir a El-Rei meu Senhor com aquela completa vontade."

(Págs. 284 e 285 do Vol. cit.).

Esta carta não seguira a seu destino quando Brito Peixoto teve urgência de enviar novas e mais minuciosas notícias referentes aos espanhóis que se aproximavam da Laguna. Escreveu logo no dia 22 do mesmo mês e ano (janeiro de 1723), ao governador de São Paulo a seguinte carta cujos conceitos são de subido valor histórico, prenunciando importantes conseqüências para a vida porvindoura do Sul do Brasil.

Como se verá de seu texto já aí se define, a exdrúxula doutrina da limitação que os espanhóis deram ao Tratado de restituïção da Colônia, entregando a praça forte e conservando o território adjacente; fala-se na ocupação do Morro de São Miguel pelos índios Minuanos, o que veio a realizar-se mais tarde, depois da construção do forte que José da Silva Pais fez levantar em 1737; finalmente inicia-se por essa época o comércio de cavalhada entre o Prata e o Brasil, o que seria de incontestável importância futura, com a abertura da estrada do planalto serrano, o trânsito de tropas através todo o Sul e conseqüentemente, o povoamento definitivo do Rio Grande como vamos ver.

"Exmo. Sr. Depois de ter entregue a carta que fiz para V. Ex. ao mestre Manuel Gomes, e se achar já na barra para seguir para a Vila de Santos chegaram cinco Castelhanos a esta Vila, e um dêstes é daqueles dois que lhes dei licença para irem, um para a nova Colônia e outro para a Cidade de Santa Fé onde é casado, e o da Colônia é êste que veio com desenove companheiros espanhóis, ficando quatorze no Rio Grande da parte de lá com oitocentas reses esperando licença para se recolherem com o gado nesta povoação a vender, e como os primeiros que vieram tiveram bom passaporte, o mesmo terão estes outros, porque presentes tenho a recomendação de V. Ex. a amizade com os Castelhanos, e eu não tenho maior gôsto que observar em tudo que me parece dar gôsto a V. Ex.: e outro espanhol que foi para a cidade de Santa Fé me noticiou êste seu companheiro de manifestar aos mercadores da dita cidade a muita facilidade que poderão ter no negócio com os portugueses nesta povoação, pela muita inconveniência e perdas que têm os ditos mercadores na terra nova, porque atualmente lhes estão tomando as fazendas por perdidas os guardas que são os Castelhanos soldados que estão no Rio de São João por ordem do Governador de Buenos Aires, e êste dito Castelhano não tardará nesta povoação como assim me afirma o seu companheiro.

O mimo que mandei ao maioral dos Minuanos me noticia entregaram; o qual ficou muito satisfeito, mostrando grande vontade na amizade que com os portugueses deseja

ter, e se puseram logo na paragem vizinhos do Rio Grande que se chama o **Morro de São Miguel,** esperando a ordem que lhes hei de mandar: mas, nunca farei fundamento em palavras, nem amizades do gentio de cabelo corredio pela experiência que tenho dêles, porque os acho indómitos na sua palavra, e estes Castelhanos me noticiam que tanto que se lhes falta com os mimos em toda a ocasião se tornam rebeldes, que virá a custar mais os gastos que o interêsse que êles poderão dar.

Também me dão por novas que está já muito falto de gado no têrmo e vizinhança na parte do Sul do Rio Grande, porque quasi tudo tem rematado na condução que os índios dos padres tem feito no dito gado as Aldeias que vão enchendo as campanhas na parte do Rio que lhe chamam Oruquaú ([5]), só afim de desimpossibilitar as terras e campanhas de S. Majestade que Deus guarde, mas diz que é tanto o mêdo que têm os ditos índios dos portugueses desta povoação que andam com grande vigilância nestas funções que fazem, que pouca dificuldade era para mim já de antes a defender esta perda que tem dado os ditos por ordem dos Padres Castelhanos, e eu espero venham estes espanhóis todos que estão no Rio Grande para darem adjutório à gente que eu boto para a campanha, o resto dêsse gado para povoar estes pampas do Rio Grande para esta parte, porque sendo servido Sua Majestade a fundar povoação e ter gado para os gastos dos moradores quando êles ditos quiserem fazer êste serviço; aliás lhe hei de tolher levando V. Ex. a gôsto, não tirem mais gado para seu negócio, e eu remediar com minha gente, suprindo o que com êles poderei obrar nesta condução do gado para esta parte, como tenho dito.

Também me noticiou o dito Castelhano traziam muitas mulas e machos para venderem; e dizem, também que a nova Colônia está com socêgo e quietação, permita Deus seja sempre; e como a minha obrigação seja dar parte de tudo a V. Ex. o faço como leal vassalo que sou de Sua Majestade que Deus guarde, só interessando o aumento, e em tudo quanto acho

---

([5]) Uruguai.

ser necessário para o Real serviço; e juntamente dar gôsto a V. Ex. que Deus guarde por muitos anos para amparo dêste escravo de V. Ex.

Laguna, hoje, 22 de janeiro de 1723. **Francisco de Brito Peixoto.**"

Começam assim, após a vinda dos enviados castelhanos de 1723 as grandes marchas de tropas cavalares rumo da Laguna, a cobrança dos dízimos reais, a criação da estrada construída por Francisco de Sousa Faria, partindo dos Conventos na foz do Araranguá, remontando o vale dêste rio em procura do planalto catarinense e daí demandando a vila dos Pinhais de Curitiba, rumo de São Paulo.

Essa famosa estrada foi aberta no ano de 1727, vindo Cristóvão Pereira completá-la e melhorá-la em 1732, depois de longos meses de atividade, de modo a permitir o fácil trânsito de tropas de animais desde o Prata até as Minas Gerais, para onde se fazia grande comércio de animais de carga.

A proteção do govêrno que auferia gordos impostos dos mercadores de tropas, era indispensável. Percorrendo uma longa caminhada através do Rio Grande, de cêrca de cento e cincoenta léguas, viam-se os tropeiros sob a ameaça constante dos índios e corria risco o seu comércio de desaparecer se os castelhanos se dispusessem a ocupar a passagem forçada do canal do Rio Grande.

Reüniam-se assim todas as conveniências. As do govêrno, do Rei e da Capitania, na afirmação da soberania do território, na colheita de impostos, na manutenção da linha de comunicações com a Colônia: as dos pioneiros do Rio Grande com a facilidade de ir buscar os gados e cavalos nas campanhas ermas do Sul criando-se a fortuna própria e a prosperidade da incipiente vila da Laguna.

* * *

Tão grande foi o empenho de Rodrigo Cesar de Menezes que não se contentou em determinar a emprêsa sugerida pelo capitão-mor da Laguna, Brito Peixoto, da ocupação do canal do Rio Grande; fez mais. Mandou que um de seus auxiliares,

o tenente de general David Marques Ferreira fôsse pessoalmente verificar o que se ia fazendo no Sul da Capitania, em cumprimento de suas ordens.

Entregando a David Marques essa tarefa Rodrigo Cesar realizava um múltiplo ensejo. Castigava o seu emissário que muito precisava ser refreiado na conduta irregular com que se portava na sede do govêrno, esporeava o zêlo e dedicação de seus longinquos jurisdicionados da Laguna, levando-os a insinuarem-se nas regiões disputadas por castelhanos e finalmente colhia minuciosa informação sôbre o que se passava no Sul, dada a inteligência e capacidade de seu ajudante, informação que seria dirigida a seu tempo ao govêrno da metrópole.

Esboça-se assim a ocupação das terras do Rio Grande e conseqüentemente abrem-se as portas para o seu futuro povoamento.

Não nos parece que nessa primeira tentativa se criasse o primeiro núcleo de habitantes: acreditamos que, dado o caráter transitório do comércio de gados, não teria havido oportunidade para a formação do núcleo de povoadores visado pelo governador de São Paulo. A formação do núcleo do Rio Grande só veio a se realizar com a chegada de José da Silva Pais e seus homens no ano de 1737.

Outra razão a confirmar essa opinião é que, ainda não chegaram os estudiosos da história do povoamento inicial do Rio Grande a um acôrdo sôbre o local em que se estabeleceu a frota de João de Magalhães.

Fonseca Galvão acredita que mais ou menos onde existe São José do Norte foi onde se estabeleceu com os seus homens João de Magalhães, "em um pôrto fronteiro à praia que dá entrada e saída para campos cercados de lagoas e do rio Merim." E acrescenta ainda: "Aí o encontrou o general David que depois de ter provido sôbre alguns pontos nomeado dois capitães, João da Costa e Estácio Pires para velarem sôbre o outro lado do rio, incumbindo-lhe também de juntarem gado que deveriam entregar a Magalhães para remeter ao capitão-mor por conta da fazenda real, aí mesmo

o deixou com pôsto de capitão, a quem os outros deviam obedecer."

Há quem acredite ter Magalhães se estabelecido na margem meridional citando-se o fato de alí ter existido uma tapera velha do Magalhães.

Um grande pesquisador dos arquivos do Rio Grande do Sul, tão competente quanto modesto, Norberto Teles Vilasboas, encontrou documento que prova ser a tapera velha um estabelecimento pertencente a outro Magalhães que não o genro de Brito Peixoto.

Em meu livro **Troncos Seculares** pus em dúvida a asserção de que João de Magalhães se houvesse estabelecido no canal do Rio Grande. Não insistirei mais sôbre êsse ponto, por isso que, a vista do que acabamos de expor, é indiscutível que sua frota dirigiu-se para o canal, onde barraria a intrusão de índios e espanhóis. Aí esteve êle com os seus homens de guerra, aí veio ter o tenente David Marques Pereira e achou que bem cumpridas eram as ordens do Governador de São Paulo.

Essa ocupação, entretanto, não teve o mérito imediato de constituir um núcleo fundamental de povoadores: não assumiu o aspecto de radicação da gente no território ocupado. Afirmou na verdade, o propósito invariável e persistente da reivindicação para a coroa de Portugal das terras entre o Prata e Santa Catarina, aumentando-se, com êsse resultado, o acervo de serviços dos bravos lagunistas a seu monarca e a sua pátria e acumulando maior quinhão à dívida que o Rio Grande reconhece aos seus denodados criadores.

* * *

Vejamos agora o que dizem os documentos sôbre a constituïção da frota.

"Para que os espanhóis ou gentios Tapes, Minuanos, que vivem de paz com os castelhanos, não viessem fundar povoação nas campanhas do Rio Grande, usou o conquistador e povoador Francisco de Brito Peixoto da providência de estabelecer uma recruta de gente de guerra para residir nas ditas campanhas do Rio Grande, impedindo totalmente a que

os espanhóis ou Tapes, Minuanos, nela se introduzissem, para cujo efeito, fez destacar um troço, e por cabo dêle a João de Magalhães genro bastardo do dito povoador Francisco de Brito Peixoto, que se conservou impedindo o passo aos castelhanos, e Tapes, a que se não introduzissem nas campanhas do Rio Grande, sendo a maior parte dêste corpo, homens pardos escravos do dito povoador."

(Pág. 318 do Vol. XXVII, dos Inv. Test.).

"Certificamos em como o povo desta vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna se levantou e não quiseram que o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto fôsse para o Rio Grande e os deixasse sem govêrno para evitar discórdias em sua ausência pois com êle viveu em muita paz e união e não querem que em ausência do dito capitão-mor e povoador e govêrno desta vila fique êste povo desamparado de tão bom patrocínio quanto o tem experimentado e certificamos em como por requerimento do povo e desta câmara com bem má vontade ficou e logo despachou a mesma frota que levava de homens e seus escravos com todo o gasto do seu apresto de sua fazenda a preparar aquele lugar do Rio Grande de São Pedro e passa o referido na verdade o que juramos aos Santos Evangelhos na Laguna hoje aos quinze de outubro de mil setecentos e vinte e cinco anos (1725) e mandamos passar a presente indo por nós assinada. Eu Lázaro de Lemos, escrivão da Câmara que o escrevi. José Pires Monteiro. Domingos de Oliveira Camacho. José de Souto Maior. Francisco Rodrigues. Francisco Palácio. José Pinto Bandeira."

(Pág. 362 do Vol. XXVII dos Inv. e Test.).

"David Marques Pereira tenente de mestre de campo general da capitania de São Paulo e Minas de Cuiabá por Sua Majestade que Deus guarde. Certifico que por ordem que tive do governador capitão general desta capitania Rodrigo Cesar de Menezes para vir para esta vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna para dar calor à povoação do Rio Grande de São Pedro aonde cheguei a quatro de outubro de mil setecentos e vinte e seis e achei a Francisco de Brito Peixoto capitão-mor dela regendo o povo com satisfação e zêlo tendo à sua custa no Rio Grande de São Pedro seu genro

João de Magalhães com alguns escravos seus para que aquela parte esteja sempre povoada para estar a campanha facilitada para os moradores desta capitania poderem mais seguramente com facilidade ir a ela buscar gado como costuma e também para impedir alguns escravos e admnistrados que não fujam para Espanha ou para o gentio da campanha & C.

Laguna, 20 de abril de 1727."

(Pág. 389 da obra cit.).

Da documentação contemporânea se evidencia nìtidamente o caráter de expedição militar que teve a frota de João de Magalhães. Verifica-se ainda que os seus trinta comandados eram principalmente os próprios escravos e os de seu sogro e na maioria homens pardos.

Não aparece o nome de um dos homens que o acompanharam, nem se faz referência aos membros de sua família. Pretendemos com esta observação caracterizar o efêmero aspecto que toma, para a radicação lagunista no Rio Grande, a presença da frota.

O núcleo de povoação, conseqüentemente a radicação das gentes nas terras conquistadas não coincide com a entrada dos lagunistas de 1725.

Só alguns poucos anos mais tarde se consumaria o surto dos troncos seculares da família rio-grandense, com a descida para as coxilhas e vales do Viamão dos homens da mesma Laguna, agora com as suas famílias num êxodo definitivo da terra em que viviam para irem criar-se novos lares e uma nova existência sob o céu continentino que lhes acenava tantas esperanças.

Êsse novo período da vida rio-grandense desponta com o ano de 1733 e coincide com a transformação econômica que então se opera.

A vida dos homens que labutavam na região rio-grandense tinha, como dissemos, um só objetivo, — tropear os gados entre o Prata e Laguna e São Paulo. Era um comércio de trânsito. A ocupação das terras era temporária, no regime das **invernadas**, isto é, os tropeiros reservavam-se as áreas de pastagens de que precisavam para os seus rebanhos ao longo dos caminhos, durante o tempo que enten-

diam, sem entretanto possuírem qualquer título de legitimidade pois que não se firmara ainda o direito de soberania naquelas paragens.

As terras extensas, sem soberano e sem dono, eram exploradas tão sòmente no pastorejo dos gados que deviam vir subindo lentamente as centenas de léguas do Prata para o interior do Brasil.

Os **currais** marcavam a localização de cada uma das invernadas e investiam de legitimidade a ocupação temporária e precaria. Assim aparecem na documentação histórica referente a êsse período, a tapera do Magalhães, o rincão do Cristóvão Pereira, a estância de Sousa Faria, o sítio do Paulista, o curral de Frei Sebastião e outras designações atestando a ocupação do solo no período das invernadas.

A passagem de tanta gente, os frutos do aproveitamento das terras deveria ir espalhando a boa semente.

As recomendações do govêrno para a exploração da região, a prosperidade dos homens que viviam no comércio de gados, o conhecimento que se iria divulgando da excelência das terras e do clima, a abundância e facilidade na aquisição dos gados, a extensão incalculável das glebas sem dono, eram incentivos fortes para abalançarem os homens da Laguna a descerem para o Sul.

Tudo lhes era promissor. Deixaram assim a estreiteza da existência na Laguna para irem ocupar as regiões do Viamão, onde com as suas lavouras e os seus rebanhos se formariam as estâncias, fundamento da prosperidade das famílias e base da radicação lusitana no Rio Grande.

Transforma-se assim a economia privada e pública: desaparecem as invernadas para darem lugar às lavouras, e às estâncias. A vida do continente se encaminha definitivamente com a criação da propriedade territorial que as **cartas de sesmaria** ([6]) reconhecem e confirmam a partir dêsse ano de 1733.

([6]) São dos últimos meses de 1732 as datas das primeiras cartas de sesmaria.

* * *

Caracterizam-se assim dois estágios distintos no povoamento inicial do Rio Grande. O primeiro, quando o aproveitamento do solo tem o aspecto temporário, utilizando-o a economia privada com as **invernadas** para a mantença de seu comércio de gados e cavalos. O segundo é o definitivo, corresponde ao surto das **estâncias**, com a fixação da soberania portuguesa, a legitimação da propriedade territorial e a radicação das famílias nas terras recém-ocupadas.

Estes dois estágios preparam o período patriarcal e feliz do Rio Grande, que se inicia com a chegada dos lagunistas ao Viamão e termina com a desgraçada invasão castelhana de 1763.

O primeiro estágio foi elemento primacial o lendário capitão-mor da Laguna e João de Magalhães com sua frota, a personalidade transmitida pela história para simbolizar a época e os acontecimentos.

No segundo estágio é ainda o mesmo capitão-mor figura preponderante nos sucessos contemporâneos e de envolta ressurge o nome do capitão da frota, João de Magalhães, o genro do fundador da Laguna, invernador do Tramandaí, agora como estancieiro no Viamão e tronco venerável da geração continentina.

II

AS ESTÂNCIAS DO VIAMÃO

A aproximação do grande rebanho de gados e cavalos que os espanhóis chegados à Laguna anunciavam e que eram tangidos das campanhas do Rio da Prata, pelos areiais da costa do Atlântico, em busca do mercado da vila catarinense, foi a centelha que produziu o portentoso resultado de abrir uma vida nova para a região do Sul.

Cria-se uma abundânte fonte econômica com o comércio de animais de carga, rasga-se uma estrada franca para as tropas e descobrem-se no planalto catarinense imensos rebanhos de gados selvagens.

O governador de São Paulo se interessava desde tempos anteriores, pela introdução de muares na Capitania, tal a sua necessidade para os transportes na região das Minas.

Temos a prova documental dêsse empenho na recomendação que Rodrigo Cesar de Menezes fez ao Capitão-mor da Laguna, sôbre as relações com espanhóis e índios:

"Também poderão ir à Ilha de Santa Catarina comerciar com aqueles moradores levando os seus gados pelos campos daqueles distritos, porque assim se poderão fazer nas campanhas muitas carnes sêcas para se transportarem para todos os portos, do que se segue a utilidade à Real Fazenda, e bem comum, e como na dita Ilha é a barra mais franca com mais facilidade se poderão carregar nas embarcações não só carnes, mas bestas muares e por meio dêste comércio se conservará a amizade dos Minuanos com os Portugueses."

Também alguns anos antes Bartolomeu Pais de Abreu requerera autorização para abrir uma estrada entre São Paulo e a Colônia do Sacramento.

A idéia amadurecera e se converteria em realidade no ano de 1727, quando Francisco de Sousa Faria partiu de São Paulo com a investidura de Sargento-Mor do Continente de São Pedro e com todas as instruções para encetar a abertura da estrada da Laguna para cima da Serra.

Os habitantes da Laguna não viram com bons olhos o projeto governamental. Parece que tiveram êles intuïção de que, fácil o acesso desde o Rio Grande a Coritiba por um caminho na serra, a sua vila iria perder a importância que até então usufruíra. Deixaria de ser ponto extremo e inevitável das comunicações entre São Paulo e a Colônia para ficar arredada a um flanco morto dessa linha.

Teria de declinar... Limitar-se-ia ao comércio de legumes e pescados, pois que o de carnes, que até então desfrutara, tenderia a desaparecer com a condução das tropas de gado para os campos de Coritiba.

Daí a resistência oferecida pelo Capitão-mor Brito Peixoto em apoiar os planos de Sousa Faria.

Ainda mais, quando removida a sua má vontade, a indicação de um traçado para a nova estrada de que se poderia

conjeturar a impossibilidade material de levá-la por diante.

E' nesse momento histórico que surge a figura impressionante de Cristóvão Pereira de Abreu, ativo mercador de gados e cavalos na região da Colônia e cujo nome se projetaria depois por longos anos em todos os acontecimentos da vida do Rio Grande.

Foi Cristóvão Pereira quem conseguiu vencer os óbices opostos por Brito Peixoto a Sousa Faria: foi também êle quem, após a abertura da estrada, percorreu-a para melhorá-la, aperfeiçoar o seu traçado e deixá-la definitivamente praticável por tropeiros e seus rebanhos.

A estrada foi o acontecimento empolgante da época.

* * *

Francisco de Brito Peixoto sempre demonstrara seu desprendimento pelas vantagens materiais, sacrificando o próprio bem estar, a sua fortuna e o que herdara do pai em benefício de seu rei e da Pátria, sem receber a mínima recompensa concreta. Só tivera como galardão o pôsto de Capitão-mor da Laguna e uma carta de agradecimentos do Rei D. João V, carta anteriormente transcrita.

Sentindo aproximar-se o término de sua existência, quis provàvelmente prender o destino dos portadores de seu sangue aos destinos da terra rio-grandense, pela qual tanto se esforçara e despendera.

Requereu assim ao Monarca português:

"Se queira dignar me fazer mercê dar-me êsses campos e terras que começam de um rio, que chamam Tramandaí, da parte do Norte correndo o caminho do sudoeste da parte de dentro até, o Rio Grande deixando o campo que corre ao longo dêste como repartição ao dito campo; que peço a V. Magde. para mim e minhas famílias, ao longo da praia que vai acabar no mesmo Rio Grande de São Pedro, e justamente me anima a fazê-lo uma carta com que V. Magde. foi servido honrar-me em me escrever na era de 1727. V. Magde. mandará o que fôr servido. Laguna, 20 de agôsto de 1732."

(Anexo C do Vol. XIII, dos Doc. Interessantes de São Paulo).

Êste requerimento começou a peregrinação lenta das informaçeõs de Lisboa para São Paulo e de São Paulo para a Laguna. Ainda em 1735 quando já era morto o benemérito Capitão-mor não houvera recebido despacho, que afinal lhe foi desfavorável.

Através das informações dêsse requerimento podemos ter a visão do que se passava no Rio Grande, vindo ao cenário fatos e personalidades capitais da época.

E' nesse ano de 1732 que se inicia o acontecimento fundamental da vida da região: firmada a soberania portuguesa no território ao norte do canal do Rio Grande, datam dêsse ano as primeiras concessões de sesmarias, isto é, a consagração do domínio senhorial, a legitimação da propriedade, o enraïzamento nesta de seu detentor.

À **invernada,** ocupação temporária e incerta sucede a **estância,** base definitiva da fortuna privada, sede das gerações vindouras e elemento primordial da prosperidade coletiva.

Preside a administração da Capitania de São Paulo nesse decisivo período, o Conde de Sarzedas, D. Luiz Antônio de Tavora, que recebera do govêrno de Caldeira Pimentel, o qual havia sido o sucessor de Rodrigo Cesar de Menezes.

* * *

E a frota de João de Magalhães?

Como ficou plenamente demonstrado, sua missão fôra garantir a passagem do Rio Grande para facilitar a tomada dos gados das campanhas do Sul da referida passagem.

Sua missão estava cumprida. O comércio de gados era francamente praticado por dezenas de tropeiros que conduziam centenares de cabeças ao longo do litoral, rumando para São Paulo, de onde seriam dirigidas para o trabalho da mineração.

Quando, em 1732, Cristóvão Pereira alcançou os Pinhais de Coritiba atingiam as tropas que seguiram simultâneamente com a dêle o número de 3.000 cavalgaduras, com cento e trinta pessoas.

No Arquivo Público de São Paulo encontrei uma relação

contendo 64 nomes de "fronteiros que se acham no distrito desta vila da Laguna, nas campanhas do Rio Grande." "Todos estes andam no campo com seus negócios para todas as horas partirem com suas cavalhadas pelo novo caminho para pagarem os quintos a Sua Magde., que Deus guarde sendo o dito caminho desimpedido dos Tapes."

O documento não traz data. Outros documentos informam que a obstrução do caminho pela presença de índios Tapes foi no ano de 1735, prendendo-se esta operação aos movimentos preparatórios do ataque à Colônia do Sacramento, realizado nesse mesmo ano. Êsse episódio da ocupação do caminho de Coritiba e um outro, os acontecimentos presididos, por Domingos Fernandes de Oliveira no território do Rio Grande, merecem a investigação dos estudiosos da história, não tendo até agora sido convenientemente elucidados.

Franqueada a passagem, em plena prosperidade o comércio de tropas, desnecessária tornava-se a permanência da frota, pois que a cadeia de **invernadas** garantia a permanência das comunicações.

João de Magalhães associou-se à corrente de interêsses que empolgavam a época. Tendo levantado gados nos fartos rebanhos selvagens teve êle também a sua invernada nos campos de Tramandaí, talvez para abastecer a fazenda da Garoupava de que tirou sesmaria, nas terras adjacentes à Laguna. O requerimento da sesmaria de Garoupava é de 1729.

Voltou sem dúvida para essa vila. Em 3 de novembro de 1733 êle assina como oficial da Câmara uma comunicação ao Conde de Sarzedas, conforme documento existente no Arquivo de São Paulo.

Nenhum outro traço de sua permanência no Rio Grande, nessa época.

* * *

A partir de 1732 o Rio Grande de São Pedro não é mais um território exclusivamente de trânsito. Não podiam permanecer abandonadas por mais tempo aquelas regiões tão risonhas e futurosas. Toda aquela gente que alí passara ou

demorara teria reconhecido que o Continente seria uma nova terra da promissão.

E a própria Laguna tem que ceder ao seu destino. Apertada entre os píncaros da Serra e o Oceano, com o seu território cortado de lagoas e banhados, com a sua constituïção geológica de areias sedimentares angustiada pela barra raza e difícil de seu pôrto, afastada que ficou do caminho do progresso da época, a Laguna estava votada à decadência.

O velho Brito Peixoto é dos que iniciam o êxodo de seus habitantes, não que êle fôsse transportar-se para as plagas que tanto haviam merecido de seus esforços e cuidados, alcançado em anos como estava, porém, acenando aos seus parentes e amigos com a possibilidade de lhe conceder o Rei as terras desde o Tramandaí ao Rio Grande, onde os seus governados da Laguna teriam garantida a prosperidade que a decadente povoação do litoral não lhes podia mais oferecer.

Embalado nessa esperança morreu Francisco de Brito Peixoto em 25 de outubro de 1735. Seus atos de govêrno nos últimos tempos de vida foram ainda inspirados na mesma tendência: incrementar a terra do Rio Grande. E' no ano de 1732 que se concedem as primeiras sesmarias no Continente e datam dêsse ano as licenças que Brito Peixoto começa a dar para o estabelecimento de povoadores.

Os lagunistas começam a mudar-se para o Rio Grande, para realizar a velha aspiração de lhe dar calor. Fariam lavouras e criariam o gado fácil e abundante. Lavradores e pastores, na esperança de um porvir feliz e sereno, fundariam os seus novos lares, tornar-se-iam possuïdores de terras fecundas e generosas...

Seriam os troncos seculares da família rio-grandense, floresta abençoada que se condensou nas coxilhas do Viamão, região que a todos atraíu.

E, como o pedia Brito Peixoto ao Rei, "para mim e minhas famílias", descem os parentes do Capitão-mor a ocupar definitivamente as terras que êle requerera e com "as famílias" vai o mesmo João de Magalhães, o cabo de 1725.

1733 é o ano inicial da radicação, o da propriedade territorial e conseqüente evolução econômica.

Abre-se a era da Estância.

* * *

Marcam o advento da era da Estância as primeiras concessões de sesmarias ao Norte do Tramandaí, o requerimento de adjudicação feito por Brito Peixoto dos campos entre aquele curso d'água e o canal do Rio Grande e a decisão dos parentes e amigos do Capitão-mor de se removerem para as terras que muito legìtimamente esperavam fôssem a êste concedidas pelo govêrno da metrópole, recompensa merecida aos muitos serviços de Francisco de Brito Peixoto à sua patria e a seu rei.

Ao passar pela capitania de São Paulo para uma primeira informação foi esta lacônica, porém, favorável: passando-a à Câmara da Laguna só em 1734 alí recebeu a seguinte informação:

"Exmo. Sr. Sôbre o informe que V. Ex. nos pede de ter sido ou não o Capitão-mor desta vila Francisco de Brito Peixoto que abriu o caminho desta vila para o Rio Grande de São Pedro e do Rio Grande para a nova Colônia, certificamos a V. Ex. ser verdade e sem dúvida alguma que além dêle dito Capitão-mor e seu pai o Capitão Domingos de Brito Peixoto terem sido os povoadores desta vila da Laguna a custas de suas fazendas sem adjutório da Fazenda Real e despesa alguma ser verdade ter sido o dito Capitão-mor o que descobriu e facilitou o caminho e campos desta vila para o Rio Grande de São Pedro e do Rio Grande para a nova Colônia como acima o dizemos por ordem que teve do Exmo. Sr. Francisco de Tavora, governador e Capitão General que foi desta comarca por assim lhe ordenar Sua Majestade a quem Deus guarde o que tudo fez o dito Capitão-mor a sua custa sem querer aceitar ajuda de custo com que lhe mandava assistir o dito senhor por ordem de Sua Majestade que Deus guarde e hoje se acha facilitados os ditos caminhos que em qualquer tempo se vai e vem por êle trazem gados e cavalgaduras há mais de sete ou oito anos de

que se tem feito dos gados muita carniça de que tem ido muitas embarcações carregadas para a vila de Santos e Rio de Janeiro e há coisa de dois anos e meio pouco mais ou menos que tem ido bastantes cavalgaduras para a vila de Coritiba adonde se pagam os direitos a Sua Majestade.

Também nos pede V. Ex. informemos a distância que irá de Tramandaí até o Rio Grande sendo pela costa do mar grosso fazem ter pouco mais ou menos trinta léguas porém não é esta a distância que pede o Capitão-mor desta vila, só sim nos consta tem pedido a S. Majde. uns campos da praia para dentro sendo estes distintos dos mais campos que se segue para o Rio Grande como também lhe falta a comunicação para os campos de dentro para o Viamão por se dividirem com dois rios, um chamado Capivara Vermelha e outro Montiorí e estes dois rios desagúam no Rio Grande e entre estes dois rios ficam os campos que pede o Capitão-mor que de comprido serão dez léguas pouco mais ou menos e de largo em partes terá meia légua e assim se vai seguindo em partes mais em partes menos esta é a verdadeira informação que podemos dar a V. Ex. passa o referido na verdade em fé do que passamos a presente certidão debaixo de juramento de nossos cargos passada em Câmara nesta Vila da Laguna a 10 de novembro de 1734 e eu João da Silva Pinto escrivão eleito por falta do da Câmara nesta Vila o escrevi.

Manuel J. da Costa — Manuel Corrêa — Francisco de Moura Pires — Cruz de Joseph Pinto Bandeira."

(Documento copiado no Arquivo Público de São Paulo).

No interregno de dois anos, que tantos decorreram entre o requerimento do Capitão-mor e a data da informação transcrita o Rio Grande evoluíra bruscamente.

Verifica-se nesse período os primeiros pedidos de concessões de sesmarias com os requerimentos feitos à Câmara da Laguna por João Rodrigues e Manuel Gonçalves Ribeiro, conjuntamente, Padre Joseph dos Reis, Francisco Vicente Ferreira, morador na vila de Santos, Antônio Lopes Cardoso e Sebastião Francisco para certificar a ocupação de campos com criação de gados e cavalos, o pagamento de dízimos à

Fazenda Real, a situação e o fato de serem devolutos os campos pretendidos.

Em conseqüência de tais pedidos Manuel Gonçalves Ribeiro recebe do Conde de Sarzedas a concessão de uma sesmaria de três léguas de terra em comprido nos campos de Termaní na paragem chamada as Conchas ([7]), aos 25 de outubro de 1732.

Francisco Vicente Ferreira teve a concessão de sesmaria de légua e meia em quadra nos campos de Itapoan, contígua a que recebeu o Padre Joseph dos Reis.

Outro invernador, Francisco Xavier, teve também uma sesmaria nas Conchas, principiando onde acabavam as terras conceddas a Manuel Gonçalves Ribeiro. Não encontrei no Arquivo de São Paulo o requerimento inicial de Francisco Xavier. Investigações recentes permitiram a um ilustre membro do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, Manuel Fernandes Bastos, concluir que Francisco Xavier foi Francisco Xavier Ribeiro, desaparecendo com essa sua decisão dúvidas sôbre a verdadeira individualidade dêsse primeiro sesmeiro.

Tem a data de 26 de outubro de 1732 a sesmaria de Francisco Xavier Ribeiro e a de 3 de novembro de 1733 a de Francisco Vicente Ferreira.

João Rodrigues que assinou o requerimento dirigido à Câmara da Laguna com Manuel Gonçalves Ribeiro deve ser João Rodrigues Prates que foi espôso de Isabel Gonçalves Ribeiro.

Refiro esta circunstância porque deparei no Arquivo de São Paulo com um documento em que vem mencionado o nome de João Rodrigues Prates tratando também de acontecimentos do ano de 1732, que neste instante nos interessa.

E' um requerimento dirigido a José da Silva Pais por Pedro Gonçalves Sandoval nestes têrmos:

"Snr. Brigadeiro Comandante. Diz Pedro Gonçalves Sandoval que êle representou a V. S. a justa posse com que estava possuindo o Rincão chamado Gravataí dentro nos campos de Viamão de cuja posse estava desde a era de 1732

([7]) V. Vol. XXXVIII dos Doc. Int. de São Paulo.

que o povoou com gados e éguas e na era de 1736 um João Rodrigues Prates se quis introduzir no dito Rincão sem mais pretextos do que o de ser mais abundante de cabedais do que o requerente, motivo porque foi preciso recorrer a V. S. para que informando-se a verdade e justiça do suplicante, mandou ao dito intruso tirar alguns animais que tinha junto com os do suplicante no dito rincão ficando o suplicante conservado na sua antiga posse... V. S. assim foi servido determinar e para que em todo o tempo lhe possa pertencer por meio de sesmaria pede a V. S. seja servido deferir ao suplicante para com despacho de V. S. recorrer e tirar sua carta de sesmaria da parte donde tocar a V. S. mandar." E. R. M. Despacho. Seja o suplicante conservado na posse das terras em que se acha té recorrer ao Governador de São Paulo para a sua carta de sesmaria. Pôrto do Rio Grande de São Pedro, 6 de dezembro de 1737. Rubrica de José da Silva Pais."

As terras do Rio Grande começam no ano de 1732 a despertar o interêsse e a atrair os povoadores.

Temos ainda mais uma demonstração dêsse interêsse nos seguintes períodos de uma carta do Conde de Sarzedas a Francisco de Brito Peixoto.

"Vejo o que V. M. me diz sôbre as pessoas que passam não só desta vila e vilas desta capitania mas do Rio a comerciarem a essas partes comprando cavalgaduras para atirar para estas partes e fazer suas estâncias nos campos do Rio Grande de São Pedro para benefício das ditas cavalgaduras e que se esperava que Sua Majestade, mandasse casais para uma povoação do dito Rio de São Pedro fazendo-se preciso se não dessem sesmarias aos que as pedirem no dito Rio sem informação de vossa mercê assim como fizera o governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel ao que respondo a vossa mercê que no tempo do dito governador nos quatro anos de seu govêrno em que lhe sucedi só uma sesmaria passou para essas partes e três ou quatro que tenho passado foi a moradores dessa mesma parte e ainda se não passou nenhuma aos que andam com negócio como vossa mercê quer dar a entender e como S. Majestade, Q. D. G. em todas as suas ordens recomenda se repartam as terras e se dêm

por sesmaria a quem pedir sendo vassalos de S. Majestade, & &.

São Paulo, 6 de março de 1733. O conde de Sarzedas. Sr. Francisco de Brito Peixoto."

(Pág. 395 do vol. XXVII dos Inventários e Testamentos).

Solicitante das terras que tantos trabalhos e despesas lhe custara e sôbre as quais exercera incontrastável domínio, assistindo a sua prosperidade e valorização enquanto decaía a terra lagunense, sentindo a intervenção da autoridade do governador da Capitania na distribuïção da propriedade Brito Peixoto tentava com a carta a que respondeu Sarzedas recuperar o predomínio que lhe ia escapando sôbre os destinos do Continente do Rio Grande.

Usando das prerrogativas de capitão-mor da Laguna vai incrementando o progresso do povoamento. E neste caráter permite que Sebastião Francisco ocupe uns "campos devolutos adonde chamam Itapoan", em 26 de maio de 1733; igual favor concede a Antônio Lopes Cardoso em um Rincão nos campos de Itapoan, em 16 de junho do mesmo ano.

Não deviam correr as coisas inteiramente a feição dos desejos de Brito Peixoto: encontramos no arquivo paulista a seguinte informação que seria um golpe profundo vibrado nas justas pretensões do devotado desbravador.

"Dizemos nós abaixo assinados e o juraremos em juízo se necessário fôr que o sobredito capitão-mor não abriu caminho algum da vila da Laguna para o Rio Grande de São Pedro pela razão de ser uma praia lavada que não carecia de ser nela aberto caminho porque os primeiros fugidos que da Nova Colônia do Sacramento vieram fizeram suas marchas pelas praias e menos abriu o caminho do sertão que vai do Tremandí para o Rio Grande de São Pedro e do dito Rio até a Nova Colônia e Maldonado por serem até a dita Nova Colônia campos gerais e abertos por onde pode ir quem quiser ou mais encostados a praia ou a sertão por onde melhor lhe ficar indo sempre quer uns quer outros assim pela parte da Praia como do Sertão dar na mesma Nova Colônia e Maldonado e menos conduziu boiadas ou cavalgaduras até 1732 para esta Capitania pelos ditos caminhos de que pagassem

direitos a S. Majestade para a sua real fazenda e a distância que vai do Rio Tremandí da parte do Norte até o Rio Grande de São Pedro correndo caminho do Sudoeste é tanto na nossa opinião como geralmente na opinião de todos os que tem andado pelo dito caminho do dito Rio de Tremandí até o Rio Grande de São Pedro cincoenta léguas pouco mais ou menos e os campos que estão entre os ditos rios estão hoje povoados com 27 fazendas assim de éguas como de vacas. E' todo o passa na verdade em fé do que nos assinamos. São Paulo, 3 de julho de 1734. Manuel de Barros Pereira, o Padre Manuel da Silva Albuquerque, Antônio Lopes Cardoso."

A carta do Conde de Sarzedas que citamos linhas atrás, a provável notícia da informação acima, informação interesseira e talvez oficiosa, teriam feito sentir ao capitão-mor que não lhe era auspicioso o ambiente no govêrno da Capitania.

Acreditamos que fôsse êsse o momento decisivo para que os parentes de Brito Peixoto abandonassem a decadente Laguna para irem assegurar-se de melhores dias e melhores perspectivas nas paragens do Viamão.

Passam por essa época para o lugar preferido João de Magalhães, o genro; Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos e Dionisio Rodrigues Mendes, casados com duas senhoras da família paulista dos Lemes e parentes consanguíneos da mãe do capitão-mor; Agostinho Guterres, casado com uma filha de Brito Peixoto; Sebastião Pacheco, o pai de Francisco Pacheco, êste casado com outra Leme, ([8]) o marido de Ana da Guerra, também filha de Brito Peixoto.

Certamente outras pessoas, parentes e amigos do fundador da Laguna. Citamos apenas êsses nomes porque temos documentos confirmativos de sua mudança.

João de Magalhães teve no ano de 1755 uma sesmaria concedida por Gomes Freire de Andrade, em cujo título consta ocupar êle "há mais de vinte anos terras em Viamão em que tinha casas, currais, plantas e animais, assim vacuns, como cavalares e são dados como confrontantes pelo Norte, Fran-

---

([8]) Pág. 70 de *Troncos Seculares*, pelo Gen. Borges Fortes e *Jornal do Comércio* de 29/10/32 — As Lemes do Rio Grande do Sul.

cisco Xavier de Azambuja, pelo Sul, José Fiuza, a Oeste, José Braz e Manuel Braz e pelo Sudoeste com Agostinho Guterres". (9)

Foi despachada de vila Boa de Goiaz em 8 de novembro de 1740 pelo Governador D. Luiz de Mascarenhas a sesmaria concedida a Jerônimo Dorneles. O requerimento inicial que se encontra no Arquivo de São Paulo está concebido nos seguintes têrmos:

"Ilmo. Exmo. Sr. Diz Hieronimo Dorneles de Menezes, morador em Viamão que êle se acha com sua fazenda estabelecida de animais, assim vacuns como cavalos há oito para nove anos com assistência atual nela plantado vários mantimentos e fez várias benfeitorias, sendo dos primeiros povoadores que se estabeleceram com sua família em a dita fazenda chamada o morro de Santana que parte do Norte com o Tenente Francisco Pinto Bandeira e a divide o rio de Gravataí e do Sul com o Tenente Sebastião Francisco Chaves que a divide o rio Jacareí e do Oeste às praias do Rio Grande e de Leste com Francisco Xavier de Azambuja, pelas cêrcas feitas de João Gomes, cujos campos terão duas léguas de Leste a Oeste e do Norte ao Sul uma e para bem nelas se considerar P. a V. Ex. faça mercê mandar passar carta de sesmaria na forma do estilo."

No recenseamento das terras de Viamão, procedido em 1784 pelo Provedor Inácio Osório Vieira se encontra a seguinte informação:

"Dionísio Rodrigues — Possue um campo e sua fazenda em que está estabelecido a 50 anos por ser um dos primeiros povoadores de Viamão, cujo campo terá pouco mais ou menos duas léguas de extensão e tem em sua companhia alguns filhos e genros agregados que todos vivem de lavouras e criação de animais."

O nome de Dionísio figura em atos da Câmara da Laguna no ano de 1732, o que prova que só posteriormente teria êle passado para os campos de Belém Velho, onde reza a tradição foi a sede de sua estância.

---

(9) Pág. 49 de *Troncos Seculares*, pelo Gen. Borges Fortes, 1931.

Agostinho Guterres, casado com Maria de Brito está citado no recenseamento de 1784 com estas expressões:

"Felipe Guterres, Francisco Guterres e mais dois cunhados seus. Possuem um campo que terá uma légua de comprido e meia de largo que lhes ficou por falecimento de seus pais Agostinho Guterres e Maria de Brito e foram dos primeiros povoadores de Viamão."

E' êle confrontante da propriedade de João Magalhães, como se verifica da carta de sesmaria citada daquele.

Sebastião Francisco Peixoto é o nome de mais um dos emigrados da Laguna e membro da família de Brito Peixoto.

No recenseamento de 1784 o seu nome aparece como vendedor das terras onde tinha propriedade Ana da Guerra, viúva, com a explicativa de ser êle dos primeiros povoadores de Viamão e irmão de Ana da Guerra.

Ana da Guerra, cujo marido não pudemos identificar, era cunhada de Agostinho Guterres como se vê da carta de sesmaria concedida a Francisco Ferreira da Cunha em 1740, no Rincão da Roça Grande. ([10])

E' a família de Brito Peixoto que se transplanta para as terras que êle acreditava lhe tocariam como justa recompensa aos seus serviços abnegados: se a generosidade do Rei falhasse assistir-lhe-iam outros direitos, os que a lei vigente assegurava aos primeiros povoadores.

As lombas e canhados do Viamão acolheram os novos habitantes: erguem-se os ranchos, fundam-se as estâncias, rasga-se a terra para as sementeiras e os lares se povoam, viveiros benditos dos primeiros rio-grandenses que vêm a luz do sol sob a bandeira do impertérrito Portugal.

São os troncos seculares de que repontariam frondosos ramos, espalhando-se sôbre o Continente, fecundando-o com o seu trabalho e defendendo-o quando preciso a preço de sangue e fôrça de braço.

* * *

Fai da pequenina Laguna que partiu a frota de Maga-

([10]) O marido de Ana da Guerra foi Diogo da Fonseca, conf. consta do Arquivo Eclesiástico de Pôrto Alegre, e nota fornecida pelo Sr. João Pinto da Fonseca Guimarães.

lhães em 1725. Com ela se faz a ocupação do Rio Grande, inicia-se o comércio de gados que seria até hoje a principal riqueza da região do Sul.

Não há entretanto núcleo de povoamento e nem radicação de famílias na terra desvirginada.

A frota prepara o advento das **invernadas.**

Abre-se o caminho para as tropas de 1727 a 1732.

Essa comunicação é o sacrifício da devotada Laguna. Está fadada ao depreciamento; sôbre a sua população se exerce poderosa atração para as plagas do Continente, a nova terra da promissão.

O êxodo iniciado em 1733 é o povoamento do Rio Grande, é a fixação, é o surto da **estância.**

São da Laguna os primeiros estancieiros.

Os dois estágios são nítidos. São os degraus iniciais da escada que levaria o Rio Grande de São Pedro ao apogeu atual.

Rio, fevereiro, 1934.

A Conquista das Missões
1801

Pelo 1.º tenente
Henrique Oscar Wiederspahn

Em 1792 enlouquecera a rainha D. Maria I, passando assim a governar como regente, a partir de 10 de fevereiro daquele ano, seu segundo filho D. João, o mesmo que seria coroado como D. João VI em 1816. Seu irmão D. Pedro, a quem fôra dada uma instrução esmerada, viera a falecer em 1788. Contudo há quem afirme ter sido êle assassinado pelos cortezãos e adeptos da Inglaterra, de quem o herdeiro desejava se desligar. O novo regente era reconhecidamente inepto, ignorante, gastrônomo e falho de qualquer demonstração de energia e vontade.

Levado pelas alianças inglesa de Methen e castelhana de São Ildefonso, permaneceu entregue à política externa de ambos seus aliados, com que hostilizava os princípios revolucionários que em 8 de agôsto de 1788 festejavam seu primeiro triunfo com a convocação dos Estados Gerais na França.

Desde então se avolumara o susto do absolutismo e dos que tantos lucros usufruiam em seu sistema, forjado pelas intrigas e assassínios do reinado de D. João II e completado pelo govêrno pombalino. Vedava-se toda e qualquer referência à França nos jornais lusitanos. A mesa censória tudo

expurgava e proibia. Breve a própria excomunhão ameaçava a todos que pensassem como os revolucionários franceses.

A vitória de Valmí encheu de terror a côrte de Lisbôa e daí o famoso "factotum" Pina Manique iniciava uma ofensiva tenaz contra toda manifestação inteletual, perseguindo também as sociedades secretas de maçons e dos temidos jacobinos. Prosseguiu-se no afan de incutir no povo o espírito nacional de respeito absoluto ao soberano, idéias de pundonor, etc., que desde a independência dos Estados Unidos tanto preocupavam aos dirigentes de Portugal, empregando-os como paliativo dinástico.

Com a execução de Luiz XVI e da rainha Maria Antonieta pelos dirigentes da França Revolucionária, coligaram-se a Inglaterra, Áustria, Prússia e Espanha para combatê-la. Assim, viu-se também Portugal arrastado às hostilidades, já iniciadas pelos espanhóis sob Ricardos. Êste obtivéra alguns sucessos parciais na chamada Campanha do Rousillon e Catalunha.

Em setembro de 1793 partia de Lisbôa um corpo expedicionário com 2 brigadas de 3 regimentos de infantaria e um corpo de artilharia com 22 peças, constituindo o Exército Auxiliar Português, sob o comando do senil general irlandês João Forbes de Skelater, afim de cooperar com as fôrças de D. Carlos IV, desde 1788 rei da Espanha. Desembarcou o Exército em novembro no pôrto de Rosas, na Catalunha, mas pouco depois falecia o velho general Ricardos.

Devido a falta de chefes e organização nas fôrças aliadas nos Pireneus, a campanha eternizou-se com o novo comandante geral, o conde de la Unión.

Em novembro de 1794 conseguiram os franceses de Dugommier os primeiros triunfos ante os espanhóis, que só não sofreram tremendo desastre, graças ao valor do destacamento luso do coronel Gomes Freire de Andrade e Castro nas tétricas jornadas de 17, em que morreu o general francês, e de 20 do mesmo mês, em que morreu Unión. Seguiu-se uma retirada tumultuosa dos ibéricos sôbre Gerona, pois os laços disciplinares não existiam mais.

Neste estado de cousas, D. Carlos IV assinou secretamente

a paz de Basiléa em 22 de junho de 1795, "seguida pela aliança ofensiva e defensiva da França e da Espanha. Um ano depois, Godoy, que à paz devera o principado, reinava em Espanha, onde era o instrumento da politica da nação sua visinha" (Oliveira Martins). Portugal foi deixado, "perfìdamente, no desconhecimento dêsse fato". (Ferreira Lima).

Assim ficou D. João entregue ùnicamente aos próprios recursos, já esgotados, entre a humilhação castelhana e a esquiva atitude britânica.

Portugal continuou "o instrumento da Inglaterra, no seu duelo contra a República. Essa aventura do Russillon acabou de arruinar os miseráveis restos do nosso (o português) comércio marítimo. Nos anos de 93 a 96 os franceses aprezaram-nos cêrca de 200 navios, no valor de mais de.... 10.000 contos. As nove naus que mandámos, apodreceram sem honra nas docas de Portsmouth". (Oliveira Martins).

Embora Portugal tivesse em 1796 se declarado neutral, não podia deixar de lado a proteção imposta pela Inglaterra, que ameaçava apossar-se do Império Colonial Lusitano. Mas a ameaça de uma concentração hispânica conseguiram por fim a remessa da Divisão Auxiliar Inglesa com 6.000 homens em troca de vantagens em pedrarias e ouro em 1797. Com estes homens implantaram-se no país inúmeras lojas maçônicas de caráter liberal.

Mas neste mesmo ano a Espanha e França haviam firmado uma convenção secreta para a conquista de Portugal, base naval da esquadra britânica. Os interêsses ingleses tinham um bom defensor em D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mas a regência começou a tratar a pêso de ouro com o Diretório, por intermédio do conde da Barca, Antonio de Araujo e Azevedo. As fôrças inglesas já haviam sido retiradas.

Prolongavam-se as negociações até que em março de 1801 Bonaparte declarou guerra a Portugal, por ter êste protelado seu rompimento com a Albión. O exército espanhol penetrava então em terras portuguesas.

Foi mais uma campanha vergonhosa, fruto das mesmas causas de sempre: ignorância orgulhosa e convencida e

morte moral dos caracteres daqueles que deveriam comandar e dirigir as operações!

Nomeado para general em chefe um fidalgo de 82 anos, o duque de Lafões, auxiliado pelo já nosso conhecido Forbes, sua nulidade ficou amplamente demonstrada ante um inimigo que avançava sem esfôrço, ocupando em maio Olivença e Jerumenha, vencia em Arrouches e, em junho, no combate de Flor de Rosa. Rendida a praça de Campo Maior, Lafões retirava para Abrantes. O general-em-chefe abandonou então seu exército, fugindo para Lisboa.

Só em Tras-os-Montes, Gomes Freire, o quartel-mestre general do Exército, era o único que se lançava à ofensiva, pois "progredir é vencer". A témpera de Bobadela chegara a invadir território inimigo com bastante sucesso, salvando, ao menos aí, a honra das armas lusitanas.

Com Alemtejo nas mãos do invasor, assinava o regente D. João a paz de Badajoz com a Espanha, em 8 de junho, e com Luciano Bonaparte, em 29 de setembro de 1801. Portugal perdia para sempre Olivença e pagava à França uma elevadíssima indenização em pedrarias e ouro do Brasil.

Outros eram os resultados destas vergonhosas campanhas ibéricas no sul do Brasil. Em junho de 1801 sabia-se na capitania de São Pedro do Rio Grande, por um navio de Pernambuco, da nova guerra irrompida entre Portugal e Espanha.

Comandava então a fronteira do Rio Pardo o tenente-coronel Patricio José Correia da Camara, que, como major, fôra em 1772 transferido do 1.º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, salientara-se no sítio e tomada de Santa Técla e promovido por tal, continuava no comando interino dos Dragões. Sucedera aí ao coronel de Dragões Gaspar José de Matos Ferreira e Lucena no comando da fronteira do Rio Pardo.

Pouco depois se lhe apresentaram diversos aventureiros ousados que queriam aproveitar do estado de desgôsto profundo dos guaranís, desde a expulsão de 1767 dos jesuítas dos territórios ispânicos. Ofertaram conquistar, além das terras dos Sete Povos ou Missões Orientais do Uruguai, toda cava-

lhada que apreendessem para o serviço real português. Aquieceu Correia da Camara, tornando-se assim o autor espiritual da conquista que se iria realizar.

Entre os aventureiros figuravam o fazendeiro e miliciano Manuel dos Santos Pedroso e o soldado desertor da 1.ª companhia do Regimento de Dragões José Borges do Canto.

Bem conhecia Canto o estado dalma dos indígenas, pois há muito vivia entre êles, pois se dedicara ao contrabando entre portugueses e castelhanos de ambos os lados da raia. "Em uma e outra parte passeava disfarçado, pois se tinha feito célebre com sua vida extravagante e odiosa a ambas as nações". (Gabriel de Almeida).

Bastante haviam sofrido as reduções jesuíticas com o novo sistema que os castelhanos lhes haviam imposto. Com sede em Candelária, tinha o governador das Missões jurisdição sôbre sete departamentos, São Miguel, Japejú, Apóstoles, Candelária, Itapuá, Santa Rosa e São Estanislau. Cada departamento dispunha de um tenente-governador, sempre um oficial de tropa de linha ou de milícias.

As misssões riograndenses pertenciam ao departamento de São Miguel, salvo a de São Borja que fazia parte do de Japejú.

Com a creação do vice-reinado do Prata, o govêrno de Missões ficou dirètamente subordinado àquele. Em 1781 passaram ao govêrno do Paraguai os 16 povos que pertenciam ao bispado de Assunción, permanecendo sòmente subordinados ao governador de Missões os do bispado de Buenos Aires.

Na época da expulsão dos jesuítas, a população destas reduções, segundo o P. Peramas, montava 93.181 almas, entrando os riograndenses com 20.306 habitantes em seus Sete Povos. Dispunham também de 769.353 cabeças de gado vacum, 94.983 de cavalos e muares e 221.537 de ovelhum, sem contar outros animais domésticos.

Embora conservando o regime governativo dos cabildos, havia em cada povo um administrador espanhol. Êste era encarregado da arrecadação dos produtos e dos impostos de capitação. Entendia-se dirètamente com o intendente geral das Missões, que em Buenos Aires centralizava a cobrança

dos grandes lucros, que se supuham obter naqueles núcleos tirados aos jesuítas.

Mas todos, desde o intendente geral e governador, até os administradores, sòmente procuravam enriquecer delapidando os erários, nada perdoando aos pobres indígenas. Sua dureza e os máos tratos inflingidos a estes, sua pouca preocupação em administrá-los, criaram o desgôsto geral. Aos poucos iam pois os selvicolas fugindo de seus povos para os matos.

Padres franciscanos, dominicanos e das mercês foram encarregados das reduções, mas não estando bem delimitadas suas atribuïções, houve verdadeiras contendas com a ambição dos administradores. Em sua reação contra estes, os índios em tudo atendiam aos curas.

Entre 1773 e 1774 grande foi a miséria reinante nas reduções. Muito poucas tinham ainda algum gado. "Os armazéns estavam vasios, as chácaras arruinadas, as plantações de algodão destruídas, não existia nada para prover a subsistência dos índios. A isto se acrescentaram as epidemias das bexigas e dos sarampos, que causaram a desolação dos povos, deixando-os sem índios e sem haveres". (Conego Gay).

Todas as tentativas dos vice-reis para reorganizar as reduções, povoar suas estâncias de gado, determinar a obrigatoriedade do trabalho, e com administradores mais hábeis e honestos, foram baldadas ou de resultados mediócres.

Contudo, foram nas Missões que nasceram dois vultos de destaque no mundo platino, sendo que um dêles iria se tornar uma figura sulamericana. Êste, San Martin, o herói de los Andes, era natural de Japejú, onde nascera em 17 e o outro, Alvear, o politiqueiro vencedor de Ituzaingó, em Santo Ângelo, em 17.

Neste estado de ânimo, era compreensível que a população guaraní almejasse mudança de regime, a exemplo de parte dos minuanos. Como estes, aceitariam a autoridade lusitana, anteriormente tão odiada desde as incursões mamelucas, na esperança de obter uma melhoria.

Cientes da nova guerra luso-castelhana, ante os lucros

que se previam, "chegavam os mais poderosos daquela capitania (Rio Grande) a pedir licença ao governador para levantar companhias de gente a cavalo e armá-los à sua custa para saírem contra o inimigo, os mais pobres se ajuntavam em ranchos para o mesmo fim; e como todos levavam fácil concessão, concorria para o exército gente inumerável, rezoluta a tomar a dianteira do exército e fazer as hostilidades possíveis ao inimigo. Desta sorte se apresentou naquela fronteira um exército formidável, não tanto pelo número dos indivíduos, como pela disposição dos ânimos, e isto sem despesa para o Estado, a mór parte destas tropas milicianas; e esta gente a mais atrevida, robusta e ativa nas suas campanhas, em que os povos confiavam o seu triunfo". (Gabriel de Almeida).

Assim marchou Manuel dos Santos Pedroso com 40 homens, isto é, o efetivo de uma companhia de milícias a cavalo, sob sua direção, atacou e pôs em fuga a guarda castelhana de São Martinho. Daí pôs-se a saquear algumas fazendas nas imediações, retirando-se depois com mais de 100 animais apreendidos, entre vacuns e cavalares. Deixara São Martinho desguarnecido, até que o capitão Francisco Barreto da Fonseca Pereira Pinto, a ocupou afim de manter a principal entrada das Missões.

Quanto ao desertor José Borges do Canto, iria realizar sua façanha afim de apagar seu crime militar. Orientado por Patricio, conseguira pois incorporar 13 homens entre seus conhecidos das fazendas vizinhas e assim encontrou também ao tenente Antonio de Almeida Lara, das milícias de São Paulo, com 12 homens para os mesmos fins. Reünidos ambos sob a chefia de Canto, rumaram à guarda de São Martinho.

Comandava o destacamento aí o alféres André Ferreira, da companhia do capitão Francisco Barreto, comandante do distrito de São Pedro e que se achava na entrada da picada da Bôca do Monte. Daquele destacamento obteve Canto mais 7 companheiros, entre os quais o furriel Gabriel Ribeiro de Almeida, célebre por sua memória sôbre a conquista das Missões.

Logo no primeiro dia de marcha obteve a adesão de

outros 8 homens, comandados por Antonio dos Santos, e que andavam explorando a campanha.

Exercia Borges do Canto as vezes de capitão comandante sôbre o total dos 42 homens da expedição, auxiliado pelo tenente Antonio de Almeida Lara e pelo furriel Gabriel Ribeiro de Almeida. Êste descendia da distinta família paulista Almeida Pais e era o irmão mais velho de Bento Manuel Ribeiro, nascido em Sorocaba em 1783. Desde 1.º de dezembro do ano anterior, Bento Manuel fôra alistado nas milícias a que fazia parte seu irmão, "que foi seu preceptor na arte da guerra" (Sousa Doca) tomando parte na conquista.

Dos companheiros de Borges do Canto, os primeiros 13, Hemeterio Veloso conseguiu fixar os nomes de João do Cabo Farias, José Gomes Centurião, José Joaquim Barbosa, Antonio Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues, Adriano Santiago, José da Silva Avila, Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januario Barbosa e Manuel Gomes Leite de Siqueira.

Entravam em campanha em pleno mês invernoso de agôsto, o que veiu auxiliá-los bastante. Acrescia-se que "tão odiosa e opressora se tornara a administração das autoridades espanholas nas reduções dos índios guaranís, habituados a melhor tratamento no tempo dos jesuítas, que, ao verem as Missões invadidas pelos portugueses, tomaram o partido dos invasores, e a isso talvez mais do que a perícia e bravura dêsses homens, foi devida a facilidade da conquista" (Hemeterio Veloso) que se iria realizar.

Ao anoitecer de 4 de agôsto tomavam de surpreza o posto espanhol da picada de São Pedro, onde prenderam o castelhano seu comandante. Os 40 índios que aí se achavam engrossaram a expedição para 82 homens. Graças à abundância de gado vacum e cavalar, foi feita também a remonta de animais.

No dia seguinte, o terceiro de marcha desde São Martinho, Canto conseguiu aprisionar numa emboscada um reconhecimento inimigo, cujo chefe ficou constatado ser um desertor das tropas portuguesas e de nome João Inácio.

Dia 6 caía também o pequeno posto de Santo Inácio onde

foram apreendidos cêrca de 500 cavalos e a guarda indígena também se incorporou ao pequeno destacamento. Neste mesmo posto obtiveram Canto e Almeida as primeiras informações sôbre as fôrças que o castelhano recrutava e reünia além de São João Mirim, onde havia também um posto com 10 espanhóis e cêrca de 60 índios, que dispunham de muito gado. Constava também que eram esperados elementos do Paraguai e das Missões Ocidentais.

Ao clarear do dia 7, Ribeiro de Almeida, com a metade da coluna e auxiliado por uma horrorosa tempestade, conseguiu, num feliz golpe de mão, apossar-se de todos os componentes do posto de São João Mirim.

Reünidas depois todas as fôrças invasoras e indígenas aderentes, durante a madrugada seguinte, caíu Canto sôbre o acampamento castelhano de D. José Manuel de las Cañas. Numa ação rapidíssima tiveram os 100 inimigos cêrca de 14 mortos, além de muitos feridos, enquanto os atacantes apenas tiveram um ferido. Como dantes, os 300 guaranís, que num acampamento próximo se encontravam, passaram a engrossar ainda mais as fileiras conquistadoras. Estas contavam já 400 homens.

Animados, Canto e seus companheiros tentaram um ataque ao povo de São Miguel, capital e sede do departamento missioneiro do mesmo nome, mas ante as 10 peças de artilharia que o defendiam e que deram 17 disparos sôbre os assaltantes, estes tiveram que se contentar com um sítio. Durante êste, cresceram os efetivos dos sitiantes para mais de 1.000 índios, que acorriam dos povos visinhos.

Dois apêlos feitos por Ribeiro de Almeida ao capitão Francisco Barreto foram vãos, pois êste não se capacitava de que os aventureiros voltassem com vida desta emprêsa, nem com o acolhimento cordial dos guaranís.

Após 3 dias de apertado sítio, o tenente-coronel D. Francisco Rodrigues, intimado por Borges do Canto, concordou em capitular e evacuar todo o território da Missões Orientais aos portugueses. Capitulava com perto de 200 soldados brancos e 10 peças de artilharia.

Mas, as bases da capitulação, comunicadas em 12 de

agôsto para Patricio não foram por êste referendadas, pois além de ter permitido a livre saída dos castelhanos, concedera levarem todo o armamento e bens reais de Castela no departamento de São Miguel. No mesmo ofício acima em que Canto se declarava em "adeligência q. vmcê. medetriminou", solicitava a retirada do grupo de Manuel dos Santos Pedroso, que se execedia em sangues e devastações. Êste, interpelado por Canto, chegou a lhe responder que ainda dispunha bastante munição para recebê-lo. Negou-se, com evasivas, a engrossar o destacamento que no dia 13 de agôsto entrava em São Miguel.

Imediatamente Borges do Canto participou ao comandante da fronteira do Rio Pardo que lhe haviam aí sido entregues grandes armazéns com enormes recursos de víveres e diversas fábricas. Solicitava uma pequena guarnição e também a proïbição de entrarem aventureiros no território que conquistara, afim de salvaguardar os bens reais e os dos indígenas.

Tratou também Gabriel Ribeiro de Almeida de tomar posse, em nome de seu Soberano e de seu capitão dos povos de São Lourenço, São João, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo com a metade das fôrças de Canto. Recolheu na mesma ocasião os estandartes dos cabildos, pois o domínio espanhol havia cessado. Graças à atitude benevóla do furriel paulista, as freguezias não foram abandonadas pelos curas e procurou grangear a estima de todos os habitantes, respeitando-lhes as posses.

Mas Pedroso seguira de São Miguel para São Nicolau onde, de emboscada e à noite, dispersou a comitiva do tenente-coronel castelhano e de toda equipagem, conduzindo-o para traz, sob custódia "de homens sem pundonor algum, pois o insultavam nessa marcha para lhe tirarem quanto levava de precioso". (Gabriel de Almeida).

Entretanto, ao ter ciência do sucesso de Canto, não titubeou o tenente-coronel Patricio José Correia da Camara em determinar a marcha do capitão de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, que seguiu pela picada da Bôca do Mato tendo o alferes Manuel dos Santos, pai do famoso Manéco

Pedroso, como vaqueano, nas pegadas dos conquistadores e cobrir Missões, no rio Uruguai, contra possível contra-ofensiva castelhana.

Ao mesmo tempo enviava por São Francisco Xavier, o major de Dragões José de Castro Morais com a incumbência de ajustar com o tenente-governador de São Miguel uma capitulação com bases legais. Estas deveriam garantir para a fazenda real portuguesa a posse da caixa de guerra, artilharia, armamento e munições. Seria dado então ao inimigo o prazo máximo de 24 horas para transpor o rio Uruguai, sob pena de serem considerados prisioneiros de guerra. Quanto ao inventário imprescindível dos bens do novo território, seria executado pelo quartel-mestre de Dragões Bernardo José Alves.

Em 22 de agôsto recebia também o capitão de auxiliares José de Anchieta da Fontoura Mendonça, ordem de marchar para Missões com toda sua companhia reünida e mais voluntários que se ofertassem, apresentando-se sem perda de tempo ao major.

Reünidos todos em São Miguel, o capitão Manuel Carneiro da Fontoura e o tenente Francisco Carvalho da Silva tudo fizeram com que a escolta que conduzira o tenente-coronel Rodriguez a êste tudo restituísse do que lhe havia tirado.

Como soe acontecer em ocasiões idênticas, o major Castro Morais procurava por todos os meios obscurecer os serviços dos companheiros de Borges do Canto, únicos e verdadeiros conquistadores das Missões, quer tentando incorporar o chefe ao seu esquadrão, pois Canto havia desertado de sua subunidade, afim de nulificar-lhe os serviços, quer espalhando glórias a Pedroso e ao capitão Francisco Barreto.

Graças à perspicácia e prudência de Ribeiro de Almeida, não se deixou levar Canto por seu primeiro impulso que era de defender seus direitos à mão armada.

Mas na mesma época comunicava Correia da Camara ao governador Veiga Cabral o desembaraço e valor de Borges do Canto na nova conquista para a coroa lusitana, submetidas as Missões Orientais voluntàriamente pelos respectivos

cabildos e corregedores guaranís. Propunha também para 1.º governador daquelas terras o major Joaquim Felix da Fonseca, chefe de uma das antigas turmas de limites, no que foi prontamente atendido.

Em 30 de agôsto era pois o major Fonseca nomeado com plenos poderes de para lá se conduzir com seus companheiros de turma. No dia seguinte, partia Gabriel Ribeiro de Almeida, enviado por Canto, com um relato da conquista, cópia do tratado e uma carta do oficial castelhano prêso, e com a incumbência de entregar a Veiga Cabral os 4 estandartes dos cabildos.

Mas o governador já se achava gravemente enfêrmo e assim foi seu ajudante de ordens José Inacio da Silva quem recebia em Rio Grande os estandartes, documentos e a carta. Em conseqüência foi José Borges do Canto nomeado capitão de milícias, Gabriel Ribeiro de Almeida tenente e Francisco Gomes de Matos alféres, todos da mesma companhia constituída pelos 40 destemidos conquistadores.

Quanto a Manuel dos Santos Pedroso, Veiga Cabral ordenou sua prisão em face de seu comportamento para com o tenente-coronel Rodriguez. Contudo a morte inesperada do governador veiu salvá-lo de cumprir tal pena. Conseguira, aliás, ser nomeado alféres de auxiliares.

Não podendo Correia da Camara se dirigir pessoalmente para São Miguel, transmitiu ao major Castro Morais todas as providências para a evacuação completa do território conquistado por parte de todos espanhóis leigos ou religiosos, que ainda lá se encontravam. Dava ordens terminantes de repressar o furto e o saque dos bens indígenas naquelas regiões.

Para cobrir as Missões pelo Ibicuí, determinou o comandante de Rio Pardo a organização de um pôsto avançado em São Francisco, em condições de apoiar também ao major Castro Morais.

Recalcando os direitos dos verdadeiros conquistadores, Castro Morais, Manuel Carneiro da Fontoura e outros mais assenhorearam-se de vastas propriedades e estâncias da região, enquanto aqueles apenas recebiam pequenas e míseras

sesmarias. Os novos donos procuraram por todos os meios locupletar-se no novo domínio e pouco se importavam com administração e proteção dos guaranís.

Tendo chegado com seus 18 companheiros, entre oficiais e praças, o major Joaquim Felix da Fonseca em 23 de setembro assumia o govêrno das Missões, que integrado na capitania do Rio Grande, continuou sendo tratado como "província das Missões" nos atos e papéis oficiais, até sua completa absorpção pela constituïção de 1824.

Fonseca encontrava em tôda parte desordem, desolação, as estâncias exaustas de gado, o que atribiuiu aos retirantes castelhanos e principalmente aos que ocuparam as terras.

No mês seguinte caía também a praça de São Borja ficando assim os portugueses com a posse de tôda a região até os rios Uruguai e Ibicuí. Nestas terras existiam ainda.... 14.000 índios, mas êste número continuou a decrescer com o sistema de administração adotado pelos portugueses e que outro não era senão o mesmo dos castelhanos vencidos.

Compreendeu logo o major Fonseca que, ante os preparativos inimigos em toda a foz do Ibicuí, estando alguns dos passos organizados defensivamente, não poderia se defender com os 120 dragões, auxiliares e aventureiros de que dispunha, sem contar os lanceiros guaranís em bom número.

Encontrou os passos guarnecidos pelos elementos auxiliares e companhia de milícias de Canto, cuja capacidade defensiva era pouco recomendável, como o é a de tôda tropa sem instrução e preparo militar ou improvizados. Entretanto, estes mesmos elementos haviam rebatido reconhecimentos inimigos nos passos do Japejú, São Marcos e da Cruz.

Após a retirada do major Morais, cap. José de Anchieta e parte das fôrças que guarneciam os povos, os castelhanos procuravam transpor o rio, vindo de São Tomé, mas foram repelidos pelo tenente Pedroso no passo de São Marcos. A mesma sorte teve nova tentativa, no passo da Cruz, ante os 40 homens do tenente Francisco Carvalho da Silva e alféres João Antonio da Silveira. Nove mortos deixou aí o inimigo, além de feridos, contra um só dos defensores.

Dispondo já do concurso de 33 praças de infantaria e

artilharia, do tenente João Maximiliano da Silva com 47 auxiliares, do capitão de Cavalaria auxiliar João da Costa Varela com seus 128 homens de Cima da Serra com 5 subalternos e mais auxiliares e aventureiros, podia Fonseca contar com 300 homens naquela vasta região.

Passou-se então a uma defensiva mais ativa, mais racional. Coube ao tenente de auxiliares Manuel dos Santos Pedroso, enfrentar pela surpresa, no passo de São Lucas, com apenas 160 homens a um atacante muito mais numeroso e de tal forma que êste perdeu 15 mortos, 11 prisioneiros e 2 peças de artilharia.

Os vencidos repetiram o lance no de Santa Maria do Uruguai, mas o cabo Bernardino da Silva, com apenas uma baixa, soube repelí-los valorosamente.

No passo de São Marcos, conseguiram por fim os castelhanos, entre os quais se sobresaiu o tenaz Rubio-Dulce, algum êxito. Sobrepujaram com 100 homens ao 14 defensores do furriel Vitor Nogueira da Silva, que só se renderam após terem consumido o último cartucho. Pouco depois chegavam os socorros da companhia de milícias de Borges do Canto, o qual por doente passara o comando daquela ao tenente Gabriel Ribeiro de Almeida. Num barco tentou ainda o furriel Raimundo Santiago e 5 companheiros libertar os prisioneiros, no que foram obstados pela superioridade inimiga.

Assim recebeu Almeida ordem de guarnecer com seus 40 homens o tão cobiçado passo de São Marcos. Com mais 60 índios de refôrço o tenente organizou um bom serviço de segurança, afim de evitar surpresa por parte do inimigo que do outro lado dispunha de um reduto com artilharia e forte guarnição.

Assim que na madrugada de 23 de novembro cêrca de 150 homens transpuzeram o passo perto da barra do Camaquã, poude o tenente Ribeiro de Almeida receber seus postos de vigilância, preparando-se reünido para receber aqueles. Avisou imediatamente a São Borja o sucedido e com o refôrço vindo, ás fôrças portuguesas dispunham então de 112 homens. Entre estes figuravam o capitão Borges do Canto,

tenentes João Machado e Felipe Carvalho e alféres André Ferreira, Manoel Carvalho e João Antonio.

O capitão Borges do Canto assumiu pois o comando, mas um conselho de guerra se prolongou até às 10 horas, quando ficou decidido o ataque. Êste, por proposta de Ribeiro de Almeida, consistiria numa ação frontal de fixação com um mínimo de homens sob João Machado, um ataque envolvente sôbre a retaguarda dos 150 inimigos onde o proponente exerceria o esfôrço principal, após se ter reünido ao flanco direito amigo e destruído as embarcações contrárias.

Lògicamente obteve Canto desta forma uma vitória decisiva sôbre a superioridade numérica contrária naquele combate na barra do Camaquã. O inimigo deixou 64 prisioneiros e apenas pouquissimos repassaram o rio com vida e a nado. Cêrca de 200 armas de fogo foram recolhidas pelos vencedores, que lamentaram apenas 3 mortos e 4 feridos.

Esta derradeira tentativa de reconquista fôra presenciada de além rio Uruguai pelo governador espanhol D. Francisco Bernardez e pela população de São Tomé. Breve a notícia oficial de Badajós salvava a província de um novo e perigoso ataque dos 2.000 homens que o coronel Espindola conseguira reünir em Assunción.

Em 26 de novembro chegava o major José Saldanha, nomeado comandante das fôrças no território das Missões pelo tenente-coronel Patricio. Estas pouco excediam de 350 homens. Quanto ao major Fonseca, poude dedicar-se exclusimente à administração em São Nicolau.

Enquanto isto, o mesmo tenente-coronel preparava sua tropa de cobertura que marchara de Rio Pardo para o acampamento de São Francisco, tendo poucos dias depois ciência da razoabilidade de sua decisão.

Entretanto falecia em Rio Grande, em plena guerra, em 5 de novembro de 1801, o governador tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, sucedendo-o, após uma célebre "corrida pelo poder", o militar mais graduado, brigadeiro Francisco João Roscio.

Embora recebesse Correia da Camara uma cópia do novo tratado de paz celebrado na metrópole, continuava decidido

a atacar a fôrça castelhana, comandada pelo coronel de engenharia espanhol D. Bernardo Lecocq, composta de mais de 700 homens, 2 obuses, 2 peças de pequeno calibre e 15 viaturas e que constituia séria ameaça à vila e posto de Batoví, que com o de São Sebastião cobria Rio Pardo e o flanco e retaguarda das Missões recem conquistadas.

Em novembro aproximou-se o inimigo do rio Santa Maria tentando forçar a passagem de Rosário com todos seus elementos reünidos. Embora o tenente-coronel Patricio José Correia da Camara dispuzesse de mais de 400 homens, achavam-se estes dispensos nos postos dos diversos passos.

Graças decisão do capitão de Dragões Sebastião José de Oliveira com seu esquadrão e outro de auxiliares, a guarnição de Batoví conseguiu repelir o inimigo, que deu então diversos disparos inocuos de obuses.

Cobertos pelo fogo de suas peças, Lecocq retirou suas viaturas para local seguro, acampando em seguida num cêrro à vista de Patricio. Êste desenvolveu grande vigilância durante a noite que seguiu, mas o inimigo não atacou, deslocando-se para acampar celeremente em Batoví-Chico.

Imediatamente iniciou Patricio a transposição do rio Santa Maria, o que durou o dia todo, constituindo com cêrca de 200 homens uma cabeça de ponte na margem ocidental, acampando o restante na outra.

A carência de oficiais provocara novas promoções que por muito tempo aguardaram confirmação por parte do governador interino Roscio. Os boatos de paz próxima, uma paz há muito firmada na metrópole, refletiam-se nas deserções diárias de auxiliares, mesmo diante de um inimigo que do Batoví-Chico ameaçava tanto a fronteira do Rio Pardo como a de Missões.

Lançou imediatamente dois esquadrões com os capitães Francisco Carneiro e Antonio Pinto Fontoura ao encalço do inimigo, afim de restabelecer o contacto, enquanto Patricio aguardava a artilharia que de Cachoeira lhe havia sido prometida.

Estas delongas reforçaram em mais de 400 o número de castelhanos que assim já dispunham de 1200 homens sob

Lecocq, ao passo que Patricio só poderia contar com pouco mais de 300. Com estes homens marchava cautelósamente ao encontro do adversário, coberto pelos 80 dragões do capitão Antonio Pinto Fontoura.

Breve acampava em Cunhataím-Cambuí, cobrindo sempre o posto de São Sebastião, com reconhecimentos sôbre as cabeceiras do rio Negro e Piraí, na região do antigo forte de Santa Técla.

Em fins de novembro remetia Patricio o fruto de seus esfôrços, cêrca de 2.100 rezes e 135 éguas correspondentes aos reais quintos, devidos pelos represamentos de seu destacamento.

Tendo obtido o concurso dos minuanos, determinou que constituissem companhias de lanceiros que deveriam vigiar o vale do rio Jaguarí, garantindo assim as ligações com o destacamento do major José Saldanha, comandante das armas nas Missões.

Em princípios de dezembro de 1801, ante os contínuos boatos de paz e as deserções de auxiliares, viu-se Patricio obrigado a declarar aos seus comandados que se retirassem para onde quisessem a bem da disciplina, todos os "vís indígnos e como tais incapazes de serem úteis à defeza da Pátria". É que sentira a mesma impressão, ao notar o descaso dos soldados improvisados, que Saint-Hilaire tinha da indisciplina inata dos milicianos.

Ante a perspectiva de um sério perigo na fronteira do Jaguarão, comandada pelo tenente-coronel Jeronimo Xavier de Azambuja, lançou-se Patricio em marchas forçadas até as cabeceiras do Jaguarão-Chico, acampando no Herval, onde chegou com quasi toda sua tropa desmontada.

Contudo, nova ameaça pairava sôbre Batoví, pois o coronel Marques de Sousa, comandante das fronteiras do Rio Grande o informou que o coronel castelhano de Dragões José Inacio de la Quintana se destacara de Cerro Largo para lá com perto de 600 homens. 287 soldados foram então enviados com o major de Dragões José de Castro Morais em refôrço de São Sebastião. Ao mesmo tempo o major Saldanha

destacava para as proximidades de Batoví parte das fôrças da guarnição dos Sete Povos. Com o restante seguiu pouco depois Patricio acampando no Piraí, donde poderia atender desde o rio Negro até São Sebastião e Batoví.

Em 18 de dezembro de 1801 o governador cientificava a paz ratificada ao tenente-coronel Correia da Camara, que imediatamente o transmitiu aos chefes inimigos Lecocq e Quintana. Êstes já se achavam reünidos.

Após certas delongas em que as marchas dos castelhanos pareciam antever novos combates, finalizou-se a luta com a posse de fato dos territórios conquistados em plena paz, pois a de Badajós fôra firmada já em julho, isto é, muito antes da façanha de Borges do Canto. De direito a conquista seria nula e os Sete Povos deveriam ser evacuados, mas as metrópoles eram tão longe e o gênio de Bonaparte as dominava desde já!

Contudo a nova oficial da paz veiu inutilizar o forte contingente de 1.800 homens diante de Batoví e as numerosas tropas regulares, milicianas e voluntárias que se reünia em Candelária para a reconquista das Missões Orientais. Assim uma campanha vergonhosa para as armas lusitanas na Europa, tivera no Rio Grande resultados cheios de glórias!

Aquí o tenente-coronel Patricio José Correia da Camara, comandante do Regimento dos Dragões do Rio Pardo, verdadeiro causador espiritual da conquista dos Sete Povos, cobriu perfeitamente aqueles e a fronteira a seu cargo graças ao razoável dispositivo de segurança que com pouco mais de 300 homens inutilizara a ofensiva de mais de 1.200 inimigos.

Entretanto foi a conquista relatada bem mal recebida por diversas altas patentes militares do Continente de São Pedro. Dela escreveu em 17 de dezembro de 1802 o coronel Marques de Sousa, comandante da Legião de Cavalaria ligeira e da fronteira do Rio Grande, que "não resulta utilidade à Sua Alteza Real, enfraqueceu as nossas poucas fôrças, e fez mais extensa a fronteira", a qual contestou o brigadeiro Francisco João Roscio, em 23 do mesmo mês, "eu não concorri para a conquista dos Sete Povos Guaranís, Orientais ao Uruguai, nem me consta de pessoa alguma, que

expressamente o ordenasse, o propuzesse, e o intentasse. Os aventureiros da última Guerra, procurando hostilizar aquelas campanhas para seu interêsse, ou para suas rapinas, encontraram os Índios dispostos a sublevar-se. Seguiram os acidentes e instantes favoráveis sem omissão, sem negligência; e conseguiram conquistar uma Província capaz de competir com êste Govêrno sem demaziado excesso de ajutório, se aqueles naturais fôssem animados de outros estímulos. Também conseguiram com tais princípios reduzir aqueles Povos do estado de fartura, tráfico e abundância, em que viviam, ao mais deplorável trânsito de miséria e indigência: hostilizando-os cruèlmente, e devastando todos os seus estabelecimentos".

Mas tudo tentou o comandante interino dos Dragões para afastar a rapina das novas terras. Cabe aos seus oficiais com Castro Morais e às fôrças irregulares a morte econômica do território das Missões, que teve depois para segundo governador o major José de Saldanha.

Mas "os gados dos povos foram roubados, as alfaias mais preciosas das igrejas desapareceram, os filhos dos índios eram enviados para criados em várias partes da capitania do Rio Grande do Sul, quando não engrossavam as fileiras de vários cabos de guerra. A única medida importante para os índios foi a abolição da capitação". (Conego Gay).

A população indígena das reduções continuou a decrescer. Em 1811 eram mais de 8.000 e em 1814, apenas 6.395 num total de 7.951 habitantes de toda região, incluídos brancos, mixtos livres e escravos. Pouco antes da invasão de Rivera, segundo um mapa de 1827, atingia sòmente 1.259 o número de indígenas naqueles povos já completamente arruinados.

Quanto ao capitão de milícias José Borges do Canto, nascido em 1773, veiu a perecer desgraçadamente às mãos dos charrúas numa de suas irregulares incursões ao vale castelhano do rio Quaraí. Iria ser galardoado pelo regente D. João com o posto de capitão de Dragões, quando foi morto. Contudo, por decreto real de 21 de março de 1809, foi concedido a seu pai Francisco Borges do Canto, fazendeiro em

Capané, o meio sôldo daquele pôsto na tradicional unidade do tenente-coronel Patricio. Mas até êste prêmio foi tardio, pois Francisco falecera em Rio Pardo, na mesma época em que era galardoado em nome dos serviços de seu filho.

A Campanha do Uruguai em 1811-1812

por Celso Schröder

(Efemêrides dessa campanha e de fatos sincrônicos, a ela correlatos, ocorridos em outros países sul-americanos, coligidos da "Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul" e de outros apontamentos).

1811

Janeiro 1.º — O marechal Joaquim Xavier Curado (depois Conde de São João das Duas Barras) comunica ao governador do Rio Grande do Sul que tem no acampamento de São Diogo, à margem direita do rio Ibirapuitan, os corpos de infantaria e artilharia da Legião de São Paulo e o Regimento de Dragões do Rio Grande do Sul, num total de 1.109 homens.

Janeiro 4 — O marechal Manoel Marques de Souza acampa ao nascente dos cerros de Bagé, depois de ter estado no Rio Negro em 28 de dezembro, vindo de Rio Grande.

Janeiro 12 — O marechal espanhol Francisco Xavier Elío de Jáuregui Zar y Olondriz chega em Montevidéu com 2 navios e 500 homens.

Janeiro 15 — O marechal Elío dirige-se à Junta Revolucionária de Buenos Aires para que ela o emposse no cargo

de Vice-Rei do Rio da Prata, para o qual foi nomeado pelo govêrno da Espanha.

Janeiro 19 — O marechal Elío, nada tendo conseguido com a Junta de Buenos Aires, assume em Montevidéu o cargo de Vice-Rei.

BATALHA DE PARAGUARÍ — O general Manoel Belgrano, que havia invadido com 1000 homens o Paraguai para conseguir a sua submissão ao govêrno revolucionário de Buenos Aires, é derrotado junto ao rio Paraguarí por 6.000 homens do tenente-coronel Manoel Athanasio Cabañas, sofrendo a perda de 10 mortos, 15 feridos e 120 prisioneiros.

Janeiro 20 — O general Diogo Martim Affonso de Souza Telles de Menezes, Conde de Rio Pardo, governador do Rio Grande do Sul, chega em Rio Pardo, vindo de Pôrto Alegre.

Janeiro 21 — A Junta de Buenos Aires recusa empossar o marechal Elío do cargo de Vice-Rei do Rio da Prata.

Chega ao acampamento de Bagé, com 2 amanuenses, o comissário pagador Francisco de Paula Monteverde.

Janeiro 28 — O governador espanhol do Paraguai, Bernardo de Velazco y Huidobro, pede o auxílio de fôrças portuguesas para se opor à invasão argentina de Belgrano.

O major Simão Soares da Silva chega em Bagé com 125 milicianos de Rio Grande.

Janeiro 31 — Chega em Bagé o emissário espanhol, ajudante Isidro Quesada, o qual prossegue viagem para Pôrto Alegre.

Fevereiro 3 — O conde de Rio Pardo chega ao campo de São Rafael, depois de haver transposto o passo de São Lourenço.

O tenente-coronel Manoel Athanasio Cabañas pede um auxílio de 200 portugueses para combater a invasão de Belgrano.

Fevereiro 9 — O conde de Rio Pardo chega em São Diogo, onde já estava o marechal Curado.

Fevereiro 11 — O alféres Diogo Arouche de Moraes Lara, destacado na guarda de Santana, envia ao marechal Curado informações sôbre os uruguaios.

O espanhol João Angelo Michelena surpreende em Casa Branca um grupo de conspiradores uruguaios e depois de breve resistência prende o padre Silverio Antonio Martínez e Ignacio Maistre, conseguindo fugir o brasileiro Francisco Bicudo.

Fevereiro 13 — O vice-rei Elío declara guerra à Junta de Buenos Aires.

Fevereiro 15 — O capitão de blandengues José Gervasio Artigas indispõe-se em Colônia do Sacramento com o general espanhol Vicente Maria de Muesas e retira-se para o arroio San Juan e rio Negro, transpõe o rio Uruguai e vai para Nogoyá (Entre Rios) e Buenos Aires, onde a Junta Revolucionária recompensa a sua adesão com o posto de tenente-coronel.

Fevereiro 18 — O conde de Rio Pardo comunica ao govêrno português que o capitão Artigas declarou em Concepción del Uruguay que esperava que a princesa Carlota Joaquina fôsse declarada Regente do território aquem do Rio da Prata e que concordaria com o referido govêrno acêrca dos limites.

Fevereiro 21 — A população de Mandizobi (Entre Rios) mostra-se desejosa de que uma fôrça portuguesa guarneça a vila.

O govêrno português determina que o conde de Rio Pardo atenda os pedidos de auxílio que lhe forem feitos pelo marechal Elío, vice-rei do Rio da Prata, marechal Gaspar de Vigodet, governador de Montevidéu, e tenente-coronel Velazco, governador do Paraguai.

Fevereiro 24 — O cura de Santo Tomé, José Martim, receando ser prêso pelo coronel Thomaz Rocamora, governador de Missiones, refugia-se em São Borja.

Fevereiro 28 — O conde de Rio Pardo manda construir

um depósito na guarda de São Pedro e que daí se navegue o rio Ibicuí até o rio Uruguai em balsas e jangadas.

O cabo de milícias Venancio Benavídez e o brasileiro Pedro José Vieira (natural de Viamão e desertor da Legião) iniciam no arroio Ascêncio a revolução contra o domínio espanhol no Uruguai. Conseguem a adesão do alféres Ramão Fernández, atacam Mercedes, onde os espanhóis tiveram a perda de 5 mortos, 4 feridos e 88 prisioneiros, e ocupam Soriano.

Março 1.º — A esquadrilha espanhola de Jacintho Romarate bate em San Nicolás, no rio Paraná, a de João Baptista Azopardo, caindo em seu poder 3 navios e 70 prisioneiros.

Março 2 — Os esquadrões da Cavalaria de São Paulo seguem de Bagé para São Diogo.

Março 4 — Morre em viagem para Londres o estadista argentino Mariano Moreno.

Março 7 — O conde de Rio Pardo, que havia saído de São Diogo no dia 3, chega em Bagé, onde estava o marechal Marques.

Março 9 — BATALHA DE TAQUARÍ — O tenente-coronel Manoel Athanasio Cabañas, com 2.500 homens, bate novamente o general Manoel Belgrano junto ao rio Taquarí, fazendo-o perder 2 canhões, 60 mortos e 130 prisioneiros, tendo os paraguaios 14 mortos e 16 feridos.

Belgrano capitula e retira-se no dia 10 com 400 homens, repassando o rio Paraná no dia 15.

Março 12 — O conde de Rio Pardo e Felippe Contucci conferenciam perto de Bagé.

Março 13 — O conde de Rio Pardo propõe-se a ocupar Santa Teresa, Maldonado e Colônia do Sacramento e socorrer Montevidéu.

Março 18 — O marechal Curado dispõe em São Diogo de 1.437 homens, sendo Infantaria de São Paulo 590, Artilharia de São Paulo 231, Dragões do Rio Grande do Sul 341 e Cavalaria de Milícias 275.

Março 19 — O conde de Rio Pardo chega em São Diogo, de regresso de Bagé, de onde saíra no dia 15.

Março 29 — O governador Velazco, do Paraguai dirige-se ao conde de Rio Pardo sôbre as operações de guerra que, juntamente com o vice-rei Elío, devem empreender contra Buenos Aires.

Março 31 — O batalhão de infantaria e artilharia do Rio Grande do Sul, acampado em Bagé, sob o comando do general Alexandre Eloy Portelli, tem um efetivo de 413 homens.

O general Manoel Belgrano passa em retirada por Santo Tomé com 300 homens, já tendo passado por êsse lugar 350 no dia 29.

Em 2 de abril verificou-se ainda a passagem de mais 500 sob o comando de Thomaz Rocamora.

Abril 3 — O conde de Rio Pardo chega em São Borja com o marechal Patricio José Correa da Camara (depois visconde de Pelotas), 1 regimento e 2 esquadrões, tendo saído em 23 de março do acampamento de São Diogo, onde deixou comandando o tenente-coronel João de Deus Menna Barreto, depois visconde de São Gabriel.

No dia 4 chega a São Borja o marechal Curado com a artilharia e caçadores de São Paulo, tendo transposto o rio Ibicuí no passo de São Francisco, ficando concentrados em São Borja 1.500 homens e 28 canhões.

Abril 5 — Revolução em Buenos Aires, chefiada pelo coronel Martim Rodriguez, sendo depostos alguns membros da Junta e destituído Belgrano do posto de general. Cornelio Saavedra e Gregorio Funes ficam donos do poder.

Abril 9 — O tenente-coronel José Gervasio Artigas de volta de Buenos Aires com 150 homens desembarca em Calera de las Huérfanas, estabelecendo-se em Mercedes.

O coronel Manoel Belgrano chega em Concepción del Uruguay.

Manoel Joaquim de Carvalho, com 13 homens, ataca e

toma Melo, tendo 1 morto; a guarnição espanhola teve também 1 morto.

Apresenta-se em São Diogo o alféres José Machado de Bittencourt levando 10 homens reünidos em Mandizobi (Entre Rios).

Abril 17 — O capitão Jayme Ferrer, com 14 embarcações paraguaias, ocupa Corrientes.

Abril 18 — O marechal Marques tem no acampamento de Bagé 268 homens.

Abril 20 — Venancio Benavídez, com 500 uruguaios, derrota e aprisiona 130 espanhóis.

Abril 21 — O capitão Manoel Artigas e Balthazar Vargas derrotam em Paso del Rey 180 espanhóis do tenente-coronel Joaquim Gayon y Bustamante.

Abril 23 — Manoel Francisco Artigas parte de Casupá com uma fôrça uruguaia, ocupa Minas no dia 24 e San Carlos no dia 28; vai depois a Maldonado e Pando, mandando ocupar Santa Teresa. A Junta de Buenos Aires confere-lhe o posto de tenente-coronel.

O conde de Rio Pardo propõe-se ao govêrno português para conquistar toda a Banda Oriental.

Abril 25 — O capitão Manoel Artigas e Venancio Benavídez derrotam e aprisionam em San José o tenente-coronel Joaquim Gayon y Bustamante, morrendo, porém, Manoel Artigas na luta.

O vice-rei Elío pede que o conde de Rio Pardo mande situar 800 portugueses na costa do rio Negro, perto de Mercedes.

Abril 29 — O vice-rei Elío pede ao conde de Rio Pardo que 2 divisões portuguesas entrem por Cerro Largo e Santa Teresa.

O tenente José de Abreu (depois barão de Cêrro Largo), enviado ao Paraguai pelo conde de Rio Pardo, é recebido em Itapuá pelo tenente-coronel Fulgencio Yegros, o qual escreve ao conde fazendo oferecimentos.

Abril 30 — Chegam em Rio Grande 10 embarcações trazendo 153 soldados de Santos e 5 companhias do Regimento de Infantaria de Santa Catarina, com 451 soldados, estes sob o comando do major Antonio João Terres.

Maio 1.º — O coronel Manoel Belgrano é substituído no comando pelo seu imediato, tenente-coronel José Rondeau.

Maio 3 — Chega em Rio Grande 1 embarcação com a companhia de caçadores de Santa Catarina.

Maio 7 — O ajudante Bento José Lopes chega a Bagé com correspondência do vice-rei Elío para o conde de Rio Pardo e prossegue viagem para São Diogo.

O marechal Curado acampa com o general Gonçalo Antonio da Fonseca Sá em Santa Maria, vindo de São Borja.

Maio 8 — O vice-rei Elío insiste pela urgência da marcha dos portugueses.

Maio 9 — O tenente José de Abreu chega a Asunción, depois de ter sido detido 15 dias em Itapuá. O governador Velazco lhe declara só reconhecer como sucessora à coroa e domínios da Espanha a princesa Carlota Joaquina e no dia 10 pede ao conde de Rio Pardo que mande 200 portugueses para guarnecer Corrientes e Curuzú Cuatiá.

Maio 11 — O governador e o bispo do Paraguai e o cabildo de Asunción determinam que o tenente-coronel Fulgencio Yegros obedeça às ordens do conde de Rio Pardo, nomeado para o cargo de governador de Missiones Ocidentales cargo êsse que deverá delegar em Yegros.

Maio 14 — O capitão Pedro João Caballero, os alféres Vicente Ignacio Iturbe, Manoel Iturbe e Mauricio José Troche, revoltam à noite 100 homens da guarnição de Asunción, capital do Paraguai, e repelem a tiros os espanhóis que os foram cercar, dando como motivo não desejarem o auxílio dos portugueses, e exigem que o tenente José de Abreu não sáia da capital. O governador Velazco ia mandar buscar em Cuiabá

o dinheiro que o governador de Mato Grosso oferecera para pagar o exército.

Maio 15 — Os militares paraguaios revoltosos tomam conta da cidade de Asunción e organizam uma Junta Governativa composta do governador Bernardo de Velazco y Huidobro (presidente), João Valeriano Zeballos e Dr. José Gaspar Thomaz Rodriguez de Francia (vogais). O tenente José de Abreu só teve permissão de voltar ao Brasil no dia 23, depois de ter se visto ameaçado de forca ou de ser enviado prêso para Buenos Aires.

Maio 18 — BATALHA DE LAS PIEDRAS — O capitão espanhol José Posadas, que dispunha de 1.230 homens e 8 canhões, é derrotado e aprisionado em Las Piedras pelo tenente-coronel José de Artigas, que tinha 1.000 homens.

A perda dos espanhóis foi de 158 mortos e feridos e 500 prisioneiros.

Artigas foi promovido a coronel pelo govêrno argentino.

Maio 19 — As avançadas de Artigas chegam ao arroio Sêco.

O vice-rei Elío envia o tenente-coronel João Baptista Esteller para expor ao conde de Rio Pardo a situação crítica de Montevidéu e Colônia do Sacramento.

Maio 20 — Velazco, Francia e Zeballos pedem ao conde de Rio Pardo a remessa de armas, pólvora e balas, dizendo que o Paraguai reconhece como Rei a Fernando VII da Espanha.

O conde de Rio Pardo concede permissão a Jeronymo Rodrigues de Siqueira para trazer 1.000 rezes do outro lado do rio Quaraí.

Maio 21 — O tenente-coronel Fulgencio Yegros assume o comando do exército paraguaio.

O coronel José de Artigas situa-se em Cerrito e cerca Montevidéu, defendida pelo vice-rei Elío, reünindo-se aos sitiantes, em 1.º de junho, o tenente-coronel José Rondeau.

Maio 22 — O conde de Rio Pardo chega a São Diogo,

vindo de São Borja, de onde saíra no dia 18. As fôrças voltam também a São Diogo, ficando em São Borja 1.000 homens.

Segue em 2 hiates de Rio Grande para Jaguarão a companhia de caçadores do Regimento de Santa Catarina, chegando a seu destino em 1.º de junho.

Maio 24 — O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto, segue de São Diogo para Bagé com o 1.º Regimento de Milícias da Fronteira de Rio Pardo.

Os frades franciscanos são expulsos de Montevidéu para a campanha pelos espanhóis, verificando-se no dia 25 a expulsão de 40 famílias, entre elas a de Artigas.

Maio 27 — O marechal Gaspar de Vigodet abandona a Colônia do Sacramento, que é ocupada por Venancio Benavídez.

Maio 31 — O marechal Curado chega ao passo de Ibicuí, vindo de São Borja.

Junho 1.º — O português José Lopes Lensina, que comandava um destacamento de Artigas, adere em Corrales ao exército português.

Junho 3 — O conde de Rio Pardo comunica que os tenentes-coronéis Joaquim Gayon y Bustamante e Diogo Herrera, aprisionados pelos uruguaios no combate de San José (25 de abril), com 50 oficiais e 70 soldados, e conduzidos à margem esquerda do rio Uruguai, defronte de Belém, foram libertados em Concepción del Uruguay por Maximiano Pedroso de Moraes e mais 3 brasileiros, que serviam com os revolucionários platinos, e conduzidos a São Diogo e daí a Bagé.

Junho 6 — O govêrno português ordena ao conde de Rio Pardo que socorra a guarnição de Montevidéu.

Chega em São Borja, de volta do Paraguai, o tenente José de Abreu.

Junho 7 — O coronel José Rondeau assegura, de Miguelete, ao conde de Rio Pardo a sua fidelidade a Fernando VII,

rei da Espanha, e pede a entrega dos prisioneiros espanhóis que fugiram para o Brasil.

Junho 8 — O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto transpõe 3 rios e acampa no passo do Capitão Sebastião Barreto, no rio Santa Maria.

Junho 9 — O marechal Curado chega ao passo de Saican, depois de passar o Itapeví.

Velazco, presidente da Junta Governativa do Paraguai, é prêso, continuando no govêrno sòmente Francia e Zeballos.

Junho 14 — O conde de Rio Pardo chega em Bagé, tendo estado no arroio de São Francisco, no dia 3, e no passo de Rosário, no dia 7, vindo de São Diogo. Êle propõe a promoção do tenente José de Abreu ao posto de capitão.

Junho 17 — Fulgencio Yegros assume a presidência da nova Junta do Paraguai.

Junho 18 — O marechal Curado parte do passo de Rosário, no rio Santa Maria.

Junho 19 — Sabe-se em Jaguarão que o tenente-coronel espanhol Joaquim de Paz bateu 20 uruguaios na costa do rio Jaguarão, fazendo-lhes 2 mortos.

Apresenta-se em Jaguarão às autoridades portuguesas o padre português Matheus Augusto, estancieiro perto de Chuí, em território uruguaio.

O tenente-coronel João Baptista Esteller, emissário do vice-rei Elío, que não pudera entrar na barra de Rio Grande e arribara em Santa Catarina, reünindo-se em Torres ao tenente-coronel Miguel Lino de Moraes, pede em Bagé o auxílio do conde de Rio Pardo por ser angustiosa a situação de Montevidéu. Um emissário anterior, havia naufragado no Banco Inglês, na foz do Rio da Prata.

Junho 20 — BATALHA DE HUAQUÍ — João José Castellí e o general Antonio González Balcarce, com 14.000 argentinos, são derrotados na povoação de Huaquí (Bolívia) por 7.000 espanhóis, comandados pelos general José Manoel de Goyeneche (depois conde de Huaquí) após 6 horas de luta.

Junho 21 — O tenente-coronel Esteller insiste com o conde de Rio Pardo para que apresse a sua marcha, visto ser crítico o estado da guarnição espanhola de Montevidéu.

Junho 22 — O tenente-coronel Esteller insiste encarecidamente com o conde de Rio Pardo para que parta com urgência.

Junho 26 — O marechal Curado chega ao arroio Piraí, depois de ter transposto o rio Jaguarí.

Julho 1.º — Segue de Rio Grande para Jaguarão o major Antonio João Terres.

Julho 5 — O conde de Rio Pardo, entrega ao tenente-coronel João Baptista Esteller os espanhóis prisioneiros dos uruguaios que se haviam evadido para o Brasil. Em agôsto embarcou em Rio Grande o tenente-coronel Joaquim Gayon y Bustamante, com destino a Montevidéu.

Julho 6 — É afixado em Santo Tomé um "bando" vindo do Paraguai, no qual consta que, si os portugueses hostilizarem a Junta de Buenos Aires, 10.000 paraguaios invadirão o Rio Grande do Sul.

Julho 13 — José Antonio de Bittencourt Catharineta, com 100 homens, saqueia a vila de Mandizobi, depois de transpor o rio Uruguai no passo de Belém, onde matou 3 homens.

Julho 15 — O capitão João José de Quesada, com 2 lanchões, ataca a ilha de Ratos, defendida por Francisco Ruiz, e a toma, aprisionando 7 espanhóis.

A esquadrilha espanhola de João Angelo Michelena bombardeia Buenos Aires.

Julho 17 — O conde de Rio Pardo manda fôrças para os rios Jaguarão e Cebolati e parte com o seu exército, deixando em Bagé um destacamento comandado pelo tenente Pedro Fagundes de Oliveira.

Julho 18 — O marechal Alexandre Eloy Portelli parte

de Bagé com uma divisão composta de um batalhão e da infantaria da Legião de São Paulo.

Julho 19 — O conde de Rio Pardo, depois de transpor o rio Negro no passo do Valente, manda o alferes Manoel Marques de Souza (filho), da guarda de Santa Maria, ir com 20 homens ocupar a guarda espanhola de Piraí, e determina que José Francisco Muniz Fagundes ocupe a de Sagunto de San Rafael de Rio Negro, que era comandada por Francisco Croza Peñarol.

Julho 20 — Felippe Contucci chega em Melo e comunica ao conde de Rio Pardo que o tenente-coronel Joaquim de Paz deseja que 100 portugueses ocupem a vila.

Julho 21 — O conde de Rio Pardo dirige uma proclamação aos portugueses existentes na Banda Oriental, convidando-os a se lhe reünirem. Seu exército, levando 10.000 cavalos e 2.000 bois, transpõe o rio Jaguarão Chico, acampa no passo de Aceguá e vai à Cochilha Grande e Estância de Freire.

Julho 22 — Sabe-se que o alféres Machado, com 40 homens, passou o rio Uruguai, para Corrientes, tomou 600 cavalos e feriu 2 argentinos na capela de La Merced.

Julho 23 — O marechal Manoel Marques de Souza ocupa Melo, sem resistência da parte do tenente-coronel espanhol Joaquim de Paz. O conde de Rio Pardo chega à vila no dia 26.

Julho 26 — O govêrno espanhol determina o regresso do vice-rei Elío à Espanha, nomeando para substituí-lo o marechal Gaspar de Vigodet com o título de Governador do Rio da Prata.

Julho 29 — Apresenta-se ao conde de Rio Pardo o alféres Bento Lopes de Leão, natural de Taubaté e que desde 1789 residia no Uruguai.

Felippe Contucci parte de Melo.

Julho 31 — O tenente-coronel Nicolau de Vedia conferencia em Cordobés com Felippe Contucci.

Agôsto 2 — O conde de Rio Pardo manda Francisco Amaro da Silveira, com 20 homens, ocupar a guarda espanhola de La Cruz.

Agôsto 3 — O coronel José Rondeau intima, de arroio Sêco, ao conde de Rio Pardo para que "não avance mais um passo, sob pena de ser atacado pelas suas fôrças vitoriosas, auxiliadas pelos valorosos habitantes da Banda Oriental e pelo entusiasmo heróico de 9 províncias platinas, com resultado bem fatal para Portugal".

Agôsto 4 — José Francisco Muniz Fagundes patrulha os arroios Tacuarembó e Cuñapirú.

O capitão José Pereira da Fonseca, com 20 homens, assume o comando da guarda de Arredondo, substituindo o tenente espanhol José del Pilar Martinez.

Agôsto 5 — O tenente-coronel espanhol Esteller declara em Melo que está perdoado o alféres revolucionário Ramão Villademoros, que ofereceu sua submissão.

Agôsto 7 — O major Manoel dos Santos Pedroso acampa em São Xavier, na costa do rio Quaraí.

Agôsto 10 — A Junta de Buenos Aires dirige-se a Felippe Contucci com referência ao próximo congresso que arbitrará os meios para a recepção da princesa Carlota Joaquina.

O marechal Alexandre Eloy Portelli chega a Jaguarão, onde comanda o tenente Silvestre Teixeira Pinto.

Agôsto 11 — O major Manoel Alvares de Guimarães assume o comando do destacamento de Melo.

O vice-rei Elío declara não concordar que o conde de Rio Pardo pague os bois e cavalos que requisita, devendo os seus donos receberem o valor dos mesmos em Montevidéu.

José Francisco Muniz Fagundes procura bater 80 homens do capitão uruguaio Balta Ojeda, mas não os encontra mais nas pontas do Tacuarembó por terem se retirado para o rio Negro e Porongos. Seguiu-os 2 dias e uma noite, sem poder

alcançá-los, e mandou destacamentos aos arroios Lunarejo, Malo e Caraguatá.

Agôsto 12 — O vice-rei Elío envia ao conde de Rio Pardo os capitães Luiz La Robla e Martim Albin para expor a situação, a-pesar-de alegar ter fôrças superiores às dos seus adversários e capaz de batê-las.

Agôsto 13 — O conde de Rio Pardo parte de Melo, fazendo recolher a Jaguarão 1.600 cavalos e 400 bois que não estavam em condições de prosseguir na marcha. O conde sabe que a guarnição da fortaleza de Santa Teresa, comandada por Narciso Rafael del Castillo, vai ser reforçada por 500 homens do tenente-coronel Paulo Pérez e que 100 homens se emboscarão em Cañada Grande e prossegue sua marcha pelo passo de La Cruz, rios Cebollati (dia 19), San Luiz e San Miguel, Isla Paraguaia (1.º de setembro) e forte de Santa Teresa.

José Francisco Muniz Fagundes aguarda em vão a junção da fôrça do major Manoel dos Santos Pedroso nas pontas do rio Quaraí e continua a sua marcha.

1.ª BATALHA DE SIPESIPE — O general José Manoel de Goyeneche, derrota em Sipesipe (Bolívia) as fôrças argentinas do general Francisco Rivero e coronel Eustaquio Diaz Vélez e ocupa Cochabamba. Os restos do exército argentino retiram-se para Potosí e João Martim de Pueyrredon assume o seu comando, indo situar-se em Salta.

Agôsto 15 — Os chefes espanhóis Bernardo Calderón e José Ramão Irusta cercam La Paz (Bolívia) até o dia 20 de outubro.

Agôsto 17 — O major Manoel dos Santos Pedroso ocupa a vila de Belém, no rio Uruguai, sem resistência de parte do comandante da praça, João Roa.

O vice-rei Elío promete escarmentar os sitiantes de Montevidéu sem precisar do auxílio do conde de Rio Pardo.

Agôsto 18 — O furriel Bento Manoel Ribeiro comunica que, por ordem do major Manoel dos Santos Pedroso, partira com 5 homens da cochilha de Lunarejo e 4 léguas além do

rio Negro tomou 400 cavalos dos argentinos e não podendo, no regresso, transpor o passo de Japeiú, nem outro mais acima, vendo-se perseguido por uma fôrça inimiga, abandonou os cavalos, passou o rio Negro e de Arapeí foi a Belém reünir-se a Pedroso.

O major Pedroso determina que o tenente Polycarpo Pires Machado patrulhe a costa do rio Uruguai desde a barra de Santa Maria até o arroio Três Cruzes e que o destacamento de São Sebastião marche para a costa do rio Negro.

José Francisco Muniz Fagundes quando ia com 40 homens para Cuñapirú sabe de uma fôrça inimiga em Jaguarí e acolhe-se à Cruz de São Pedro, afim de ir para Piraí.

Agôsto 24 — Antonio dos Santos, com 6 homens, pratica depredações a 6 léguas de Curuzú Cuatiá (Corrientes).

Agôsto 25 — O major Manoel dos Santos Pedroso comunica de Belém que fez o capitão Joaquim Felix da Fonseca ocupar Mandizobi.

Agôsto 27 — O capitão espanhol João Agostinho Pagola pretende ocupar a guarda de San Rafael e é preso por José Francisco Muniz Fagundes e remetido para Jaguarão pelo tenente Antonio de Medeiros Costa no dia 29 e daí para Rio Grande em 28 de setembro.

Agôsto 28 — 4 homens de Francisco Croza Peñarola atacam no rio Negro, a 9 léguas de Piraí, um grupo de portugueses, matando 1 homem, ferindo outro e aprisionando 2 mulheres. No dia seguinte José Francisco Muniz Fagundes prendeu 3 dos assaltantes.

Agôsto 30 — COMBATE DE PAISANDÚ — O furriel Bento Manoel Ribeiro e o ajudante Manoel de Carvalho, enviados pelo major Pedroso com 55 homens, atacam de madrugada e tomam Paisandú, que foi defendida durante uma hora pelo capitão Francisco Bicudo, com 200 uruguaios. Bicudo foi morto por Antonio Padilha e mais de 30 companheiros seus também morreram, ficando 30 feridos. Os vencedores tomaram 4 canhões e 50 clavinas e tiveram 3 mortos e 1 ferido (furriel Fonseca).

O vice-rei Elío, ao saber dessa ação, mandou 8 embarcações para Paisandú.

José Francisco Muniz Fagundes, comandante da guarda da San Rafael, manda patrulhas para Cuñapirú e Cardoso e determina que Manoel Joaquim de Carvalho guarde os passos do arroio Tacuarembó da foz do Caraguatá para baixo e os do rio Negro até o Cordovés.

Neste mês de agôsto o espanhol Salazar bloqueou Buenos Aires.

Setembro 1.º — O tenente-coronel Benito Chain, chamado em sua estância na véspera, assume o comando da praça de Paisandú, ficando Bento Manoel Ribeiro e Manoel de Carvalho sob suas ordens, e pede auxílio ao major Pedroso contra os revolucionários de Mercedes e Concepción del Uruguay.

Setembro 2 — O major Manoel dos Santos Pedroso comunica nesta data que o capitão Joaquim Felix da Fonseca mandou de Mandizobi 16 homens, que dispersaram 120 argentinos que vinham de Curuzú Cuatiá.

Os uruguaios abandonam o forte de Santa Teresa.

Setembro 4 — José Francisco Muniz Fagundes segue para reünir-se ao major Pedroso, deixando Domingos José Gonçalves no comando da guarda de Sagunto de San Rafael de Rio Negro.

O tenente-coronel Joaquim de Paz reclama ao conde de Rio Pardo contra o fato de terem recusado entregar as guardas de Sagunto de San Rafael e de Arredondo ao capitão João Agostinho de Pagola e ao tenente José del Pilar Martínez, respetivamente.

O furriel Jeronymo Rodrigues de Siqueira, que guardava a cavalhada reúna em São João Mirim, tendo obtido licença de Francisco das Chagas Santos para ir ao outro lado do rio Ibicuí, dirige-se à Banda Oriental.

Setembro 5 — O marechal Manoel Marques de Souza ocupa, com 300 homens, o forte de Santa Teresa e manda perseguir a sua guarnição, que se retirara para Cañada Grande e Palmares. Caíram em poder dos perseguidores 16 ho-

mens e 300 cavalos em Castilos e 12 homens e 200 cavalos em Rocha. Outra partida, de 15 homens, comandada pelo alféres Antonio Bueno da Fonseca, aprisionou 8 homens e apreendeu 800 rezes. Um destacamento de 40 homens toma em Castillos Grandes, de uma fôrça uruguaia, sem necessidade de luta, 256 cavalos e 35 bois, fazendo 1 prisioneiro.

Setembro 7 — A 2.ª divisão da coluna da direita, comandada pelo marechal Alexandre Eloy Portelli, segue de Isla Paraguaia para Santa Teresa.

Setembro 8 — Manoel Joaquim de Carvalho acampa com 100 homens no arroio Quebracho.

Setembro 9 — O conde de Rio Pardo manda Antonio Pinto da Fontoura socorrer com 100 homens a vila de Melo, ameaçada pelo inimigo.

Setembro 10 — José Francisco Muniz Fagundes parte, com 45 homens, para a campanha, afim de guarnecer os passos do rio Negro.

Chega em Paisandú 1 bergantim espanhol com auxílio para o tenente-coronel Benito Chain, o qual ocupou os passos de Vera e Japejú.

Setembro 11 — José Rondeau determina que o capitão Ramão Villademoros, com 50 homens, auxiliado por 250 do tenente-coronel Manoel Artigas, leve um ataque a Melo.

Setembro 14 — A coluna do marechal Portelli chega a Santa Teresa.

Setembro 15 — O tenente-coronel Pedro José Vieira, que a-pesar-de brasileiro era um dos subalternos de Artigas, escreve ocultamente aos portugueses, fazendo oferecimentos.

Manoel Joaquim de Carvalho acampa no passo de La Cruz del Tacuarí.

Setembro 17 — O tenente-coronel Nicolau de Vedia escreve do sítio de Montevidéu a Felipe Contucci exigindo que o exército português não passe de Santa Teresa.

Setembro 18 — Depois de transpor 5 rios caudalosos, tendo 1 homem morto e 4 aprisionados, chega o conde de Rio Pardo a Santa Teresa, depois de ter se conservado até o dia 15 em Isla Paraguaia.

O major Manoel dos Santos Pedroso comunica de Belém, neste dia, que 500 argentinos ocupam Curuzú Cuatiá e que 18 homens seus repeliram 120 argentinos que os atacaram, tendo 3 mortos e alguns feridos e que outra fôrça sua, de 16 homens, aprisionou sem resistência 120 argentinos de Curuzú Cuatiá.

Enquanto Pedroso fazia essa comunicação, 80 homens seus atacavam neste dia Curuzú Cuatiá, que a-pesar-de defendida por 600 argentinos foi tomada, perdendo os atacantes 3 mortos e 3 feridos. Foi a segunda vez que gente de Pedroso tomou essa praça à fôrça de armas.

Setembro 19 — Os 73 homens que ocupam Curuzú Cuatiá são atacados por 700 argentinos e 2 canhões e entrincheiram-se num forte, onde lutam 1 ½ hora, repelindo os assaltantes e fazendo-lhes 20 e tantos mortos com a perda sòmente de 3 mortos; os atacantes retiram-se à distância de 1 légua da vila.

O major Pedroso, sabendo dessas ocorrências, passa nesta mesma data o rio Uruguai, com o tenente Polycarpo Pires Machado e 50 e tantos homens para socorrer os sitiados, porém no mesmo dia 19 já os encontra de regresso.

Com a retirada dos brasileiros, a fôrça argentina, reforçada por mais 300 homens, reocupa Curuzú Cuatiá.

José Francisco Muniz Fagundes situa-se no passo de Polanco, no rio Negro.

Setembro 22 — O major Pedroso intima Elias Galvan, Governador de Corrientes, a fazer a sua submissão, dando-lhe um prazo até 12 de outubro para tal.

Setembro 23 — É deposta a Junta de Buenos Aires e levado ao poder um Triumvirato, sob a presidência de Manoel de Sarratea.

Setembro 25 — O conde de Rio Pardo, promove o furriél

Bento Manoel Ribeiro a alféres de milícias e o nomeia comandante da guarnição de Paisandú.

Setembro 27 — Chegam a Santa Teresa os alféres Antonio Bueno da Fonseca e Manoel do Couto Carneiro (que tinham ido a Rocha antes do dia 18), trazendo prisioneiros, 322 cavalos e 12 bois.

Setembro 28 — O major José Antunes da Porciuncula é nomeado para comandar a guarnição de 120 homens da fortaleza de Santa Teresa, ficando encarregado de construir uma trincheira em Angostura.

O coronel Thomaz da Costa Correa Rebello da Silva acampa a 4 léguas de Santa Teresa.

O major Pedroso ocupa Paisandú com 200 homens, apoiado por 8 embarcações vindas de Montevidéu.

José Francisco Muniz Fagundes, atacado às 4 horas da madrugada, perto do passo de Polanco por uma fôrça uruguaia, repele êsse ataque, fazendo-lhe 5 mortos e alguns feridos, mas tem 1 morto e perde 160 cavalos, tendo de marchar a pé 3 dias, para ir a Piraí.

Setembro 29 — O coronel Thomaz da Costa vai a Curral de Palmares e Palmar de Castillos, sabendo que uma fôrça argentina está no arroio Garzón.

Manoel Joaquim de Carvalho (que servia desde 1793), à frente de 100 homens, ataca na estância de Romualdo de la Vega, em Rincón de la Avestruz, perto de Ierbal, o capitão uruguaio Ramão Villademoros. Êste foi ferido e derrotado, deixando 37 mortos e 56 prisioneiros.

Setembro 30 — Uma fôrça argentina avança do arroio Garzón para o arroio del Alférez.

Outubro 3 — O conde de Rio Pardo segue de Santa Teresa para Maldonado.

Chegam em São Borja, fugitivos do Paraguai, o capitão Sebastião Taboada, o tenente Fernando Gavilan e o sargento João Manoel Gavilan.

Outubro 5 — O furriel Padilha, que andava patrulhando

a costa do rio Negro com 43 homens, é atacado por 200 argentinos. 22 dos seus homens, que eram uruguaios, passam-se para o inimigo, sendo Padilha e 5 soldados aprisionados e postos em liberdade sòmente 2 dias depois.

Outubro 9 — O alféres Pedro Ortiz chega em São Borja, fugitivo do Paraguai.

Outubro 10 — O vice-rei Elío exige que o exército português não dê um passo mais, enquanto não terminarem as negociações de paz que entabolou com os argentinos.

Outubro 11 — Apresentam-se em Melo 2 brasileiros que haviam sido aprisionados pelos argentinos com 4 homens da partida do tenente Ignacio de Oliveira.

Outubro 12 — O conde de Rio Pardo ocupa Maldonado, evacuada no dia 10 pelos uruguaios, depois de ter feito ocupar San Carlos e Rocha, esta última pelo coronel Thomaz da Costa. O conde manda de Maldonado a Montevidéu o coronel Miguel Lino de Moraes cientificar o vice-rei Elío que não concordará com convenção alguma entre êle e os argentinos sem ser ouvido.

O chefe uruguaio Vargas, que evacuara Rocha, deixou no arroio Garzón, 2 prisioneiros degolados e outros 4 apunhalados.

O alféres Manoel do Couto Carneiro arrebanha cavalos no arroio del Alférez.

O govêrno argentino reconhece a independência do Paraguai.

Outubro 13 — O tenente Joaquim Ferreira Braga, com 23 homens, passa o rio Uruguai no passo da Cruz em 2 canoas e derrota uma fôrça uruguaia, fazendo-lhe 6 mortos. Braga teve 1 ferido e apresou 1 lancha no passo da Cruz e 3 canoas no de São Borja.

José Francisco Muniz Fagundes manda de Piraí guarnecer a costa dos arroios Tucuarembó e Malo por 30 homens.

Outubro 14 — O conde de Rio Pardo manda Francisco

Carneiro de Figueiredo Sarmento ocupar Minas com 125 homens.

Outubro 16 — Francisco Antonio Gómez pede que o conde de Rio Pardo mande 50 homens ocupar Rocha, que Narciso Rafael del Castillo declara ter evacuado à aproximação do seu exército.

O vice-rei Elío exige novamente que as fôrças portuguesas não avancem mais.

Outubro 17 — O major Pedroso comunica de Belém que tendo 1.500 argentinos entrado em Paisandú, abandonado pelo tenente-coronel Benito Chain, pediu o auxílio do tenente Polycarpo Pires Machado, comandante do destacamento de São Diogo, do capitão Pedro Fagundes de Oliveira, do de Bagé, do tenente José Caetano de Souza, do de Conceição, de José Francisco Muniz Fagundes, do de Sagunto de San Rafael, e do alféres Manoel Marques de Souza, fazendo o tenente Polycarpo Pires Machado ocupar Salto.

Outubro 18 — O conde de Rio Pardo manda o major José Maria de Almeida a Montevidéu, dizendo novamente ao vice-rei Elío que deve ser ouvido no caso de um convênio de paz com os argentinos.

Outubro 20 — Convenção de paz de Montevidéu, entre José Julião Pérez, enviado do govêrno argentino, e José Acevedo e Antonio Garcia, delegados do vice-rei Elío, pelo qual serão entregues a êste todo o território a leste do rio Uruguai e os povos de Concepción del Uruguay, Gualeguai e Gualeguaychú, sendo neutralizada a província de Entre Rios, na qual não poderão entrar tropas tanto espanholas como argentinas.

O general José Rondeau levanta o assédio de Montevidéu, levando em sua retirada 30.000 cavalos e 10.000 bois.

O vice-rei Elío declara que jamais o conde de Rio Pardo houvera entrado no território uruguaio si êle não tivesse consentido.

Outubro 21 — O major Pedroso pede de Belém ao coronel

Francisco das Chagas Santos que prenda o furriel Jeronymo Rodrigues de Siqueira, o qual foi a Belém, Paisandú e costa do rio Negro, levantando o gado de 3 estâncias, que introduziu pela guarda de Quaraí.

Outubro 22 — 40 portugueses arrebanham cavalos em Pedernal.

Outubro 24 — O convênio de paz de 20 de outubro é ratificado.

Outubro 26 — O vice-rei Elío intima o conde de Rio Pardo a não mandar suas patrulhas além de Minas e Pan de Azucar, sob pena de aprisioná-las e castigá-las como quadrilhas de ladrões.

Nesta data havia em Missões 59 praças de linha.

Outubro 27 — São prêsos 2 espiões argentinos entre os passos de São Marcos e Santo Isidro, em Missões.

O coronel Miguel Lino de Moraes regressa de Montevidéu.

José Francisco Muniz Fagundes acha-se em Upamarotim, tencionando marchar em 29 para Mazangano.

Outubro 31 — Chagas Santos comunica ao conde de Rio Pardo que estão presos em São Borja o furriel Jeronymo Rodriques de Siqueira e seus companheiros, por terem feito arreadas no território uruguaio. Entre êles achava-se Manoel Martins de Oliveira, miliciano da companhia do tenente Freire, que desertara do campo de São Diogo; era cunhado de Jeronymo e foi remetido para Bagé 2 dias depois.

Neste mês de outubro navios espanhóis bombardearam San Nicolás e San Pedro.

Novembro 1.º — Thomaz Garcia de Zuñiga (mais tarde General do Império e Barão de Calera) manda de Calera um emissário fazer reclamações ao conde de Rio Pardo.

Novembro 4 — Chegam a Jaguarão 3 oficiais e 1 sargento vindos do Paraguai por Missões; daí seguiram para Rio Grande.

Novembro 5 — Interrogatório em São Borja de Jeronymo Rodrigues de Siqueira, que declara ter trazido do Uruguai 1.400 rezes.

Novembro 7 — É dissolvida em Buenos Aires a Junta Conservadora.

Novembro 8 — O conde de Rio Pardo manda novamente a Montevidéu o coronel Miguel Lino de Moraes.

Novembro 12 — Manoel Joaquim de Carvalho arrebanha cavalos na estância de San Lorenzo.

Sabe-se que Antonio dos Santos, irmão do major Manoel dos Santos Pedroso, que fôra ferido e aprisionado pelos argentinos em Curuzú Cuatiá, foi degolado em Corrientes.

Novembro 16 — O coronel João Francisco Garcia de Zúñiga reclama contra o arrebanhamento de cavalos feito em suas estâncias de La Invernada, Paso de Cuello, Calera, San Roman e San Lorenzo pelos portugueses, segundo lhe comunicou o seu filho Thomaz Garcia de Zúñiga.

Novembro 18 — Sabe-se nesta data que o cabo Manoel Francisco, com 10 homens, saqueou o povo de Japejú (Corrientes).

O vice-rei Elío passa o govêrno ao marechal Gaspar de Vigodet, que o assume como governador do Rio da Prata.

O conde de Rio Pardo manda o tenente Antonio Alvares de Azambuja guarnecer com 30 homens o passo de Las Piedras, em Olimar.

Novembro 19 — O conde de Rio Pardo determina que o tenente-coronel João de Deus Menna Barreto, siga com o seu regimento de Maldonado para Melo.

Novembro 21 — O tenente-coronel Benito Chain faz a guarnição portuguesa do Salto, comandada pelo tenente Polycarpo Pires Machado, embarcar numa sumaca e avisa que Artigas partiu de Paisandú.

O conde Rio Pardo é promovido a marechal.

Novembro 22 — O govêrno de Buenos Aires promulga um "Estatuto Provisional".

Chagas Santos comunica ao conde de Rio Pardo que foram sequestradas na estância de Jeronymo Rodrigues de Siqueira 1.214 rezes e na de Americo Rodrigues, seu companheiro, mais 392.

Novembro 24 — O conde de Rio Pardo comunica que o Corpo de Comércio de Montevidéu pediu a sua ida à capital.

Novembro 25 — O major Pedroso parte de Belém a procura de Artigas e faz retirar a guarnição de Mandizobi, onde deixa sòmente 12 homens.

Novembro 29 — O major uruguaio José Ignacio de Aguirre, com 400 homens, expulsa de Mandizobi 20 homens do capitão Joaquim Felix da Fonseca e os tiroteia até o arroio do mesmo nome, fazendo-lhes 6 mortos e prisioneiros. Depois disso o major Pedroso acampa no rio Jacuí e faz o capitão Fonseca patrulhar a costa do arroio Itapebi.

Novembro 30 — O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto chega em Melo e substitue o major Manoel Alvares de Guimarães no comando da praça.

Neste mês de novembro os ingleses declaram que não reconhecem o bloqueio de Buenos Aires, forçando os espanhóis a levantarem-no.

Dezembro 3 — O governador Vigodet pede que o conde de Rio Pardo se conserve em Maldonado.

Dezembro 4 — Sai de Paisandú um tenente com 40 portugueses para socorrer a vila de Uruguai, ameaçada por Artigas.

Dezembro 6 — O major Pedroso, depois de operar ao norte do rio Negro, tenta impedir em Salto que o coronel José de Artigas transponha o rio Uruguai para Corrientes, mas, diante da superioridade dêste, retira-se sem combater.

Por esta época afirmam autores uruguaios que o alféres

Bento Manoel Ribeiro foi derrotado e aprisionado no passo de Japejú, no rio Negro, por Balthazar Ojeda.

Artigas arrazou Viboras, San Domingo Soriano, Mercedes, Paisandú e Belém, obrigando 1.900 famílias a seguirem-no para a margem direita do Uruguai.

Dezembro 7 — O coronel José Artigas dirige-se de Daiman ao govêrno do Paraguai.

Tendo o coronel Manoel Belgrano sido nomeado comandante do Regimento de Patrícios, revolta-se êste em Buenos Aires, porém Rondeau, com 300 dragões, consegue sumetê-lo, depois de causar-lhe 50 mortos e feridos; 10 soldados foram fuzilados.

Dezembro 8 — O capitão Jeronymo Gomes Jardim parte de Melo com 50 homens para Três Cerros.

Dezembro 11 — O general Agostinho Antonio de Faria entrega o comando da guarnição de Pôrto Alegre ao coronel Joaquim Felix da Fonseca.

Dezembro 12 — O tenente Antonio de Medeiros Costa comunica não haver novidade entre Tacuarembó Grande e arroio Malo e que faz patrulhar a costa do rio Negro e pontas do Fraile Muerto.

O conde de Rio Pardo determina que Jeronymo Rodrigues de Siqueira seja remetido prêso de São Borja para Pôrto Alegre.

Dezembro 13 — José Artigas acampa entre Salto, arroio San Antonio e Laureles.

Dezembro 16 — José Francisco Muniz Fagundes deixa o alféres Agostinho Gomes destacado em Jaguarí e segue para Três Cerros.

Dezembro 19 — Uma patrulha do major Manoel dos Santos Pedroso bate um destacamento de 7 homens, comandado por José da Silva, em Mandizobi, fazendo-lhe 1 ferido.

O capitão Manoel Pinto Carneiro da Fontoura, com 952 uruguaios, ataca no rio Arapei o capitão Joaquim Felix da Fonseca, o qual é socorrido pelo major Pedroso, retirando-se

os atacantes mais de meia légua além do Arapei Chico; Pedroso procura parlamentar até o dia seguinte.

Dezembro 20 — Os uruguaios atacam o passo de Itapebi e depois de 2 horas de luta o transpõem, mandando o major Pedrøso, que só dispunha de 190 homens, parlamentar com o inimigo. Foi assinada uma convenção permitindo que as fôrças uruguaias acampassem em Belém, ao sul do Jacuí, até passarem à outra margem do Uruguai, enquanto Pedroso se situaria no arroio Espinillo, porém, logo depois o inimigo reiniciou o combate, a 1 légua de Belém, tendo Pedroso se sustentado 1 ½ hora, até que os atacantes se recolheram, ao anoitecer, ao seu campo, com a perda de 40 mortos. Pedroso ficou senhor do campo, perdendo 6 mortos e 9 feridos, entre estes o tenente João dos Santos, e retirou-se durante a noite para o rio Quaraí e cerro de Jarau.

O capitão Jeronymo Gomes Jardim, depois de estar em Bagé, chega em São Diogo, devendo seguir em 24 para Jarau.

O conde de Rio Pardo comunica ao marechal Vigodet que mandou um oficial com 6 homens a Capilla Nueva de Mercedes para observar os movimentos de Artigas.

Dezembro 22 — O conde de Rio Pardo determina que o tenente Antonio Alvares de Azambuja siga com 30 homens para Melo, onde o referido oficial chega no dia 30.

Dezembro 24 — José de Artigas dirige-se de Salto ao govêrno argentino pedindo socorros.

Dezembro 25 — O tenente-coronel Benito Chain informa que Artigas apoderou-se de Salto e Mandizobi, onde estavam destacamentos portugueses.

Dezembro 31 — Os moradores de Minas pedem que fique uma fôrça pørtuguesa guarnecendo a vila.

1812

Janeiro 1.º — O govêrno argentino propõe que o marechal Vigodet o auxilie a expulsar os portugueses.

O tenente-coronel José Antunes da Porciuncula tem 153 homens na fortaleza de Santa Teresa.

O marechal Patricio José Correa da Camara, que havia ficado doente em Bagé, segue para Rio Pardo.

Janeiro 2 — O conde de Rio Pardo apresenta diversas exigências ao govêrno argentino, para que êle reconheça certos pontos omissos no tratado de 20 outubro, sem o que não retirará o seu exército.

O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto chega em Bagé.

Janeiro 3 — O conde de Rio Pardo determina que o coronel Thomaz da Costa Correa Rebello e Silva e o tenente-coronel João de Deus Menna Barreto sigam com os seus regimentos para São Diogo.

Janeiro 5 — 2 soldados brasileiros transpõem o rio Uruguai no passo de São Lucas para trazerem cavalos de Corrientes e no dia 6 são perseguidos por uma patrulha argentina, que apresa uma canoa, tendo êles de repassar o rio a nado.

O coronel Thomaz da Costa parte de Maldonado com o seu Regimento de Dragões levando 4 canhões, 1.000 cavalos e 180 bois, e transpõe os rios Cebollati (no dia 10) e Olimar.

Janeiro 6 — O capitão Manoel Marques de Souza, enviado de Maldonado no dia 3 pelo conde de Rio Pardo, chega em Montevidéu.

São reiniciadas as hostilidades entre o governador Vigodet e a Junta de Buenos Aires.

Janeiro 8 — Manoel Joaquim de Carvalho vai a Montevidéu a procura de 5 cavalos do conde de Rio Pardo que foram roubados em Maldonado.

Janeiro 9 — O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto chega em São Diogo com o 1.º Regimento de Milícias.

O capitão Bento José Correa da Camara, que anda recolhendo cavalos, acampa em Marmarajá e no dia 13 em Olimar.

Janeiro 11 — A Junta de Buenos Aires declara ao enviado do governador Vigodet, capitão de fragata José Primo de Rivera, que, como os navios espanhóis estorvam a passagem dos socorros que envia a Artigas contra os portugueses, mandará invadir o território uruguaio por 5.000 homens.

Janeiro 12 — Sabe-se que 7 homens da fôrça de José Francisco Muniz Fagundes foram mortos por partidas uruguaias, que vagam entre Tacuarembó Grande e Casa de Pedra.

Janeiro 13 — O coronel Picoaga bate em Nazareno (Bolívia) o coronel argentino Eustaquio Diaz Vélez, perdendo êste 150 homens.

Janeiro 14 — O marechal Vigodet pede que um forte destacamento português ocupe Mercedes.

O capitão Manoel Marques de Souza segue para Buenos Aires, chegando de volta a Montevidéu no dia 23.

Janeiro 15 — O govêrno argentino declara ao marechal Vigodet que assim que se retirem as fôrças portuguesas, voltará a paz e o sossêgo ao território uruguaio.

Sabe-se em Montevidéu que o destacamento português que foi socorrer Concepción del Uruguay, reüniu-se em Paisandú ao tenente-coronel Benito Chain.

Janeiro 16 — Felippe Contucci manda de Caraguatá para São Diogo 38 homens, sob o comando de Antonio Fagundes de Oliveira.

O tenente-coronel Joaquim de Paz sabendo que a guarnição portuguesa de Melo (16 homens) vai seguir com o coronel Thomaz da Costa, pede que fiquem ao menos 50 homens guarnecendo a vila.

Janeiro 17 — O marechal Vigodet proíbe o comércio com Buenos Aires.

Chega em Melo o coronel Thomaz da Costa e daí comunica ao conde de Rio Pardo que os irmãos Francisco e Sebastião Barreto Pereira Pinto, conluiados com o capitão José de Paula Prestes, seu parente, e um tenente-coronel, desejam matá-lo e sublevar o regimento, mostrando aversão pelos eu-

ropeus e afeição pelos revolucionários platinos, dizendo que no Brasil haveria em breve outra revolução igual.

O conde de Rio Pardo convoca todos os habitantes do Rio Grande do Sul, de 16 a 40 anos de idade, para se apresentarem dentro de 10 dias.

Janeiro 18 — O govêrno argentino recusa aceder às exigências feitas pelo conde de Rio Pardo.

O coronel Thomaz da Costa parte de Melo e acampa no dia 23 no passo do Valente, no rio Negro, e daí vai a Bagé e cêrro das Caveiras.

Mariano Fernández dispersa 50 uruguaios do capitão Acosta na costa do Bizcocho, fazendo 5 prisioneiros.

O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto comunica ao conde de Rio Pardo que chegaram em São Diogo 7 homens do destacamento do tenente Polycarpo Pires Machado, o qual andava com 43 homens perto de Paisandú, acrescentando que o mesmo foi forçado a se refugiar numa ilha de Concepción del Uruguay.

Janeiro 20 — O conde de Rio Pardo queixa-se ao marechal Vigodet que moradores de Maldonado, partidários da revolução, inclusive diversos padres, promovem a deserção dos seus soldados.

Os índios de Cruz Alta (Rio Grande do Sul) matam 2 homens do alféres Manoel José Rodrigues em Faxinal do Barboza.

Janeiro 23 — O marechal Vigodet pede que o conde de Rio Pardo mande guarnecer Melo.

Janeiro 24 — O conde de Rio Pardo organiza o seu exército em duas divisões.

Janeiro 25 — Sabe-se em Mercedes que o tenente-coronel Benito Chain evacuou Paisandú, retirando-se embarcado, com gente de Concepción del Uruguay, para Vopiquá, em Rincón de Haedo.

Os índios de Rio Pardo (Rio Grande do Sul) matam 2 homens no faxinal de João de Faria Rosa.

Janeiro 26 — O marechal Vigodet pede que um corpo

de cavalaria portuguesa ocupe Belém e que outros destacamentos guarneçam Paisandú e Mercedes; comunica também que os moradores de Concepción del Uruguay se refugiaram numa ilha e que mandou 2 navios em auxílio dos mesmos.

Chagas Santos comunica ao conde de Rio Pardo que mandou no dia 14 para Pôrto Alegre os prêsos Jeronymo Rodrigues de Siqueira e Americo Rodrigues, os quais fugiram no caminho.

Janeiro 27 — O marechal Vigodet insiste pela ocupação de Mercedes pelas fôrças portuguesas.

Janeiro 28 — O coronel Thomaz da Costa acampa em Conceição.

Felippe Contucci conferencia em Melo com o coronel Francisco Xavier Fernandes da Gama.

Janeiro 30 — O tenente Polycardo Pires Machado encontra-se em Mercedes.

Janeiro 31 — O coronel Thomaz da Costa chega a São Diogo com o Regimento de Dragões e aí faz junção com o Regimento de Milícias do tenente-coronel João de Deus Menna Barreto, ficando com 1.200 homens.

O coronel Francisco das Chagas Santos defende Missões com 200 soldados e 300 índios guaranís.

Reüne-se a Thomaz da Costa o destacamento do tenente Sebastião Antonio de Bulhões Leote, que havia se separado do regimento e viera por Mazangano.

Fevereiro 1.º — O conde de Rio Pardo manda o marechal Alexandre Eloy Portelli entender-se com o governador Vigodet.

Fevereiro 2 — O coronel Thomaz da Costa manda de São Diogo o capitão Antonio Adolpho Charão, com 50 homens, percorrer a costa do rio Negro até o Arapei, devendo reünir-se depois ao major Manoel dos Santos Pedroso, o qual chega a São Diogo para conferenciar com Costa.

Fevereiro 3 — O capitão José Pereira da Fonseca tem 98 homens na guarda de Arredondo.

Fogem de Rio Grande 40 prisioneiros da fôrça de Villademoros.

Fevereiro 10 — O marechal Alexandre Eloy Portelli vai novamente a Montevidéu.

Fevereiro 11 — O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto escreve ao conde de Rio Pardo dizendo que auxilia com cavalos, bois e gado para munício, desde que saíu a primeira coluna, sem exigir pagamento.

Fevereiro 12 — O conde de Rio Pardo declara que todos os desertores do Rio Grande do Sul que se não apresentarem dentro de 30 dias, serão expulsos dos seus campos e os seus animais confiscados.

Uma fôrça de 10 uruguaios ataca 5 portugueses na estância de Las Cañas, em Cordobés, a 28 léguas de Melo, prendendo 6 dêles e vai saquear a estância de Felippe Contucci, em Caraguatá.

Fevereiro 13 — João Manoel Fernández oferece-se com 40 homens em Maldonado para auxiliar o conde de Rio Pardo.

O coronel Joaquim de Oliveira Alvares comunica em Maldonado ao marechal Curado e êste ao conde de Rio Pardo, no dia 14, que o tenente João de Castro do Canto e Mello (depois marechal e visconde de Castro e irmão da marquesa de Santos) é um ebrio contumaz e que o conserva prêso para ocultar a sua miséria, pedindo a sua exclusão do exército. Na mesma ocasião propôs a promoção a alféres do sargento de infantaria da Legião de S. Paulo, José Placido de Castro, dizendo que "êle não é dos mais antigos, mas um dos mais beneméritos e exatos no serviço". José Placido de Castro começou a exercer o pôsto de alféres em 10 de março e foi avô do coronel de igual nome, que arrancou o Acre ao domínio boliviano.

Fevereiro 17 — Chegam a São Diogo o capitão Miguel de Ortassa (vindo do Paraguai), o capitão Manoel de Velazco (sobrinho do governador Velazco) e Francisco Sancedo, os quais haviam chegado em Bagé a 27 de janeiro.

Fevereiro 19 — 8 uruguaios saqueiam a estância de Felippe Contucci, em Caraguatá, ferindo o seu capataz.

José Francisco Muniz Fagundes manda de San Rafael o tenente Antonio de Medeiros Costa, reforçado com o destacamento de Piraí, correr a costa do rio Negro até á barra do Tacuarembó Grande.

Fevereiro 20 — O conde de Rio Pardo sabe em Maldonado que os uruguaios mataram, a 6 léguas de Minas, 2 portugueses e tomaram 14 cavalos do alféres Bueno.

O conde de Rio Pardo escreve ao general José Manoel de Goyeneche, sôbre a conveniência de apressar a sua marcha sôbre Buenos Aires e oferece-lhe a cooperação de suas fôrças.

Fevereiro 23 — O marechal Vigodet encarrega o tenente-coronel Benito Chain de facilitar cavalos e auxílios ao conde de Rio Pardo e reclama contra o arrebanhamento de cavalos feito por êste em Mosquitos, Solis Grande e Mataojo.

Fevereiro 25 — As fôrças de Artigas passam em Salto para a margem esquerda do rio Uruguai.

Março 2 — O tenente-coronel Benito Chain reüne-se em Maldonado ao conde de Rio Pardo.

Março 3 — O capitão Antonio Adolpho Charão, com 150 homens, convida de Upamarotí Felippe Contucci a se lhe reünir, afim de enfrentarem 400 uruguaios que estão em Tacuarembó.

Uma partida de 5 portugueses é derrotada por 50 uruguaios entre o arroio San Estéban e as pontas do arroio Sánchez.

Março 4 — O tenente Polycarpo Pires Machado continúa em Mercedes.

Março 5 — O coronel Thomaz da Costa parte de São Diogo e depois de ir ao Arapeí vai acampar entre os rios Ibicuí, Ibirocáí e Uruguai, no Rincão de Japejú (no dia 10), estando o passo de Japejú guarnecido pelo capitão Francisco Soares da Costa Leiria.

Um destacamento português ocupa Concepción de Minas.

Março 6 — O tenente Polycarpo Pires Machado sai de Mercedes para o passo de Japejú, no rio Negro, com 20 portugueses e 20 espanhóis.

Março 7 — O marechal Vigodet pede que um destacamento português ocupe Mercedes.

O capitão paraguaio Manoel de Velazco, sobrinho do governador Velazco, chega em Maldonado.

Março 8 — Os moradores de San Carlos pedem que a guarnição portuguesa não se retire.

Março 9 — Chega a Buenos Aires, vindo da Europa, o tenente-coronel José de San Martin.

Março 13 — O marechal Vigodet pede que o conde de Rio Pardo ponha guarnições em San Carlos e Minas.

Março 14 — O capitão José Pereira da Fonseca manda de Arredondo Roberto Rodrigues com 20 homens socorrer Melo. No dia 15 envia com o mesmo fim, o alféres Feliciano de Souza Marques com 20 homens e no dia 16 segue êle próprio.

Março 16 — O conde de Rio Pardo evacua Maldonado, que é ocupada por 30 homens mandados de Montevidéu pelo marechal Vigodet, e acampa no dia 17 em Pan de Azucar.

O coronel Thomaz da Costa chega em São Diogo para entender-se com o coronel Chagas Santos, pois deseja transpor o rio Uruguai com 1.400 homens.

Março 17 — O Sindico-Procurador Manoel Gutiérrez vai ao exército do conde de Rio Pardo distribuir um donativo aos soldados em nome da cidade de Montevidéu.

O alféres Antonio Bueno da Fonseca, com 10 homens, pratica depredações na estância da Tala e vai a Minas, Rocha e passo de José Ignacio.

Março 18 — Promulgação da constituïção espanhola.

Março 19 — O conde de Rio Pardo, depois de passar em Solis Grande, acampa em Cabo de Ornos.

Março 23 — O conde de Rio Pardo acampa no passo de Cuello, no rio Santa Lucia, e recusa o donativo feito pelo cabildo de Montevidéu.

Março 24 — O conde de Rio Pardo chega ao arroio Santa Lucía Chico e vai ao Pintado, sabendo que o coronel Thomaz da Costa destacou o capitão Antonio Adolpho Charão, com 150 homens, para as cabeceiras dos arroios Tacuarembó, Negro e Malo.

Março 26 — O marechal Vigodet demonstra a conveniência do conde de Rio Pardo situar seu exército em Paisandú e Belém.

Um tenente-coronel, um tenente e 8 soldados, enviados pelo coronel Thomaz da Costa ao passo de Japejú, passam para a margem direita do rio Uruguai e são derrotados e aprisionados na povoação argentina de Japejú, constando que alguns dêles foram mortos.

Março 29 — O coronel Thomaz da Costa parte do Rincão de Japejú, chega em Arapei em 6 de abril e vai a Itapebí.

O conde de Rio Pardo chega em Cêrro Pelado.

Abril 2 — Thomaz Garcia de Zúñiga reclama de Calera contra o arrebanhamento de cavalos e bois.

Abril 6 — O conde de Rio Pardo chega ao passo de Durazno e sabendo que há fôrças inimigas entre os rios Yi, Negro e Cañas, sendo Germano Machain entre os rios Yi e Negro, Balta Ojeda e Bártolo Ramírez além do rio Negro, destaca o marechal Curado com a cavalaria de sua coluna (500 homens), 2 canhões e 2 obuzes para batê-los, devendo ir aos passos de Alcorta e Minas e reünir-se ao exército no dia 12 no passo de Felippe Pérez.

Abril 8 — COMBATE DE ALCORTA — O coronel Joaquim de Oliveira Alvares, destacado com 100 homens e 2 canhões, da coluna do marechal Curado, derrota mais de 100 uruguaios de Germano Machain e Rubio Márquez no passo

de Alcorta, no rio Negro, deixando estes 2 oficiais mortos (entre êles o capitão Rubio Márquez), 6 prisioneiros e 300 cavalos.

O marechal Curado manda guarnecer por 40 homens o passo de Minas.

O conde de Rio Pardo chega ao passo de Cuello, no rio Yi.

Abril 9 — A fôrça uruguaia de Três Arboles ameaça Melo, tendo matado 2 portugueses em Fraile Muerto.

O capitão José Pereira da Fonseca evacúa, depois, a vila de Melo e vai para Paisandú, reünir-se ao exército.

Abril 11 — José Pereira da Fonseca, José Francisco Muniz Fagundes, Felippe Contucci e o alféres Feliciano de Souza Marques acorrem a Melo para defendê-la contra os uruguaios; o furriel José Cardoso de Souza situa-se em Conventos e Antonio dos Santos em Bártolo Árias. Vão depois a Fraile Muerto.

O capitão Antonio Adolpho Charão, da coluna do coronel Thomaz da Costa, derrota nas pontas do Daiman, 100 uruguaios, os quais acolhem-se ao Salto.

O coronel Thomaz da Costa, com 80 homens, combate com José Artigas no passo de Itapebí, tendo 3 feridos, deixando o chefe uruguaio 3 prisioneiros e 300 cavalos.

Abril 12 — O coronel Thomaz da Costa inícia, com 500 homens, às 11 horas da manhã, um combate em Itapebí Grande, a 3 léguas do Salto, com 1.000 uruguaios de Valdenegro, o qual teve 12 mortos e foi perseguido 2 léguas, até o arroio San Antonio. Costa teve morto o alféres Ignacio de Oliveira e retirou-se de noite para Arapey e daí foi a Belém.

Abril 13 — O marechal Curado chega ao passo de Felippe Pérez.

Abril 14 — O capitão Gabriel Machado chega em Japejú com 64 homens e é encarregado de patrulhar a costa do rio Uruguai desde o passo de Japejú até a foz do rio Quaraí.

Abril 15 — O conde de Rio Pardo acampa no passo de

Felippe Pérez, no rio Negro, tendo passado na estância de Tomás Rosa e Cuchilha Grande. Dêsse passo manda Antonio Bueno, com 12 homens, ao passo de Alcorta, arroio Malo e estância de Tuerto Ribeiro.

Abril 17 — A região entre os rios Yi e Negro fica livre de artiguistas.

Abril 19 — O conde de Rio Pardo determina que José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois visconde de São Leopoldo) venha do Rio Grande do Sul assumir o seu cargo de Auditor de Guerra junto ao exército.

O conde chega ao passo do arroio Malo.

Abril 21 — O conde de Rio Pardo resolve guarnecer a margem esquerda do Queguai desde o arroio Santana ao rio Uruguai.

Abril 23 — 5 homens do destacamento do capitão Gabriel Machado passam a uma hora da madrugada numa canoa o passo de Japejú e surpreendem a guarda inimiga da margem direita do rio Uruguai, matando um homem e prendendo outro. O capitão acode com 59 homens e transpõe também o rio Uruguai na canoa, para atacar a povoação argentina de Japejú. O coronel Manoel Godinho Leitão de Aboim, informado do ocorrido, manda o capitão João Antonio de Moraes, o tenente João de Paula Prestes, o alféres Antonio Pinto Barreto e 26 homens, em 3 canoas, auxiliarem os atacantes e segue êle depois, com o resto do destacamento e um canhão, pela estância do Aferidor. Investidos por 300 inimigos e 2 canhões, entrincheiram-se os brasileiros na margem direita do passo e resistem a todos os ataques desde às 8 horas da manhã até às 12, ficando senhores do campo com a perda de 3 mortos e 3 feridos, tendo os argentinos 60 baixas, entre elas 2 oficiais. Os argentinos acolhem-se à povoação de Japejú e começam a evacuá-la, porém o coronel Aboim, à meia noite, retrocede para a margem brasileira do Uruguai. No dia seguinte os argentinos tiroteiam os matos da posição por êles abandonada.

Abril 28 — O triumvirato, composto do general Manoel

de Sarratea, coronel Feliciano Antonio Chiclana e Bernardino Rivadavia, intima o conde de Rio Pardo a desocupar o território uruguaio dentro de 24 horas, acrescentando que si êle avançar um só passo, lhe resistirá.

Maio 1.º — O general Manoel de Sarratea parte de Buenos Aires com o coronel Francisco Xavier Viana para assumir o comando do exército da fronteira do Uruguai.

Maio 2 — O marechal Vigodet pede que mandem de Rio Grande 200 homens para ocupar Maldonado.

O bergantim espanhol "Casilda" ataca em Maldonado um navio argentino, que consegue fugir depois de combater durante 1 hora.

O capitão Gabriel Ribeiro de Almeida passa o rio Uruguai com 150 homens no passo de Santana e guarnece com 50 homens o passo do arroio Quay, a 5 léguas de Santo Tomé (Corrientes), enquanto o coronel Francisco das Chagas Santos, com 10 canoas, 6 canhões e 260 homens, situa-se no passo de São Borja.

O conde de Rio Pardo, depois de transpor o rio Negro no passo de Japejú, ficando livre de inimigos a zona entre o Queguay e o Uruguai, ocupa Paisandú e as margens do Arapey Grande e Arapey Chico.

Maio 3 — O major Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, com 2 canhões e 80 homens, transpõe o rio Uruguai, desembarca no arroio del Genovés e ataca a guarda de Diaz Vélez, fazendo 6 prisioneiros e tomando 48 cavalos.

Maio 4 — O coronel Francisco das Chagas Santos transpõe o rio Uruguai no passo de São Borja, a 1 légua de Santo Tomé, reünindo-se aos 100 homens do capitão Gabriel Ribeiro de Almeida que o aguardava na margem argentina. Com 300 homens e 4 canhões ataca Chagas Santos a Santo Tomé e não consegue tomá-la, retirando-se para o Pôrto das Canoas, tendo 5 mortos e 6 feridos, entre estes o capitão Joaquim Cardoso, o tenente Antonio de Irepy e o alféres Raymundo Santiago (êste morreu em conseqüência dos ferimentos). Os inimigos tiveram 30 mortos, entre êles 1 capitão.

Chagas Santos apresa, no dia 5, 5.000 animais vacuns e cavalares e lança-os no rio Uruguai.

Maio 6 — O coronel Chagas Santos, com 300 homens e 2 canhões, ataca novamente Santo Tomé, defendida por 350 homens, tendo 2 feridos, entre êles o alféres Manoel Marques Vianna e os adversários 2 mortos e 1 prisioneiro. Entre os feridos dos combates de 4 e 6 acha-se Jeronymo Rodrigues de Siqueira, que perdeu um olho.

Maio 7 — O coronel Chagas Santos, não tendo conseguido tomar Santo Tomé, repassa o rio Uruguai e regressa a São Borja.

Maio 8 — O coronel Thomaz da Costa parte de Belém, chega no dia 16 em Daiman com 727 homens e no passo da Lagoa no dia 22.

Maio 9 — O conde de Rio Pardo sabe em Paisandú que José Francisco Muniz Fagundes fez 9 prisioneiros perto de Melo.

Maio 10 — O capitão Gabriel Ribeiro de Almeida, que ficara com 90 homens em território argentino, chega neste dia a São Borja, vindo pela guarda de Quay, tendo destruído 150 casas, aprisionado 22 homens e se apoderado de 3.000 animais vacuns e cavalares, que lançou no rio Uruguai.

Maio 16 — O tenente-coronel João José Rademaker chega em Montevidéu na escuna "Princesa Maria Teresa" e segue para Buenos Aires em 17 no bergantim inglês "Nancy".

Maio 21 — O conde de Rio Pardo comunica ao marechal Vigodet que está sendo tramada por portugueses e espanhóis uma conspiração em Buenos Aires.

Maio 22 — O general José Manoel de Goyeneche, conde de Huaquí, bate Arce em Queñual (Bolívia).

Maio 23 — O marechal Vigodet manda o bergantim "Cisne" para Soriano, a goleta "Invencible" e uma lancha-canhoneira patrulhar o rio Uruguai.

Maio 24 — O coronel Thomaz da Costa chega ao passo de Queguay e daí vai a Palmares e pontas do arroio Malo.

Maio 25 — O govêrno argentino proíbe o tráfico de escravos.

Maio 26 — Tratado de Buenos Aires, assinado entre o tenente-coronel João José de Rademaker e Nicolau de Herrera. O general João Martim de Pueyrredon, o coronel Feliciano Antonio Chiclana e Bernardino Rivadavia comunicam ao general Manoel de Sarratea o convênio de paz.

Maio 27 — O general José Manoel de Goyeneche, conde de Huaquí, derrota os revolucionários no cêrro de San Sebastian e toma Cochabamba (Bolívia).

Maio 28 — Manoel Joaquim de Carvalho apresenta desertores que aprisionou no arroio de Toledo, barra de Santa Lucía, Canelones e praia de Montevidéu.

Maio 29 — O coronel Joaquim de Oliveira Alvares chega ao passo de Queguai, tendo o conde de Rio Pardo lhe determinado que, de Paisandú, fôsse ocupar Salto e patrulhar a zona entre Daiman Arapey e Itapebi.

Maio 31 — O capitão Sebastião Barreto Pereira Pinto espanca no acampamento o furriel Joaquim Daniel Ribeiro, sendo, por isso, prêso.

O coronel Oliveira Alvares destaca o capitão Antonio Joaquim da Costa Gavião, com 170 homens, para se embarcar em Guaviyú e atacar os índios Charrúas em Daiman.

Junho 1.º — O general Manoel de Sarratea comunica o convênio de paz ao conde de Rio Pardo.

Junho 2 — O coronel Oliveira Alvares segue de Quebracho para o passo de Las Piedras, no rio Daiman, transpondo êste no passo de Cima, no dia 5.

Junho 5 — O marechal Gaspar de Vigodet, governador do Rio da Prata, mostra-se surpreendido com o convênio de paz de 26 de maio.

Junho 6 — O coronel Oliveira Alvares ocupa Salto e no dia 7 manda um destacamento a Belém.

Artigas congratula-se, de San Gregorio, com o conde de Rio Pardo pelo convênio de paz e comunica êste, de Mandizobi, ao coronel Elias Galván.

Junho 8 — Chega em São Borja uma fôrça de 25 homens que passara o rio Uruguai no passo de Santana e apresara 160 cavalos em Corrientes.

Hilarião de la Quintana comunica ao conde de Rio Pardo ter recebido ordem de suspender hostilidades.

O coronel Elias Galván comunica de La Cruz ao coronel Francisco das Chagas Santos o convênio de paz pelo capitão João José González de Sandoval. Êste emissário propõe ao tenente Luiz de Carvalho Silva promoção e soldo dobrado si aderir à causa argentina e promover a deserção dos nossos soldados.

Junho 9 — O conde de Rio Pardo comunica que providenciou para que as fôrças espanholas ocupem as guardas de Arredondo, La Cruz, Sagunto e Piray.

Junho 10 — Chega em Paisandú o coronel argentino Terrados comunicando o convênio de paz de 26 de maio.

Junho 11 — O coronel Chagas Santos ia transpor o passo de Itaquí, com 250 homens e 5 canhões, para atacar La Cruz, quando recebe de São Borja a notícia do convênio de paz.

O conde de Rio Pardo comunica a Sarratea e Artigas que vai retirar-se para o Brasil.

Junho 12 — O tenente-coronel Ignacio dos Santos Abreu, destacado no dia 11, com 300 homens, pelo coronel Oliveira Alvares, derrota no arroio Laureles, das 5 às 9 horas da manhã, uma fôrça de índios Charrúas, fazendo-lhe 80 mortos e 66 prisioneiros e apresando 3.000 cavalos. Dos índios escaparam sòmente 30 homens, tendo Abreu 3 mortos e 31 feridos, entre estes os capitães José Joaquim Cesar de Siqueira Leme e Manoel Luiz da Silva Borges (pai do general Osorio) e o

tenente João Affonso de Almeida. Distinguiram-se o tenente João de Castro do Canto e Mello (que foi salvo da morte por seu irmão o alferes José de Castro do Canto e Mello) e o alféres Pedro de Castro do Canto e Mello.

Artigas comunica de Salto ao coronel Oliveira Alvares o convênio de paz.

Junho 17 — Chegam a Paisandú 2 embarcações espanholas.

O conde de Rio Pardo determina de Paisandú que Oliveira Alvares separe dos cavalos tomados aos Charrúas, 8 petiços do mesmo pêlo para mandar ao Príncipe da Beira e que mande um casal de índios pequenos para o marechal Marques, uma índia pequena ao marechal Portelli e 2 índias pequenas sejam dadas ao padre capelão José Luiz de Castro Wanziler.

Junho 18 — O capitão Vicente Dupuy traz a Paisandú cartas de Artigas e do govêrno argentino.

Junho 20 — Os índios Charrúas atacam na costa do Daiman uma partida de 4 portugueses, prendendo um dêles.

Sabe-se que os índios mataram 10 portugueses em Santana, perto de Queguay.

Junho 21 — O conde de Rio Pardo propõe ao marechal Vigodet embarcarem em Colônia do Sacramento as suas fôrças na esquadrilha espanhola e irem atacar Buenos Aires.

Junho 24 — O conde de Rio Pardo promove a major o capitão José de Abreu (depois barão de Cêrro Largo).

Junho 25 — O marechal Vigodet manda pela corveta "Mercúrio" pedir ao rei João VI que não ratifique o convênio de paz.

Junho 26 — O major Manoel dos Santos Pedroso faz junção com o coronel Joaquim de Oliveira Alvares no arroio San Antonio, vindo de Paisandú.

Junho 27 — Chega a Paisandú o capitão Manoel José de Souza, vindo de Maldonado e Santa Lucía com 29 homens.

Junho 29 — O coronel Oliveira Alvares manda 2 patrulhas de 26 homens cada uma e no dia 30 outra de 50 homens para vigiarem os índios Charrúas, as quais regressam nos dias 7 e 9 de julho.

Julho 2 — Manoel Vidal de Portugal chega em Paisandú vindo de Montevidéu com ofícios para o conde de Rio Pardo e volta no dia 4.

Julho 4 — 200 charrúas e minuanos, que andavam entre as pontas de Daiman e Queguay, atacam 12 homens do tenente José Martins no arroio Buricajupi, matando 8 e ferindo 4 dêles, tendo os índios 12 mortos. Atacam depois 8 homens do alféres Placido da Silva Ferreira na barra do arroio Capilla Vieja, em Queguay, matando 3 e ferindo outros 3.

Julho 5 — Martim de Álzaga, implicado na conspiração de Buenos Aires, é enforcado. Dias depois tiveram igual sorte 38 espanhóis.

Julho 6 — Seguem de Paisandú para Rio Grande 3 embarcações conduzindo doentes e munições do exército.

Julho 7 — As guardas portuguesas de Piray e Rio Negro recebem ordem de se recolher a Bagé.

Julho 8 — O conde de Rio Pardo manda 400 homens a procura dos Charrúas.

Julho 9 — O general Manoel de Sarratea dirige-se de Salto Chico ao conde de Rio Pardo para saber se o seu exército evacúa ou não o território uruguaio.

Julho 13 — O conde de Rio Pardo evacúa Paisandú e segue para Queguay, Daiman e Arapey.

Julho 14 — João Martins de Oliveira, cunhado de Jeronymo Rodrigues de Siqueira, requer em Rio Pardo ao ouvidor Antonio Monteiro da Rocha que lhe seja devolvido o gado de sua propriedade, sequestrado juntamente com o de seu falecido pai, José Martins de Oliveira, o que lhe foi concedido em 24 de julho.

Julho 15 — O marechal Vigodet pede que o conde de Rio Pardo não abandone o território uruguaio.

O coronel Francisco das Chagas Santos guarnece Missões com 856 homens.

Julho 20 — Chega ao passo de Santo Isidro o soldado Francisco Lourenço Pinto, aprisionado em Mandizobi e libertado pelo capitão argentino João José González de Sandoval com a recomendação de promover a deserção dos nossos soldados. Sandoval nesse dia convidou também o cabo João Feliciano, da guarda do passo de Santo Isidro, para o mesmo fim.

O coronel Joaquim de Oliveira Alvares, tendo evacuado Salto, acampa na costa do Daiman. Nessa ocasião o cabo José Ribeiro de Almeida, irmão de Bento Manoel Ribeiro, deserta das fôrças do major Manoel dos Santos Pedroso, sendo aprisionado a 6 léguas de Paisandú por uma patrulha argentina de 10 homens e levado à presença do general Manoel de Sarratea em San Antonio de Salto Chico.

Julho 28 — O conde de Rio Pardo acampa no arroio de Las Cañas e daí vai ao arroio de Las Sopas.

Julho 30 — O conde de Rio Pardo declara que sem o seu govêrno ratificar o convênio de 26 de maio, não se considera obrigado a cumprí-lo.

Agôsto 9 — O tenente-coronel Felix José de Mattos Pereira de Castro chega em Jaguarão com 204 homens da coluna Portelli.

Agôsto 14 — O coronel Elias Galván incita, de La Cruz, o tenente Joaquim Ferreira Braga a rebelar-se contra os seus superiores.

Agôsto 18 — O marechal Vigodet comunica ao conde de Rio Pardo que o tenente-coronel Benito Chain retirou-se de Paisandú para Mercedes e que 200 argentinos estão na foz do Yi.

Agôsto 21 — O conde de Rio Pardo chega aos cerros de Santana.

Agôsto 27 — O conde de Rio Pardo chega ao rio Quaray.

Agôsto 28 — O general João Manoel de Pueyrredon, o coronel Feliciano Antonio Chiclana e Bernardino Rivadavia propõem ao marechal Vigodet um convênio para a submissão de Montevidéu.

Agôsto 29 — O general Manoel de Sarratea proclama de Concepción del Uruguay que vai atacar Montevidéu.

O conde de Rio Pardo chega em Cuñapirú e determina que o destacamento de São Diogo ponha guardas na confluência do Garupá com o Quaray e em Itaquatiá.

Agôsto 31 — O capitão espanhol João Manoel Fernández faz o tenente Gaspar José da Costa Pinto Bandeira entregar-lhe os cavalos e bois que o conde de Rio Pardo deixou em San Carlos.

Setembro 3 — A vanguarda de Pio Tristán é batida por Belgrano no rio de Las Piedras (fronteira da Bolívia).

Setembro 6 — São postos em hasta pública em Rio Pardo a sesmaria e bens deixados por José Martins de Oliveira sob o pretexto de que os seus herdeiros Manoel Martins de Oliveira e Jeronymo Rodrigues de Siqueira se acham servindo com Artigas.

Setembro 10 — Chega em Cuñapirú Manoel Vidal de Portugal com ofícios de Buenos Aires.

Setembro 11 — O conde de Rio Pardo comunica que o oficial que conduziu os artigos do convênio de paz por mandado de Sarratea, procurou aliciar para a causa argentina os capitães José Prestes e Sebastião Barreto Pereira Pinto.

Setembro 12 — O conde de Rio Pardo dissolve o seu exército. A coluna da direita, sob o comando do marechal Manoel Marques de Souza, segue de Cuñapirú para Bagé, onde chega no dia 29. A coluna da esquerda, comandada pelo

marechal Joaquim Xavier Curado foi acampar em Conceição, para depois ir a Cachoeira e Rio Pardo onde deixará o Regimento de Dragões, devendo a Legião de São Paulo ir para Pôrto Alegre.

Setembro 22 — O cadete Alexandre Barreto de Lima, quando patrulhava entre a barra do Quaray e o cêrro de Jarau, é acometido em Garupá por 4 tigres; conseguiu matar 3, mas foi gravemente ferido pelo quarto, vindo a morrer no dia 26.

Setembro 24 — BATALHA DE TUCUMAN, em que o general Belgrano, com 2.000 homens, derrota 3.000 do general Pio Tristán, perdendo os espanhóis 7 canhões, 5 bandeiras, 450 mortos e 600 prisioneiros; os argentinos tiveram 80 mortos e 200 feridos.

Setembro 28 — José Eugenio Culta acampa em Peñarol com 350 homens.

Setembro 29 — O tenente-coronel Joaquim de Paz evacúa Melo e acampa na picada de Barrios, no rio Jaguarão.

O conde de Rio Pardo chega à margem oriental do arroio do Salso, no atual município de São Gabriel.

Outubro 1.º — O conde de Rio Pardo passa na estância de São Raphael do capitão Antonio Adolpho Charão e no dia 2 na estância do Moraes.

José Eugenio Culta situa-se em Cerrito e cerca Montevidéu com 300 homens.

Outubro 4 — O tenente-coronel João de Deus Menna Barreto chega ao acampamento de Conceição, onde já se achava o marechal Curado.

Outubro 8 — Revolução em Buenos Aires chefiada por José de San Martin e Carlos Maria de Alvear, sendo deposto o Triumvirato e elevado ao poder João José Paso, Nicolau Rodrigues Peña e Antonio Alvarez Jonte.

Outubro 9 — O marechal Manoel Marques de Souza parte de Bagé com a sua coluna, ficando o tenente Pedro Fagundes de Oliveira no comando da guarnição, com 10 homens e guar-

das nas cabeceiras do rio Negro, passo do Espantoso e rio Santa Maria.

Outubro 20 — José Rondeau chega em Cerrito e assume a direção do cêrco de Montevidéu.

Outubro 21 — O marechal Marques chega a Jaguarão, onde fica comandando a guarnição o capitão Silvestre Teixeira Pinto.

Outubro 22 — O govêrno argentino convoca uma Assembléia Constituinte.

Balthazar Vargas reüne-se com 300 homens aos sitiantes de Montevidéu.

Outubro 27 — Troca de prisioneiros entre sitiantes e sitiados, em Montevidéu.

O tenente-coronel Felix José de Mattos Pereira de Castro segue da barra do rio Jaguarão em 15 hiates, desembarca em 28 em San Miguel e chega na fortaleza de Santa Teresa no dia 29, substituindo no comando o tenente-coronel José Antunes da Porciuncula. Na fortaleza existiam 133 homens.

Outubro 28 — Chega em Santa Teresa parte da coluna do marechal Marques. Guerrilhas no cêrco de Montevidéu.

Outubro 29 ou 31 — Felippe Contucci, com 40 portugueses, derrota 20 uruguaios de Roque Cabrera em Yaguarí.

Outubro 31 — O tenente-coronel Joaquim de Paz ataca a casa de Verdun, perto da guarda de Rio Negro, perdendo os uruguaios 2 mortos e 4 prisioneiros, entre estes um tenente.

O govêrno argentino retifica o tratado com o Paraguai.

Novembro 1.º — Combate na cochilha de Don Diego, perto do Cêrro, entre Balthazar Vargas e Benito Chain.

Novembro 2 — O conde de Rio Pardo reclama do general Manoel de Sarratea por haverem partidas platinas matado 3 portugueses em Cêrro Pelado, 3 no arroio Malo e 2 em Fraile Muerto.

Novembro 8 — O marechal Marques chega em Santa Teresa com o restante de sua coluna.

Novembro 10 — De Bagé comunicam que o tenente-coronel Joaquim de Paz derrotou 100 uruguaios nas pontas do rio Cebollati e que o coronel José Artigas está no passo de Polanco.

Novembro 26 — O general Manoel de Sarratea exige de Concepción del Uruguay que o conde de Rio Pardo mande evacuar Santa Teresa e escreve ao marechal Marques com referência a choques de patrulhas portuguesas com as de Artigas.

Novembro 30 — Chega em Castillos Grandes a balandra espanhola "Vigilância", comandada por Francisco Antonio de Castro, com ofícios para o marechal Marques, que se acha na fortalesa de Santa Teresa. Passa à vista dessa fortalesa a goleta portuguesa "Princesa Maria Teresa", comandada pelo tenente Miguel de Souza Mello e Alvim, em viagem de Montevidéu para Rio Grande.

Nessa época havia uma coluna acampada nas vertentes do rio Santa Maria e Felippe Contucci e Joaquim de Paz estavam com 100 homens na picada de Barrios, no rio Jaguarão.

Dezembro 1.º — O tenente espanhol João Galeano consegue cavalos na estância de Manoel Alvarez para levar ofícios de Francisco Antonio de Castro ao marechal Marques, enquanto Alvarez manda avisar os revolucionários de Rocha.

Galeano chega à guarda de Angostura, onde encontra-se com o alféres Jeronymo Batista de Alencastro, que ia da fortalesa com 11 homens recebê-lo e efetivamente o levou à presença do marechal Marques.

Dezembro 1.º e 2 — A balandra espanhola "Vigilância" bombardeia em Castillos Grandes uma fôrça uruguaia vinda de Rocha sob o comando do capitão Ignacio Hiniaste.

Dezembro 2 — O alféres Jeronymo Baptista de Alencas-

tro, com 14 homens impede que 30 revolucionários do alféres Manoel de Acosta ataquem o tenente espanhol João Galeano e auxilia o embarque dêste.

Dezembro 6 — O tenente-coronel Joaquim de Paz envia prêso, de Jaguarão para o Chuí, o revolucionário Bonifacio Calderon, afim do marechal Marques remetê-lo para Montevidéu.

Dezembro 8 — Chega pelo passo de São Borja o cabo José Ribeiro de Almeida, depois de ter acompanhado Rondeau de Salto até Mercedes, de onde foi para Concepción del Uruguay, reünir-se a Manoel de Sarratea. Êste enviou-o para espalhar idéias revolucionárias no Brasil, pois, uma vez tomada Montevidéu, projetava atacar Rio Pardo, Pôrto Alegre e Rio Grande.

Dezembro 9 — Soler, com um regimento de negros, vai reünir-se aos sitiantes de Montevidéu.

Dezembro 10 — O marechal Manoel Marques de Souza evacúa a fortalesa de Santa Teresa e chega em Rio Grande no dia 22.

Dezembro 14 — Joaquim de Paz pede, da costa do rio Jaguarão, que o conde de Rio Pardo o socorra contra os revolucionários, que vão ocupar Melo e Santa Teresa.

Dezembro 20 — João Dutra comunica ao marechal Marques que, por ørdem do coronel José Rondeau, assumiu o comando da fortalesa de Santa Teresa.

São Gabriel, 16 de março de 1934.

Nótulas Bibliográficas

Por **Valter Spalding**

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, por **João Belem**, 1933, Livraria Selbach.

Desde muito conhecemos e admirámos os trabalhos com que nos tem mimoseado o Sr. J. Belem que, embora não sendo filho de Santa Maria, vem de prestar um grande serviço ao próspero município publicando a sua história.

Si não soubessemos com absoluta certeza tratar-se do mesmo autor da **Musa Ferina**, livro de um humorista que nada fica a dever aos congêneres, por certo não o reconheceriamos nessa sua **História do Município de Santa Maria**, obra de longo folêgo, trabalhada com o carinho e critério de um historiador experimentado e afeito desde muito às pesquizas dêsse gênero.

Sò os capítulos sôbre a fundação de Santa Maria valem por uma consagração.

Si os demais capítulos fôssem desvalorizados, o que, com prazer afirmámos, não se dá, — só êstes bastariam para recomendar-se a obra.

Não cabe nesta pequena nota de simples registo bibliográfico um comentário mais longo e digno da obra do Sr. Belem.

Entretanto, antes de finalizar, queremos dizer ao autor da **História do Município de Santa Maria**, que lamentamos não ter êle seguido a risca a reforma ortográfica. Estamos em completo desacôrdo com as palavras de sua "Advertência", pois não cremos que o "y" seja uma letra tupí ou guaraní pois, nenhum dos nossos selvícolas grafava a sua linguagem. Si na lin-

gua dos indigenas o "y" deve prevalecer, porque aí o introduziram arbitràriamente, não podemos de forma alguma censurar os estrangeiros que grafaram palavras tupís e guaranís com "w" e "ph" com o som de "v" e "f". Mas isto, afinal, são cousas secundárias que em nada diminuem o valor da obra de que Santa Maria se pode, com justiça, orgulhar.

DEUS E PÁTRIA, por **A. Pompêo,** Emprêsa Grafica "Revista dos Tribunais", S. Paulo, 1934.

O Sr. A. Pompêo é um nome já consagrado nos meios cultos de S. Paulo. As suas obras tem sido, com justiça, recebidas com o máximo carinho.

DEUS E PÁTRIA, que tem por sub-título estas palavras de um verdadeiro crente e grande patrióta **Pela mesma fé e pela mesma Pátria,** dizem bem do espírito do livro.

Compõe esta obrinha uma série de conferências e crônicas vasadas todas num estilo simples e conciso, sereno e convincente.

Dentre os capítulos que o compõe não ha o que destacar.

Entretanto, devemos deixar registado aquí um pequeno equivoco do autor, equivoco, aliás, involuntário por bebido em outra fonte. Entretanto poderia ter sido evitado si o Sr. A. Pompêo tivesse percorrido a relação dos presidentes do Rio Grande do Sul.

Assim, diz êle a pag. 83, no interessante capítulo "Os paulistas e a religião católica no Brasil", que o padre dr. Vicente Pires da Motta fôra presidente do Rio Grande, conforme o assevera Sacramento Blacke. Esta afirmação do ilustre autor do **Dicionário Bibliográfico Brasileiro,** não tem fundamento. O padre Pires da Motta nunca presidiu a província. A única referência feita a êle, no Rio Grande, li-a num jornal republicano da época revolucionária — O AMERICANO — de 11 de fevereiro de 1843. E' uma notícia estraída do N.º 2 do "Farol Constitucional" sôbre o barão de Caxias. A notícia termina com as seguintes palavras: "Nós julgámos êste sr. (ba-

rão de Caxias) cem mil vezes mais digno de ser Deputado por S. Paulo, do que alguns dos indivíduos indigitados para isso; como por exemplo, um sr. padre Vicente Pires da Motta, dr. José Inacio Silveira da Motta, e outros do mesmo jaez, cuja moralidade ninguém que já estivesse em S. Paulo deixaria de admirar". Verrina política, certamente, aquí aproveitada pelos revolucionários para combater o barão que recem tomára posse da presidência da província que com tanto brilho e generosidade pacificou.

Crônica igualmente interessante e instrutiva é a intitulada "O paulista e a unidade nacional", em que faz uma resenha dos trabalhos bandeirantes e dos grandes patriótas paulistas.

Para mais uma referência citaremos ainda o "Elogio de Osvaldo Cruz" e "O dever em que está a mulher brasileira de se alistar como eleitora".

ANCHIETA E A PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS, conferência pelo **Dr. José Torres de Oliveira,** presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Casa Duprat, 1933.

Longa é a série de trabalhos sôbre o venerável apóstolo do Brasil. Muito e muito se tem escrito sôbre esta figura humilde e simpática do grande jesuíta civilizador do Brasil. E sempre, e contìnuamente, surgem novos trabalhos a respeito do taumaturgo. Fica-se deveras admirado, si bem nunca se chegue a esgotar por completo o assunto. Anchieta é um legítimo manancial de inspiração.

O dr. Torres de Oliveira, com carinho e verdadeiro amor estuda a insinuante figura do "santo do Brasil", no magno problema da pacificação dos índios. E fá-lo com tanta felicidade e num estilo tão leve e atraente que, volvendo a última página do folheto, lamentamos não ter sido mais longa a conferência do ilustre presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

O CONDE D'EU, por **Luiz da Camara Cascudo**, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1933.

O MAIS ANTIGO MARCO COLONIAL DO BRASIL, por **Luiz da Camara Cascudo**, Centro de Imprensa, Natal, 1934.

Infatigável o ilustre historiador norte-riograndense. Infatigável e pesquizador. Entre as labutas do forum e da imprensa ainda lhe sobra tempo para revolver arquivos, examinar documentos, confrontá-los, comentá-los.

A sua obra o CONDE D'EU, é digna, sob todos os pontos de vista, de figurar entre as melhores de uma biblioteca que se preze de possuir trabalhos selecionados.

O Conde d'Eu se nos apresenta neste livro do dr. Luiz da Camara Cascudo como si o tivessemos vendo, pessoalmente, na vida da côrte, pacato, retraído, amante espôso e carinhoso pai; na vida de campanha, sisudo, binóculo assestado, dando ordens, serenamente; no exílio, ainda sereno e calmo, falando e pensando no Brasil, na pátria de sua espôsa e de seus filhos.

E' uma página evocadora que nos faz pensar...

O Conde d'Eu foi, realmente, um tipo extra, destacado, no meio agitado da côrte. Nunca se imiscuiu nos negócios públicos, embora disso mais de uma vez o houvessem acusado. E foi ainda êsse gênio arredio, desejoso de não maguar a quem quer que fôsse que não permitiu se salientasse mais como general em chefe do Exército na guerra contra Solano López, fazendo com que até o próprio sogro, D. Pedro II, dêle se queixasse a Cotegipe, censurando-o, mesmo.

Êste livro do Sr. Camara Cascudo ficará, pois será indispensável à elaboração de um estudo mais amplo da vida e atividades do ilustre espôso da **Redentora.**

O MAIS ANTIGO MARCO COLONIAL DO BRASIL é o título do folheto do dr. Luiz da Camara Cascudo, em que nos apresenta o primeiro marco de posse chantado pelos portugueses no Brasil.

Em trabalho anterior — **A intencionalidade do descobrimento do Brasil** — defende com veemência êste seu ponto de vista o ilustre autor de O CONDE D'EU.

Afirma Camara Cascudo que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brasil sabendo já que iria descobrí-lo. Dera-lhe essa ordem El-rei de Portugal, seu amo e senhor. Entretanto, contra todos os regimentos dêsse mesmo El-rei, a frota de Cabral não trouxe nenhum marco, nenhum dêsses padrões que indicavam posse em nome del-rei. Si Pedro Alvares tivesse vindo com êsse intuíto, teria trazido os marcos "possessórios" na sua esquadra. Tal, porém, não fez, e sòmente no ano seguinte — 1501 — é que D. Manuel envia uma expedição únicamente para êsse fim: tomar posse definitiva da terra descoberta por Cabral e nela chantar os célebres marcos, dos quais o primeiro enterrado foi o do Rio Grande do Norte que o próprio Camara Cascudo estuda meticulosamente neste seu último trabalho, merecedor da mais ampla divulgação.

Queremos deixar aquí frizado que não somos defensores das tais faladas calmarias que impeliram Cabral para as costas do Brasil.

O que defendemos é o seguinte, e que, aliás, já vem sendo ensinado em nossas escolas:

O descobrimento do Brasil está estritamente ligado ao roteiro das Índias, feito por Vasco da Gama. A experiência dêsse navegador ensinou a El-rei que as costas africanas eram constantemente sujeitas a grandes calmarias. El-rei, mandando Cabral às Índias, insinuou-lhe que se afastasse o mais possível das costas da África por causa dessas calmarias e, também, devido certas moléstias que haviam dizimado já parte da guarnição de navios portugueses. Êste afastamento proposital levou-o por certo, devido as correntezas que por acaso encontrou nesse seu grande desviu para o lado ocidental e por si, tentou buscar um novo roteiro que o levasse às Índias ou, quem sabe? descobrir alguma ilha completamente desconhecida mais abaixo das terras descobertas por Colombo. Enfim, uma viagem de aventura, aventura feliz que o fez encontrar a ilha de Santa Cruz, de que não tomou posse oficialmente porque não tinha com que.

Essa a nossa teoria que o último trabalho do Sr. Camara Cascudo — O MAIS ANTIGO MARCO COLONIAL DO BRASIL — veiu confirmar. Aliás, ainda muito poderiamos dizer a respeito com a própria carta de Pero Vaz e as instruções dadas a Cabral por El-rei seu amo e senhor.

MINISTROS DA MARINHA (Notas biográficas) 1808-1840, pelo capitão de fragata **Lucas Alexandre Boiteux,** Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1933.

Valioso subsídio êste do ilustrado historiador catarineta Lucas Alexandre Boiteux.

Num grosso volume de 344 páginas estuda êle, sucintamente, a personalidade de 27 ministros da marinha brasileira.

Entre êles figura um filho de Pôrto Alegre, Antéro José Ferreira de Brito, que também foi presidente da província, sendo aprisionado no passo do Itapeví por Bento Manuel Ribeiro, então comandante das armas imperais na província. O estudo que o Sr. Lucas A. Boiteux faz do brigadeiro Antéro, é sobremodo interessante e elucidativo, muito se recomendando para um estudo dêsse militar ilustre que também figura nas páginas brilhantes da epopéia farroupilha.

Outro que também tomou parte saliente nessa luta de centauros, João Paulo dos Santos Barreto, nascido na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, é amplamente estudado pelo Sr. Boiteux, como aliás, são estudados todos os demais ministros com carinho e imparcialidade.

MINISTROS DA MARINHA é uma obra de valor e que muito se recomenda.

MALDONADO EN EL SIGLO XVIII (Apartado de la "Revista Histórica), por **Atilio Cassinelli,** Montevidéu, Casa A. Barreiro y Ramos S. A., 1925.

Interessante estudo êste do Sr. Atilio Cassinelli, que foi premiado no certame municipal de estudos Históricos de Maldonado, em 1923.

Há, nesse trabalho, muita cousa que nos diz respeito, pois Maldonado foi um ponto de escala para a Colônia do Sacramento. Obra fartamente documentada é, a-pesar disso, bastante parcial, e vimos, com pesar, nela repetidas falsidades que nenhum histoirador consciencioso deveria sequer referir mais. Os portugueses são, aí, tratados e referidos como salteadores. Assim, por exemplo, diz o A. a pag. 7: "Asíque esto sucedía, adquirierón fama los saqueos que llevaban los portugueses contra las haciendas de estos lugares, en los que tenían como hábiles auxiliares, algunos indígenas adiestrados al pillaje".

A-pesar disso é um trabalho apreciável, escrito com simplicidade e ordem.

CRUZADA DE LOS TREINTA Y TRES, por **Ramón Montero y Brown** (Salesiano), Palacio del Libro, Montevidéu.

"**La Cruzada de los Treinta y tres** es uno de los hechos más gloriosos de la historia del Uruguay", diz o autor na "Advertencia". E por isso, com o intuito de divulga-la amplamente desenvolve o episodio dos 33 que foram 34 em forma de conto dialogado, contado "como los cuentos que oímos cuando niños".

A forma toda dialogada que o ilustre salesiano deu ao "feito mais glorioso da história do Uruguai" si, por um lado lhe deu vida e animação, lembrando o teatro, por outro tornou-o algo cansativo. Não deixa, em todo o caso de ser interessante também para nós, brasileiros e especialmente riograndenses, pois nêle figuram personagens que tiveram parte, si bem diminuta na nossa "grande revolução", como João Antonio Lavalleja.

Muitos trechos do folclore uruguaio incluídos no relato e postos na bôca dos heróis, contribuem para a animação do relato, dando, em verdade, essa "pintura de la vida, con sus cosas tristes y sus cosas alegres".

HOMENAJE AL DOCTOR MANUEL AMADOR GUERRERO, en el centenario de sua nacimiento, 1833 — junio 30-1933, Compilación hecha por **Juan Antonio Susto,** secretario perpetuo de la Academia Panameña de la Historia. — Panamá — Imprenta Nacional — 1933.

Trata-se de uma compilação de tudo quanto foi escrito na comemoração do centenário do dr. Guerrero que, embora nascido na Colômbia, foi influente na independência do Panamá e seu primeiro presidente. Homenagem justa que a gratidão do Panamá, representado especialmente na sua Academia de la História, prestou à memória do ilustre prócer no centenário de seu nascimento.

A poliantéia muito se recomenda não só pelos trabalhos que encerra, como também por sua organização e cuidadoso trabalho tipográfico. E' um volume cuja consulta se torna indispensável a quem quiser estudar em seus detalhes a luta panameña no glorioso feito de sua emancipação política e social.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA, tomo sexto, contendo o 2.° volume da HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVIII, por **Afonso de E. Taunay.** — Imprensa Oficial do Estado. — 1933.

O Sr. dr. Afonso de E. Taunay é, indubitàvelmente, o maior dos historiadores paulistas de nossos dias. Sereno e consciencioso, deu-nos já o ilustre diretor do Museu Paulista um grande número de obras de real valor sôbre a história de São Paulo, política e social.

Êste volume é ainda uma prova dêsse seu método de escrever, instruindo e deleitando.

Estilo simples, sem tiradas bombásticas e elogios baratos, as suas obras, e em particular esta sua **História de S. Paulo no século XVIII,** é indispensável nas bibliotecas dos estudiosos de nossas cousas e de nossa evolução política e social.

O Sr. Afonso Taunay é, inegàvelmente, um grande bene-

mérito de nossa história que tem servido com dedicação digna de todos os encômios.

A RACIONALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA, por **Darcy Azambuja**, Edição da Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1933.

Nosso ilustre consócio, dr. Darcy Azambuja, é uma das mais brilhantes inteligências novas do Rio Grande do Sul. O seu aparecimento com o livro NO GALPÃO, em 1925, foi um verdadeiro acontecimento nos meios literários de todo o Brasil. A crítica, unânime, recebeu-o com o mais vivo entusiasmo. E merecidamente.

Jornalista, advogado e professor catedrático de direito público e constitucional na Faculdade de Direito de Pôrto Alegre, sôbra ainda tempo a Darcy Azambuja de se dedicar à literatura e à história, escrevendo, ainda, sôbre política e sociologia.

No seu último trabalho A RACIONALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA, estuda o seu A. uma nova modalidade na estrutura e funcionamento do poder do Estado, embora, modestamente negue qualquer pretensão nesse sentido.

E' obra de grande valor que se recomenda sob todos os pontos de vista, interessando não só aos políticos, mas a todos os que se dedicam e se interessam pela vida do Estado e pela educação política do povo.

REPÚBLICA RIO GRANDENSE — FARRAPOS — (Da secção histórica — coleção N.° 10) — REBELIÃO NO RIO GRANDE DO SUL — 1835-1845 — PROCESSO — Vol. 1.°, com notas e comentários de **Aurelio Porto.** — Publicações do Arquivo Nacional, sob a direção de João Alcides Bezerra Cavalcanti, tomo XXIX. — Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional — Rio — 1933.

Por indicação de S. Excia. o general Flores da Cunha, ilustre e benemérito interventor federal neste Estado, está nosso prezado consócio Sr. Aurelio Pôrto, funcionário do Mu-

seu e Arquivo Histórico do Estado, destacado no Rio de Janeiro, a-fim-de acompanhar e comentar as publicações referentes ao decênio farrapo que, por ordem do govêrno federal, está fazendo o Arquivo Nacional nas suas publicações tão úteis e interessantes.

Êste volume de mais de 600 páginas, é o primeiro que se refere aos gloriosos farroupilhas. E' uma pequena parte do processo contra êles movido pelo govêrno imperial. Cartas, ofícios, documentos vários e depoimentos de testemunhas formam o volume pròpriamente dito.

A parte mais interessante, porém, dêsse tomo XXIX das publicações do Arquivo Nacional, são as Notas de Aurelio Pôrto, Ricas, minuciosas, e documentadas, serão, em todos os tempos, de consulta obrigatória aos estudiosos de nossa história.

Entre os nossos historiadores Aurelio Pôrto ocupa, por certo , um lugar de destaque ao lado de Souza Docca, Eduardo Duarte e João Borges Fortes. Formam, êsses quatro, o Estado Maior dos nossos historiadores. A êles deveremos sempre recorrer, si quisermos trilhar o caminho da verdade histórica.

Com as suas Notas e comentários ao Processo dos Farrapos, torna-se Aurelio Pôrto um benemérito de nossa história que jamais poderá recompensar-lhe tão relevante serviço.

REVISTAS.

Sendo grande o número de revistas e publicações periódicas sôbre ciências, letras e artes que nos são, gentilmente, enviadas, não nos é possível fazer, como era intenção nossa uma resenha detalhada de cada uma delas, pois o espaço que temos é limitado. Por isso limitar-nos-emos a acusar o seu recebimento, como segue:

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAÍA, N.º 59, 1933, vol. de 528 pags., repleto de interessante matéria referente à história da gloriosa e heróica Baía.

REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO , Ministério da Educação e Saúde Pública — Museu Nacional — Rio de Janeiro,. Desde o N.º 1 ao N.º 7, publica essa revista que deve entrar em todos os lares do Brasil, interessante matéria moral e educativa e nítidos clichês de obras de grande interêsse histórico. Essa revista está publicando, traduzida, a VIAGEM AO BRASIL, de von Spix e von Martius, obra rara hoje, que, porém, deve ser conhecida de todos os brasileiros.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Ns. 141 a 144, formando o volume 43. — Rio de Janeiro — setembro a dezembro de 1933. — Como sempre cheia de interessante matéria, devendo destacar-se o epistolário acadêmico, Também recebemos os Ns. 145 e 146.

BOLETIN DE HISTÓRIA Y ANTIGÜEDADES, organo de la Academia Colombiana de História, Ns. de abril, maio, junho e julho de 1933, — Bogotà — Imprenta Nacional. — Traz materia selecionada e de grande intêresse para a história politica e social da Republica da Colombia.

BOLETIN DE LA ACADEMIA PAMAÑEMA DE LA HISTÓRIA, Año I, Ns. 2, 3 e 4,—Panamá—Imprensa Nacional — 1933. — Excelentes estes dois números do Boletim da Academia de História do Panamá. O n.º 3 é todo ocupado pelo ótimo trabalho do Sr. Ernesto J. Castillero R., fazendo um histórico das origens, formação, etc. do ambiente que preparou a independência do Panamá, intitulado: **La causa inmediata de la emancipación de Panamá.**

ARCHIVUM HISTORICUM SOCIETATIS IESU, revista semestral publicada pelo "Collegio scriptorum de História S. I.". Roma, janeiro a junho de 1934. — Já desde o seu primeiro número recebemos essa primorosa revista, fonte absolutamente necessária para o estudo da benemérita C. de Je-

sús em todo o mundo. A-pesar do título ser em latim, os documentos e estudos são publicados na língua original. Assim, nesse volume que encerra estudos magníficos e preciosa documentação, encontrámos as línguas, inglesa, italiana, espanhola, latina, alemã, portuguesa e francesa.

JURÍDICAS Y SOCIALES, revista Universitária, Año I, Ns. 7 y 8, Buenos Aires, Noviembre y Diciembre de 1933. — Revista própria aos fins a que se destina, repleta de matéria técnica, útil e interessante.

HUMANIDADES, publicación de la Faculdad de Humanidades y Ciencias de la Educación, dirigida por **José Rezzano**, tomo XXIII, La Plata, Rep. Argentina, 1933. — Volume de 400 páginas, dedicado todo a História, com colaboração excelente de Ricardo Levene, Emilio Ravignani, Albert-Jehan Vellard, Rómulo D. Carbia, José Torre Revello, Ricardo R. Caillet-Bois, Juan José Nágera, Romualdo Ardissone, Carlos Heras, Enrique M. Barba, Roberto H. Marfany e Walter B. L. Bose.

GEOGRAPHICAL REVIEW, published by "The American Geographical Society of New York", January, 1934, bem elaborado número com variada matéria e um mapa a côres da expedição ao norte da Índia em 1932.

LA FRATERNIDAD, publicación Internacional — Boletim del Instituto Hispano Americano de Relaciones Culturales, Madrid, 2ª época, ns. 2 e 3, — Revista bem cuidada reproduzindo os documentos mais importantes da atualidade, como discursos notáveis, conferências, etc.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE ALAGOAS, vol. — VI, — 1932. — Número excelente com a seguinte matéria:

Moreno Brandão, A reabilitação de um poeta; — M. Braga Ribeiro, Página do passado; — Discursos dos Srs. P. Eloy Brandão, Con. João Machado de Mello, Dr. Zacharias de Aze-

vedo, Dr. Orlando de Araujo, Dr. Guedes Lins, Arsenio Araujo, Dr. Lima Junior, e Dr. Barreto Cardoso; — Página de saudade; — Arquivo do Instituto; Cap. de frag. S. de Lemos Lessa, Determinação de coordenadas geográficas dos faróis da costa do Brasil; — Catálogo da coleção de cerâmica Marajó, etc., e Relatório, por L. Lavenère.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Tomo .....LVII, — 1933. Sob a direção do Barão de Studart. — E' o seguinte o indice dêste número da antiga e promorosa revista:

A imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos atuais, pelo Dr. Eusebio de Souza; — Livros de minha predileção, pelo Dr. A. Teodorico da Costa; — Análise científica dos fenômenos históricos, pelo Dr. Djacir Menezes; — Reminiscências de um simples, por Raul Buejo; — O fator moral na construção dos grandes açudes, pelo Dr. Th. Pompeu Sob°.; — Um problema de nosologia histórica, pelo Dr. Carlos Studart Filho; — Cirandas infantis, pelo prof. Martins de Aguiar; — Alocução do desembargador Alvaro de Alencar; — História e genealogia, por Leonardo Feitosa; — O território do Chaco, por D. Julia C. L. de Vasconcelos; — Para a história do jornalismo cearense, pelo barão de Studart; — Bandeirantes dos ares, pelo desembargador C. L. de Carvalho; — Significação de algumas palavras indígenas, pelo Dr. Th. Pompeu Sob°.; — Ouro no Ceará, por Horace E. Williams; — O elemento português no Brasil, pelo Dr. A. A. de Vasconcelos; — Documentos, registo bibliográfico, etc.

REVISTA DE LA SOCIEDAD "AMIGOS DE LA ARQUEOLOGIA", Tomo VI, — Montevidéu, 1933. — Esta revista, impressa em ótimo papel gessado, com grande número de ilustrações, é uma das melhores no gênero e, por isso, indispensável nas bibliotecas dos estudiosos.

E' o seguinte o índice dêste volume:

Guillermo Fúrlong Cárdiff, La Catedral de Montevidéu; — Arturo José Demaria, Objetos óseos halados en los "Cerritos" del Departamento de Rocha; — O mesmo, Anzuelos líticos preispânicos del Uruguai; — Juan P. Grenón, La icono-

grafia de Castro Barros; — Román Maritorena, Un cuadrante solar de 1775; — Carlos Seijo, Herrajes de puertas y ventanas en Maldonado y San Carlos; — Mario A. Fontana Company, La destacada obra geopaleontologica de don Carlos Rusconi; — Godofredo Kaspar, Los molinos de viento de la "Unión"; — Aquiles B. Oribe, Proyecto de ley para conservación de monumentos, etc. etc.

OUTRAS PUBLICAÇÕES RECEBIDAS:

REVISTA MILITAR BRASILEIRA, Ns. 3 e 4, julho a dezembro de 1932 (um volume), Rio de Janeiro.

ANALES DE LA ESCUELA MILITAR, Año XXI, entrega XLIX, 1933 (um volume), Montevidéu.

BAYARDO, publicación de la oficialidad del Regimento de Caballaria N.º 1 "Yaguachi", Revista anual, número de 1933, N.º 3. (Um volume) Quito.

Traz um interesante histórico da revolução do Equador, em 1932, que ficou conhecido pelo nome de "La campaña de los seis dias".

REVISTA DO 5.º BATALHÃO, Ns. 1, 2 e 3, janeiro, fevereiro e março de 1933 (dois volumes), Belo Horizonte.

JURIDICAS Y SOCIALES, revista universitária, N.º 4, agôsto de 1933 (um volume), Buenos Aires.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADOAL DO TRABALHO, Ns. 78-79, 1933 (um volume), São Paulo.

MEGÁFONO, revista literária, N.º 11, — agôsto de 1933 (um volume), Buenos Aires.

BOA NOVA, revista literária e social, N.º 1, Ano I (um volume), Rio de Janeiro.

ÍNDICE

Ensaio psicológico do Marechal do Exército Bento Manoel Ribeiro, pelo tenente-coronel Souza Docca 3

David Canabarro, pelo sr. Othelo Rosa 51

A Frota de João de Magalhães, pelo general João Borges Fortes ... 63

A conquista das Missões — 1801, pelo 1° tenente Henrique Oscar Wiederspahn 95

A Campanha do Uruguai em 1811-1812, pelo sr. Celso Schröder 115

Nótulas bibliográficas, pelo sr. Valter Spalding 163

42802